

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CAMPUS DE ARARAQUARA  
PROGRAMA de PÓS-GRADUAÇÃO em LINGÜÍSTICA e LÍNGUA  
PORTUGUESA

O FUTURO DO PRESENTE NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/ Campus de Araraquara como requisito para a obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marymarcia Guedes

CRISTIANE HELENA PARRÉ GONÇALVES

2007

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

## RESUMO

Essa tese toma como tema a História da Língua Portuguesa escrita no contexto sócio-cultural do século XIX e constitui como *corpus* os anúncios publicados nos jornais desse período. Partimos da hipótese de rever o uso do futuro do presente uma vez que o mesmo pode ser substituído por outras formas de empregar esse tempo.

Para consecução do objetivo proposto, buscamos fundamentar-nos nos postulados da Historiografia Lingüística e da Sociolingüística visando a entender o homem e as características peculiares existentes na expressão lingüística nacional daquele contexto histórico-ideológico.

Detectamos que os primeiros anúncios brasileiros surgiram no início do século XIX, depois da vinda de D. João VI para o Brasil, tendo como objetivo reproduzir as condições da corte portuguesa no país, sendo responsável por inúmeros avanços no campo cultural, entre eles o advento da imprensa nacional. Esses anúncios eram conhecidos como classificados, cujo texto, puramente informativo, assemelhava-se a um aviso, quando não a uma notícia.

Observamos, que na primeira metade do século XIX os anúncios apresentam-se bem variados, ora aparecem escritos políticos, editais, conteúdo opinativo,engajado, às vezes satíricos e corrosivos envolvendo questões ideológicas, políticas, morais e, com freqüência, pessoais. Nessa época, podemos ver que o futuro do presente do modo indicativo apresenta-se mais precisamente na terceira pessoa do singular e do plural. Já a partir da segunda metade do século a imprensa é influenciada pela literatura, podendo ser percebida pelo uso da mesóclise, uma linguagem mais elaborada, ou melhor, um recurso estilístico do autor.

Época de grandes conflitos e discursos acalorados e impulsionadores de integridade nacional, como tentativa de emancipação do jugo histórico-cultural, imposto pelo povo português, levam os escritores jornalísticos pela busca de uma independência e espontaneidade do brasileiro no uso da língua, no entanto a preservação aos modelos gramaticais tradicionais quanto ao uso

futuro do presente permanece, além do uso de adjuntos adverbiais de tempo e o presente do indicativo, para marcar um futuro.

## ABSTRACT

This paper tells about the Portuguese Language History in the social – cultural context in the nineteenth century and has as the *corpus* the published ads in the newspapers of that period. We started with the hypothesis of reviewing the use of the “future of the present” because this one can be substituted by other forms of using this tense.

For the consecution of the proposed aim, we tried to have fundamentals in the postulates of the Linguistic historiography and the sociolinguistics aiming to understand the men and the peculiar characteristics of the national linguistics expression of that historic – ideological context.

We detect that the first Brazilian ads appeared in the beginning of the nineteenth century, after D. João VI came to Brazil, with the propose of reproducing the conditions of the Portuguese royalty in the country, being responsible for several advances in the cultural area, including the beginning of the national media. These ads were known as classifieds, in which the text, informative only, was similar to an advice or just news. We observed that in the first half of the nineteenth century the ads were varied, once politic writings appear, edicts, opinative subjects, engaged, sometimes satiric and corrosive writings involving ideological questions, politics, moral and, frequently personal subjects. In that period, we can see that the “future of the present” of the “indicative way” was presented in the third person singular and plural, but in the second half of the century the media was influenced by the literature, being noticed by the use of the “mesóclise”, a more elaborated language, or in other words, a resource style of the author.

Time of great conflicts and hot speeches besides being the impulse of national integrity , as an attempt of emancipation of the historic-cultural judgment, imposed by the Portuguese people, make the news writers search for the independence and Brazilian spontaneous use of the language, therefore the preservation of the traditional grammar models as well as the use of the “future of the present” still continues, besides the use of adverbial adjectives of time and the simple present, to indicate future time.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que esteve ao nosso lado nos momentos mais difíceis tornando possível o que muitas vezes parecia impossível, dando-nos força, equilíbrio, fé e sabedoria, pois sem Ele sabemos que não seria possível. À Professora Dr<sup>a</sup> Marymarcia Guedes por orientar, aconselhar, ouvir e compreender...

As professoras Clotilde de A.A. Murakawa e Gladis Massini Cagliari, cujas orientações forneceram o embasamento para nossa pesquisa.

Aos professores do programa que contribuíram com a minha formação.

Ao meu filho Gabriel que, muitas vezes, soube compreender as minhas ausências.

Aos meus pais Jurandyr e Teresa, pelo incentivo, apoio, amor e incondicional confiança.

Aos amigos que me ouviram “pensar alto” algumas etapas do trabalho.

E a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para que este dia tão sonhado se tornasse uma realidade.

No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez (João 1:1,3)

E aos meus incentivadores de sempre:  
Jurandyr,  
Teresa e Gabriel.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
I – SEÇÃO: FUNDAMENTOS	
1. A LÍNGUA COMO OBJETO DE CONTEMPLAÇÃO HISTÓRICA .....	23
1.1. LÍNGUA E HISTÓRIA.....	23
1.2. PRINCÍPIOS DE HISTÓRIA DA LÍNGUA.....	32
1.3. LÍNGUA: UMA VISÃO SOCIOLINGÜÍSTICA .....	46
II - SEÇÃO	
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: DA COLÔNIA AO SÉCULO XIX	
2.1. BRASIL COLÔNIA .....	56
2.2. A LÍNGUA DA REPÚBLICA .....	73
III – SEÇÃO	
3. O VERBO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	
3.1. A FORMAÇÃO DO VERBO NO FUTURO DO PRESENTE.....	85
3.2 O FUTURO PORTUGUÊS .....	91
3.2.1 A VISÃO DE JÚLIO RIBEIRO: UMA GRAMÁTICA DE USO .....	91
3.3 A NORMATIZAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE SOB O OLHAR DE DIVERSAS GRAMÁTICAS.....	96
3.4. O FUTURO DO PRESENTE NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS RELATIVAS AO PORTUGUÊS ATUAL .....	101



3.5. O FUTURO DO PRESENTE SOB UM OLHAR LINGÜÍSTICO .....	110
--	-----

#### IV – SEÇÃO

4. O FUTURO DO PRESENTE .....	120
4.1. O TEMPO E O MODO VERBAL – UMA ANÁLISE.....	120
4.2. CORPUS .....	127
4.2.1 ANÚNCIOS – CONVITES – EDITAIS – 1820-1830 .....	127
4.2.2. ANÚNCIOS – CONVITES – EDITAIS – 1854 .....	144
4.2.3. ANÚNCIOS – CONVITES – EDITAIS – 1879 – 1880 .....	160
CONCLUSÃO .....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo do Futuro do Presente no Século XIX: Uma Análise é verificar a ocorrência desse tempo em textos jornalísticos deste século a fim de observar o seu uso, uma vez que esse tipo de linguagem é a que está mais próxima da língua coloquial.

Como nossa pesquisa parte de um olhar diacrônico, buscamos nos jornais da cidade de São Paulo, no período de 1820 a 1880 anúncios que poderiam contribuir para nossa análise. Esses anúncios foram colhidos no Arquivo Municipal de São Paulo em que fizemos uma amostra com recortes a cada trinta anos a fim de verificarmos as mudanças que esse tempo verbal era usado na época. Além dos anúncios por nós coletados, utilizamos os encontrados em Guedes e Berlinck (2000) que também trazem anúncios de jornais desta época.

Ao fazermos esse recorte de anos pensamos nos momentos mais importantes para a consolidação de uma língua nacional. Assim, temos a Independência da República que provocará entre 1828 a 1830 o deslocamento do eixo político de Portugal para o Rio de Janeiro apresentando um período de grande significado para as mudanças lingüísticas no país.

Com a Independência e a aparente ruptura com Portugal os intelectuais da época, influenciados pelo nacionalismo, importam novas idéias românticas exacerbando um caráter político e literário.

Para Costa (1956, p.82):

A política e as letras estiveram assim ligadas nos primeiros passos da vida independente do país. Foi essa coincidência histórica que levou muito dos nossos escritores a julgar que o romantismo era um fenômeno inerente à alma nacional.

É sobre esse olhar que o romantismo no Brasil empreenderá a sua carreira intelectual e política influenciados pelo pensamento europeu sobre novas teorias. No entanto, essa mudança intensifica-se somente a partir de

1850 quando o Império se estabiliza e um conjunto de novas idéias entra no Brasil. Costa (1956, p. 115) verifica que:

Um intenso surto econômico se estabelece. Constituíram-se sociedades anônimas, comerciais e industriais, o Banco do Brasil transforma-se em banco de emissão, inaugura-se a linha do telégrafo elétrico e finalmente abre-se ao tráfego a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Toda essa série de ocorrências tinha o intuito de desenvolver o país possibilitando uma força de trabalho e uma produção com a intenção de facilitar as transações comerciais, uma vez que o telégrafo e a estrada de ferro facilitavam a comunicação e a circulação dos produtos que vinham do litoral para o interior.

Com essa força borbulhando o Brasil acaba passando por uma completa remodelação material a partir de 1850 e, conseqüentemente, os intelectuais da época seguem também por novos caminhos. É nessa época que ocorre a ruptura do tráfico negreiro, provocando, no Brasil, profundas mudanças no setor econômico. O nordeste entra em decadência em contraste com o centro-sul. Guimarães e Orlandi (1996, p.128) explicam que o dinheiro que se empregava na compra de escravos passa a ser utilizado para novos investimentos, tendo-se uma mudança decisiva na vida material do Brasil.

Assim, o Brasil de 1879 a 1880 constitui-se um dos períodos de maior prosperidade nacional tanto financeira como intelectual. O positivismo fervilhava na mente dos intelectuais do país. Costa (1956, p. 66) constata que:

Em 1º. de abril de 1876, fundava-se “uma sociedade composta de pessoas confessando-se positivistas em graus diversos, aceitando pelo menos a Filosofia positiva.”

Essa sociedade visava apresentar idéias positivistas sem nenhum caráter religioso embasados nas idéias de Comte. Nesse período acaba-se

fundando jornais e revistas com a finalidade de propagar as novas idéias filosóficas.

Como muitos intelectuais estavam sob a influencia do romantismo e a ânsia por uma literatura verdadeiramente brasileira acabam surgindo várias discussões em torno da língua. A mais conhecida foi a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas que apresentou debates acirrados em torno da língua portuguesa.

Por volta de 1881 Júlio Ribeiro escreve sua Gramática Portuguesa que procurou distanciar-se da influência direta de Portugal, propondo assim, uma gramática de uso. Durante esse período várias gramáticas surgem, com o intuito de preservar a língua. Por outro lado temos os defensores de uma língua brasileira que procuravam valorizar o que aqui se falava, livrando-se das amarras que os prendiam ao reino português.

Nessa época o movimento abolicionista, defendido pelos republicanos, também ganhava mais adeptos, culminando com a abolição em 1888.

Vemos nesse período um crescimento econômico muito forte além de uma intensa vida política e literária que acabará levando a proclamação da República em 1889.

Como as letras e a política estiveram sempre ligadas no Brasil, a discussão em torno de uma verdadeira língua nacional torna-se acirrada, pois de um lado tínhamos os defensores de uma língua brasileira, aquela que estava no falar cotidiano das pessoas, por outro lado, tínhamos os defensores de uma norma clássica, voltada para os cânones portugueses.

É dentro desse contexto que visamos estudar esse falar cotidiano, uma vez que se origina em uma atitude lingüística que leva os usuários da língua ao uso de uma norma criativa, ou seja, a norma que estava estabelecida antes da imposição da língua portuguesa como língua oficial. A linha teórica adotada para o estudo desse fenômeno foi a da historiografia lingüística, uma vez que caracteriza as concepções lingüísticas vigentes dentro de um determinado tempo e contexto social. Isso implica estudar tanto as forças conservadoras quanto às inovadoras, a fim de verificar a evolução lingüística que a língua apresenta, pois só assim poderemos compreender o funcionamento da língua.

É sob esse olhar que pretendemos situar nosso trabalho, ou seja, de um lado a visão gramatical que visa conservar a língua e, do outro lado, o uso cotidiano da linguagem que se contrapõe à tradição.

Como nosso trabalho parte de um estudo histórico, não podíamos deixar de buscar, na linha do tempo, suporte teórico nos filósofos, que foram um dos primeiros estudiosos a discutirem a questão verbal.

Dessa forma, vemos que a discussão em torno dos verbos é bem antiga, levando-nos aos filósofos gregos. Platão (1973), em seu diálogo no Crátilo, explora a questão do discurso de dizer ou não a verdade, estabelecendo uma relação entre o que é real, verdadeiro e a linguagem. Essa visão acaba contribuindo para uma discussão sobre o caráter convencional ou natural da linguagem e, ao estabelecer um método de divisão embasado na matemática de Pitágoras, chega a definição da classe do nome e da classe do verbo.

De acordo com Turazza (1983), Platão postulava o verbo como um termo do qual se podia expressar a ação ou uma qualidade predicada, ou seja, era a parte de uma oração que diz algo sobre o ser, indicado pelo sujeito. O filósofo analisava o verbo dentro de uma visão lógica matemática, constituindo assim uma proposição entre o verbo e o nome centrada na função que estes dois elementos exercem, nascendo dessa combinação, o discurso.

Daí a definição para nome como o sujeito da predicação, ou seja, o ser sobre o qual se diz algo; e o verbo como o que se diz sobre o sujeito. Dessa relação entre sujeito e predicado, categorias básicas no eixo sintagmático, instaura-se o valor sintático da oração.

Já para Aristóteles (1978) o discurso não consiste somente na atribuição do verbo ao nome, mas pela combinação da enunciação desses dois elementos que poderemos verificar se esses conceitos são verdadeiros ou falsos. Além disso, o filósofo propõe a categoria tempo para o verbo grego, uma vez que algumas variações sistemáticas nas formas verbais estariam relacionadas com as seguintes noções: presente e passado.

Assim, para Aristóteles, o movimento é toda e qualquer alteração da realidade e a ação é a operação que permite a mudança de forma: o movimento transformador. Neste sentido, o conceito de ação para o filósofo é

inerente tanto ao nome quanto ao verbo, não sendo traço específico para opor estas duas categorias.

Do estudo realizado pelos filósofos, foram os estóicos<sup>1</sup> que chegaram ao princípio da regularidade e da irregularidade, categorizando o verbo da seguinte maneira: perfectividade, imperfectividade (= aspectualidade); voz ativa, voz passiva e voz média, ou seja, a categoria de voz; transitividade, intransitividade (inserida na categoria da ação, procedendo às regras morfológicas).

É dentro desse contexto que o verbo se insere, pois ele é o elemento essencial na estrutura da frase e na oração. Como diz Cegalla (2000, p. 182):

*Verbo é uma palavra indispensável na organização do período.*

Embora sendo essencial na frase, o verbo acabou sofrendo alterações no decorrer do tempo. Essas alterações podem ser vistas desde o latim clássico, quando havia quatro conjugações verbais que, no decorrer do tempo, reduziu-se por possuírem algumas semelhanças morfológicas. As terminações – *āre*, – *ēre*, – *ĕre*, – *ire* acabou se transformando nas nossas três conjugações – *ar*, – *er*, – *ir*. O verbo *pôr*, vestígio da segunda conjugação latina, no decorrer do tempo, ficou com a terminação em –*or*, que já pertencia a segunda conjugação do verbo *poer*. Assim, ficamos com as seguintes terminações: – *a*, – *e*, *i*. Das conjugações apresentadas percebemos que a primeira conjugação tem a possibilidade de criar mais verbos, enriquecendo o nosso vocabulário do que as outras conjugações; isso não quer dizer que a segunda e a terceira conjugação fiquem estagnadas, mas a capacidade criadora da primeira conjugação é bem maior que as demais conjugações, uma característica que veio do latim vulgar, como aponta Coutinho (1976, p. 273):

Primeira Conjugação – de todas as conjugações é esta a que ainda conserva a capacidade criadora, em português. Com

---

<sup>1</sup> Sistema filosófico que prega a indiferença diante dos males físicos e morais, resignação; tolerância. Borba, S. (org.) Dicionário UNESP do Português Contemporâneo. São Paulo, UNESP: 2004.

efeito, se excetuarmos a segunda, que se tem enriquecido com a formação de verbos incoativos, as demais são inteiramente improdutivas.

Dentro desse prisma, vemos que a língua é dinâmica, uma vez que se transforma e adapta-se ao seu meio, criando novos vocábulos, o que nos possibilita fazer um estudo histórico, pois a história é uma ciência que busca reconstruir e reinterpretar a construção do futuro. Assim, vemos que a noção de um fato histórico não é um objeto dado e acabado, mas resulta na construção do historiador por meio de documentos que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. Le Goff (1996, p. 207) argumenta que:

O estudo das línguas oferece-nos outro testemunho cujo valor reside, por um lado, no fato de a distinção passado/presente (futuro), que tem um caráter natural, nelas desempenhar um papel importante, sobretudo nos verbos, e, por outro lado, no fato de a língua ser um fenômeno duplamente originado na história coletiva: ela evolui – inclusive na própria expressão das relações de tempo através das épocas - e está estritamente ligada à tomada de consciência da identidade nacional no passado.

Essa visão nos mostra que língua e história estão ligadas intimamente, uma vez que um povo sem memória não constrói a sua história. Nesse sentido, a memória coletiva é de suma importância, pois faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das vias de desenvolvimento, na qual luta pelo poder ou pela vida e pela sobrevivência humana. Assim a tradição é indispensável à humanidade, pois a memória coletiva escrita possibilita compreender a luta pela dominação e recordação da tradição. Le Goff (1996, p. 477) argumenta que:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Nesse sentido vemos a memória como um elemento de suma importância, pois cabe a ela a busca pela identidade individual ou coletiva como sendo uma das principais atividades dos indivíduos na sociedade de hoje. No entanto, devemos ter em mente que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder das sociedades que nos possibilita compreender e recordar o passado de um povo.

Para Le Goff (1996, p. 473) a relação existente entre memória e história, passado e presente não devem levar à confusão, mas a uma relação de dependência entre o passado e o presente. Desse modo, podemos entender a história como uma ciência contemporânea, na proporção que o passado é aprendido no presente e responde aos seus interesses. Portanto, vemos a história como duração, pois o passado é ao mesmo tempo passado e presente.

Assim, ao relacionarmos língua e história buscaremos suporte teórico para compreendermos sob que forma o futuro do presente do indicativo se constituiu no tempo, o saber lingüístico e como este evoluiu, se transformou ou desapareceu.

Por outro lado, não podemos deixar de relacionar o homem no contexto social, Kristeva (1969, p.13) diz que a linguagem é a “chave” do homem e a história social tem sido a via de acesso às leis do funcionamento da sociedade. Se isolada, a linguagem pode funcionar como *objeto de conhecimento particular*, não ligada apenas às leis do seu próprio funcionamento, mas também a revelação da ordem social.

Nesse contexto devemos entender que a sociedade e o indivíduo são inseparáveis, pois eles são necessários e se complementam entre si, uma vez que o homem não é uma ilha na sua totalidade. Carr (1996, p. 67) argumenta que:

Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é



moldado por essa sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce. Ambos, língua e meio, ajudam a determinar o caráter de seu pensamento; suas primeiras idéias são provenientes de outras.

Dessa forma podemos ver a língua como um produto social, e que faz parte do dia-a-dia do homem, pois o homem, desligado da sociedade, seria incapaz de se expressar por meio de pensamentos e palavras. Assim, a língua se vê obrigada a seguir sua trajetória de acordo com as leis determinadas pelo sistema, seguindo o destino dos que falam, uma vez que são os indivíduos que a empregam em uma sociedade.

Dentro desse prisma, vemos que nenhuma sociedade é completamente homogênea, mas apresenta uma diversidade cultural e lingüística muito grande. Por ser heterogênea Car (1996, p.87) argumenta que uma sociedade apresenta-se como:

Uma arena de conflitos sociais e aqueles indivíduos que enfileiram contra a autoridade existente não são menos produtos e reflexos da sociedade do que aqueles que a sustentam.

Sendo assim, a língua também não se torna homogênea como muitos puristas e defensores do sistema acreditam e defendem, mas uma vasta variedade lingüística pode ser vista no país. Essa característica já podia ser observada desde a colonização dos portugueses no Brasil e fica mais evidente com a chegada da corte ao país. Assim, tínhamos a língua da corte, o português de Portugal e, por outro lado, um português coloquial que a camada da população utilizava por esse imenso Brasil.

Essa variante falada no país que se distanciou do português de Portugal foi observada pelo movimento romântico, que defendia uma língua nacional buscando legitimar as inovações lingüísticas nacionais. Esse conflito acabou se intensificando ainda mais com a proximidade do primeiro centenário de nossa Independência.

Nesse contexto, o surgimento do nacionalismo lingüístico irrompeu com o advento do nacionalismo político que ressentia com tudo que sugerisse dependência das metrópoles européias. A literatura local reaparece com ares nacionalistas graças ao apelo de escritores como José de Alencar, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, que acenavam para a necessidade de se considerar a cor local.

Embora tenhamos que reconhecer, pois, a inegável contribuição desses intelectuais em defesa do tom nacionalista que impuseram em suas obras, favorecendo uma literatura brasileira, a língua portuguesa no Brasil permanecia conforme os modelos lusitanos.

Nesse sentido várias discussões e inúmeros debates foram empreendidos com o objetivo de se definir como deveria ser chamada a variante brasileira da língua portuguesa, surgindo vários trabalhos que tratavam de questões acerca do português do Brasil.

A partir de então aparecem inúmeras obras que tratam de questões acerca do português do Brasil, como *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, de 1920, em que o autor analisa e descreve, em sua obra, um dos mais característicos falares do Brasil; a obra de João Ribeiro: *Língua Nacional*, de 1921, que defendia uma autonomia lingüística e literária; o *Linguajar Carioca*, de 1922, de Antenor Nascente, que analisa aspectos do falar do Rio de Janeiro, nos níveis fonológicos, morfológicos e sintáticos em contraste com os usos correspondentes da língua comum de Portugal.

No entanto é somente a partir de 1928 que a língua portuguesa utilizada no Brasil passa a ser estudada pelos filósofos e lingüistas, começando, desse modo, uma produção científica propriamente lingüística.

Embora havendo tantas polêmicas em torno da língua pátria João Ribeiro declara que a língua nacional era a portuguesa, o que, anos mais tarde, em 1946 ficou definitivamente oficializado por meio da Emenda nº 1378 com Parecer da Comissão de Educação.

Nesse ínterim, vários foram os estudiosos da língua que propuseram a estudar a língua portuguesa no Brasil, como Serafim da Silva Neto com sua obra *Capítulos da história da língua portuguesa no Brasil*, publicada em 1940 e

Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil de 1950; as obras de Celso Cunha como: Língua Portuguesa e Realidade Brasileira de 1968, Linguagem e Condição Social no Brasil 1979, A questão da Norma Culta Brasileira de 1985 e Que é um Brasileirismo de 1987 que procurou destacar às condições sociais, políticas, econômicas e culturais em que se desenvolveu a língua portuguesa no Brasil, além de Sílvio Elia 1979 em Unidade Lingüística do Brasil e outros estudiosos.

Porém, a língua assumirá a designação de “*português brasileiro*”, de acordo com Castilho (1998), somente na década de 70 com a sociolingüística que procurou estudar a realidade brasileira.

Como a língua é, incontestavelmente, um fato social, concretizando uma modalidade peculiar de cada comunidade ver e representar o mundo, o seu caráter social favorece a veiculação de idéias e de experiências e a interação entre os elementos que a constituem em uma sociedade. Sendo assim, a língua acaba funcionando como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua.

Nesse sentido, língua, cultura e sociedade são relações que vêm sendo tratadas com maior intensidade nos últimos anos e têm sido abordadas por diferentes correntes da lingüística moderna, como por exemplo, a Sociolingüística e a Etnolingüística.

Quanto a Sociolingüística, procura estudar as relações entre traços lingüísticos e fatores socioculturais no seio de uma comunidade com o intuito de verificar até que ponto as alterações que ocorrem na língua se prendem, sistematicamente, a fatores de natureza extralingüística e à freqüência com que ocorrem, a fim de determinar seu grau de pertinência. Já a Etnolingüística visa a abordar problemas que se referem às relações entre a língua e a visão do mundo de uma comunidade lingüística, estudando a língua enquanto expressão de uma cultura, tendo por preferência a situação de comunicação.

Dentre os pesquisadores que se destacaram no âmbito da Sociolingüística, foi o americano William Labov que insistiu na relação entre língua e sociedade e propôs um modelo teórico-metodológico que pudesse sistematizar a variação natural que ocorre na língua falada. Desenvolvendo seu

objeto de estudo em inúmeras comunidades lingüísticas, Labov, procurou confirmar, por meio de uma pesquisa sistemática, que a língua está em constante mutação, apresentando uma grande heterogeneidade lingüística que está condicionada ao meio sociocultural.

Assim, podemos observar que a língua se apresenta estreitamente relacionada ao que a sociedade pensa e faz, pois é por meio dela que ocorre a comunicação de idéias, de pensamentos e a interação social. Como elemento gerador e veiculador de cultura, a língua acaba refletindo a cultura de um povo na qual representa o somatório das próprias experiências de uma sociedade e, conseqüentemente, de sua cultura.

Por outro lado, a língua por fazer parte de uma instituição social torna-se o veículo de difusão da cultura e da ideologia de um povo, uma vez que reflete as especificidades típicas de cada momento histórico, como o modo de pensar e as expectativas de uma comunidade num dado espaço geográfico.

Ao se constituir como um elo entre sociedade e cultura a língua acaba provocando na prática uma interdependência entre si, e, é nesse universo que o homem passa a agir e a interagir com os demais elementos que o cercam. Assim, cada língua passa a expressar tanto no léxico como na gramática uma classificação dos dados da realidade que é própria dessa língua e da cultura com a qual ela interage.

Dessa forma, vemos que em todo o grupo social há sempre a predominância de certos padrões de referência norteadores no modo de agir dos indivíduos no âmbito de uma comunidade como um todo. Como a língua está sujeita a variações e a mudanças, esses padrões comportamentais atuam em dois eixos opostos: um que procura uniformizar, unificando na medida do possível a norma padrão, ou uma modalidade normativa no sentido de reunir comportamentos diversos, e outro que favorece a existência de focos de diferenciação dos grupos entre si, transgredindo a norma em defesa da criatividade e da liberdade individual, propiciando nesse sentido, uma tendência à diversificação.

Embora a norma procure funcionar como uma força niveladora, nada deterá a evolução lingüística, pois a língua, como todos os outros fenômenos

sociais, possui caráter dinâmico, o que possibilita a existência de vários tipos de normas em uma mesma comunidade lingüística, como é o caso do Brasil, que apresenta um pluralismo étnico e cultural em suas mais diversas relações de raças e culturas que se processam e se processaram no cenário brasileiro. Essas diversas relações existentes entre regiões e áreas geográficas do país são responsáveis pelas diferenças e, conseqüentemente, pelos diversos falares brasileiros.

Nesse sentido Lucchesi (1994, p. 27) defende uma variação e uma norma que caracterizam uma sociolingüística do português no Brasil:

Apesar de conceber o português do Brasil como um sistema heterogêneo e variável, defendo que ele não pode ser analisado como um sistema unitário, mas como um sistema plural, mais precisamente um diassistema, constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que defini aqui como normas. O resgate do conceito de norma que aqui se faz no quadro da teoria sociolingüística - isto é, em termos qualitativos distintos do escopo estruturalista, do qual este conceito provém – justifica-se, na medida em que, numa mesma comunidade de fala, definem-se sistemas de valores e padrões de uso lingüísticos distintos, ou mesmo antagônicos.

Essa visão de um sistema heterogêneo pode ser vista da seguinte forma: de um lado temos uma classe privilegiada que são os mais escolarizados que utilizam uma norma culta, ou seja, aqueles que procuram se aproximar de uma norma padrão, próxima a gramática normativa; por outro lado, temos uma classe menos privilegiada que utiliza uma norma vernácula procurando aproximar de uma norma culta, mas que apresenta traços distantes do modelo padrão. O encontro dessas duas normas apresenta diferenças que ficam evidentes quanto ao uso e ao sistema de valores implícitos.

É interessante ressaltar que em toda comunidade lingüística sempre há a existência de um tipo de norma que tem mais prestígio do que outras, que, conseqüentemente, acaba se transformando em norma padrão. Assim,

observamos que um grupo social fluente, de prestígio, pode contribuir para a transformação de normas nas diferentes esferas sociais, podendo atuar sobre o estado de língua. Dessa forma, pode-se verificar que as pessoas que detêm o poder ou gozam de um grande prestígio em uma sociedade, influenciam os hábitos e os costumes de todos os componentes do grupo, inclusive os costumes lingüísticos. Isso pode ser comprovado pelos grandes escritores que exerceram um fator decisivo na constituição da língua escrita. Por outro lado, os meios de comunicação em massa também atuam a favor de um português padrão, contribuindo para unidade na diversidade lingüística.

Embora muitos tentem manter uma língua una, vemos que o português brasileiro apresenta uma diversidade lingüística, pois vários foram os fatores que contribuíram para essa diversidade, basta olhar para a composição da sociedade brasileira para verificarmos que índios e imigrantes são partes da nossa sociedade. Mattos e Silva (2004, p.66) argumenta que:

O multilingüismo brasileiro, embora não assumido pelo Estado, é parte de nossa realidade lingüística. O fato de ele caracterizar as margens da nossa sociedade e quase que, conseqüentemente, estar nas margens da nossa geografia não pode não ser conhecido, sobretudo quando se está a pensar no ensino da língua portuguesa.

Índios e imigrantes são parte da nossa sociedade. Contudo, a história fez com que se tenha de lutar para que isso seja reconhecido. E é na escola, é no treinamento do uso da língua portuguesa, que essa realidade afronta a ideologia dominante da homogeneidade. A língua portuguesa não é a língua de berço, não é a língua da família nessas situações.

Sobre esse olhar, vemos que há uma grande heterogeneidade do português brasileiro que contribui para uma diversidade lingüística, possibilitando assim adequar as diferentes normas dentro do sistema lingüístico do português brasileiro. Houaiss (1992, p.16) explica que:

O nosso vernáculo comum é uma unidade que convive com rica diversidade de unidades menores , todas – no uso brasileiro – entre si intercomunicantes, quando seus usuários generalizam, em lugar de particularizarem suas falas como o gaúcho, por exemplo, o nordestino, o nortista, o alagoano, etc. Sob este particular aspecto, há uma realidade ricamente diferenciada dentro de nossa unidade vernácula, diferencialidade que é o campo de estudo por excelência da dialectologia horizontal e/ou geografia lingüística – fenômeno de natureza universal nas línguas faladas em todos os tempos e espaços.

Nesse sentido percebemos que não há um quadro lingüístico homogêneo, uma vez que a pluralidade cultural contribui para um caráter heterogêneo, pois a época que se deu a colonização, a origem dos colonizadores e as conseqüências lingüísticas de um contato heterogêneo são aspectos que devem ser considerados. Na verdade devemos ver que a hegemonia da língua portuguesa não dependeu somente de fatores lingüísticos, mas sim históricos, e que somente nos dois últimos séculos e meio é que houve uma normatização do português falado no Brasil no sentido de ser chamado de português padrão, embora apresentando um caráter regional e social variado, que passou a gozar de prestígio e a representar a norma para o bem falar e o bem escrever.

Apesar de muitos estudiosos perceberem essa diversidade lingüística demorou-se muito tempo para os conservadores da língua admitirem que, no Brasil, há um multilingüismo em todos os estratos socioculturais, no sentido de explicar as diferenças e as semelhanças que existem entre as diversas variedades da língua portuguesa. É somente na década de 1970, com os estudos de Labov sobre a questão de variação e mudança, que a língua oral passa a ser estudada no Brasil, mais precisamente com o Projeto NURC, que procurou estudar a realidade culta informal e formal em centros brasileiros não somente com a finalidade de conhecer essa realidade, mas, sobretudo conhecer essa diversidade lingüística para elaborar novas orientações para o ensino de português.

Um outro dado importante que não pode deixar de passar despercebido é que a Constituição de 1988, de acordo com Leite e Callou (2004, p.14) *assegurou às populações indígenas o direito de manter sua diversidade lingüística e cultural, num reconhecimento oficial de ser o país multilíngüe.*

Assim, ao analisarmos o passado lingüístico e sócio-histórico do Brasil percebemos que já pelos fins do século XVIII o português brasileiro “*nascia com diversidade*” de acordo com Houaiss (1992, p.98) diversidade essa que revela o seu caráter atual.

É sobre esse olhar que pretendemos analisar o tempo verbal do futuro do presente como um fato evolutivo da língua. Partimos, assim, da premissa de que a língua se modifica em determinados tempos, observando seu meio social em que o indivíduo está inserido, pois há um imbricamento entre língua e sociedade que não pode passar despercebido.

Para realizarmos este trabalho organizamos esta tese em quatro seções. Na primeira seção procuramos fundamentar teoricamente o trabalho apresentando a periodização da língua portuguesa do Brasil que subsidiou a análise com a finalidade de eleger os documentos a serem estudados. É importante partirmos desses estudos, pois são eles que mostrarão o processo de colonização portuguesa, mais precisamente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o Brasil começa a definir como espaço de língua dominante o português, com as reformas e a política lingüística cultural imposta pelo Marquês de Pombal.

Na segunda seção, fundamentaremos a importância de um estudo historiográfico já que a língua está inserida em uma sociedade e reflete a sua criação ou a sua conservação em um determinado contexto de produção.

Na terceira seção, apresentaremos uma visão histórica do presente do futuro do indicativo, partindo do latim. Para tal pesquisa teremos como suporte teórico a gramática latina de Ernesto Faria além de outros gramáticos e teóricos que poderão nos dar subsídios para um avanço nos estudos lingüísticos, apresentando o processo de conversação e de mudança em nosso sistema verbal.



Na quarta seção, faremos a análise do *corpus* apresentando a incidência do futuro do presente do modo indicativo em anúncios publicados nos jornais do Estado de São Paulo no período de 1820 a 1880 e em Guedes e Berlinck, 2000.

Nas considerações finais, retomamos o percurso estabelecido na introdução, apresentando os resultados obtidos pela pesquisa e abrimos perspectivas para a continuidade do trabalho.

## 1. FUNDAMENTOS: A LÍNGUA COMO OBJETO DE CONTEMPLAÇÃO HISTÓRICA

### 1.1. LÍNGUA E HISTÓRIA

“Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é moldado por essa sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce.”

Edward Hallet Car, 1996.

Ao falarmos em língua devemos ter em mente que estamos falando de um sistema lingüístico representativo que cada sociedade possui, pois é por meio dela que o homem pode expressar sua cultura, sua ideologia e seus pensamentos. Câmara Jr. (1989, p. 35) argumenta que:

A língua não tem finalidade em si mesma, sendo sua função expressar a cultura para permitir a comunicação social, com o que ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural, dando-lhe um aditamento lingüístico e, pois, propiciando a atuação uns com os outros dos membros participantes de uma atividade coletiva.

Sendo assim, vemos que a língua estreita uma relação com o usuário e com o contexto social, uma vez que toda a estrutura lingüística integra uma realidade sociocultural. Nesse sentido, podemos dizer que a linguagem humana é um fato eminentemente social e que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam.

Essa visão nos mostra que o homem procura, por meio da linguagem, representar o mundo em torno de si. Dessa maneira, podemos dizer que a

língua acaba refletindo o pensamento humano, uma vez que a linguagem é uma criação do homem na base dos seus pensamentos, e, é no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural que ocorre o processo de interação. Benveniste (1989, p. 93) argumenta que:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem existe e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. [...] Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra.

Sobre esse olhar, podemos dizer que a linguagem é o instrumento mais eficiente da ação e interação da sociedade que o homem dispõe, pois é por meio dela que o homem se constitui como sujeito, uma vez que ao integrar-se a um meio social o homem passa a agir e a interagir com os demais elementos de seu universo, o que lhe garante a sobrevivência física e social, possibilitando, assim, dominar o espaço que o cerca.

Nesse sentido, podemos verificar que a língua se mostra estreitamente relacionada ao que a sociedade pensa e faz, pois é por meio dela que o homem expressa suas idéias, pensamentos, ocorrendo, assim, uma interação social. Por outro lado, por se apresentar como um elemento gerador e veiculador de cultura, a língua reflete a cultura de um povo e representa o somatório das experiências próprias de uma sociedade.

Como instituição social, a língua torna-se um veículo de difusão da cultura e da ideologia de um povo, uma vez que reflete as especificidades típicas de cada momento histórico, num dado período de tempo.

Ao estudarmos a língua, Benveniste (1995) explica que acabamos estudando o homem e a sociedade em que ele, o homem convive, pois é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente, pois a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo.

Por outro lado Benveniste (1995, p. 31) explica que:

A linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra.

Dessa forma, podemos ver que a língua e sociedade estão unidas de tal forma que uma não existe sem a outra e, como a língua é um instrumento de comunicação que está em constante transformação, ela se torna um objeto de investigação histórica, uma vez que o homem por si só é “um animal histórico”, em mais de uma acepção da palavra.

Desse modo, além de a língua apresentar um caráter histórico, ela apresenta um caráter social e político e o uso e as mudanças que ocorrem não aparecem aleatoriamente, como fruto do acaso, ou da ignorância, mas apresentam marcas que refletem a estrutura social em suas particularidades e suas variações.

Ora, o fato de a língua sofrer mudanças constantes se torna um fenômeno complexo, pois as diversas concepções teóricas podem abordar a língua sob diversos aspectos, levando em consideração os fatores externos e internos que ela possui. Logo, para um estudo histórico da língua fica difícil romper com esses dois fatores, uma vez que ambos estão imbricados no que concerne à sua evolução.

Ao abordarmos língua e história devemos entender a língua como a cristalização do pensamento humano, sendo, portanto, um produto social. Essa concepção pode ser observada nos documentos escritos como uma maneira de esclarecer um determinado estado de língua, que contribui, de certa forma, para a história no momento específico de sua elaboração. Sendo assim, vemos que o sistema da língua está relacionado com a intersubjetividade do homem, uma vez que a língua é uma constante em sua vida.

Dessa forma, podemos ver a língua como uma instituição ideológico – social que está a disposição do homem, uma vez que o homem, ao usá-la,

procura adequá-la e adaptá-la da melhor maneira possível aos seus interesses.

De acordo com Leite (1999, p. 29) as diferenças aparecem, pois:

São vários e diversos grupos de pessoas que usam modos diferentes a língua, cada um tentando fazê-lo da maneira mais adequada e própria a seus interesses e conhecimentos.

Vemos que a língua, por mais sistemática que seja, acaba servindo de manobra para seus usuários, uma vez que o homem utiliza-a a fim de suprir seus próprios interesses. Por isso muitas vezes a língua é usada como meio de persuasão e de sugestão, pois ela não existe senão no falar dos indivíduos e o falar é sempre falar uma língua.

Para Borba (2003, p. 3) *a linguagem é um poderoso instrumento de manipulação e, por conseguinte, de implantação e conservação de ideologias*, pois ela age sobre o pensamento humano e o homem, ao saber dominá-la, acaba utilizando-a para os objetivos que deseja atingir.

Por outro lado, ao abordarmos um estudo histórico, não devemos esquecer que a evolução de uma língua resulta de dois fatores que não podem passar despercebidos: os fatores internos e os fatores externos. Ambos corroboram para o desenvolvimento da língua; no entanto, observamos que esse processo é lento e descontínuo, marcado por rupturas que geram um conjunto de influências histórico-culturais, como diz Silva Neto (1952, p.52):

... a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente pré-estabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpante vida (...). A evolução, repetimos, é melindrosa, relacionada com mil acidentes (...) porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento.

Dentro desse contexto, percebemos que os processos evolutivos de uma língua se caracterizam no tempo dentro de um determinado período, uma vez que a língua está sempre se reconstruindo, pois, se não ocorresse esse processo, a língua estaria propensa a desaparecer, já que a língua muda para continuar funcionando como tal.

Coseriu (1979, p. 31) explica que o latim de Cícero deixou de funcionar como língua histórica justamente porque deixou de mudar e, nesse sentido, é uma língua morta, uma vez que a língua muda para continuar funcionando. Dessa forma, vemos que a língua permanece sempre numa dinâmica e se transforma continuamente para que ela continue a existir. Sendo assim, percebemos que a língua é um produto social e como tal faz parte do cotidiano da vida do homem, pois a linguagem é o próprio fundamento de tudo o que é social.

Por outro lado, devemos entender que os fatos sociais não são impostos aos homens, muito pelo contrário, são os homens que os utilizam de acordo com suas necessidades. Coseriu (1979, p. 41) argumenta que:

Os fatos sociais não se impõem ao indivíduo, é o indivíduo que os adota como modos necessários e adequados para a sua expansão. No caso da língua, a língua-instituição age sobre o indivíduo com toda a sua força sugestiva e normativa, porque o próprio indivíduo a autoriza a constituir-se na sua forma definida, de sorte que nenhum valor social se estabelece, numa sociedade de homens, se não extrai fundamento e legitimidade do valor constitutivo da pessoa. Os fatos que se impõem ao indivíduo lhe são sempre exteriores e são por excelência anti-sociais.

Ora, relacionar língua e sociedade é refletir o pensamento humano, pois a língua só ocorre dentro de uma sociedade, ou seja, para existir a língua nasce e se desenvolve no seio da sociedade humana. Por outro lado, Coseriu (1979, p. 44) argumenta que:

Todo ato de falar, sendo ao mesmo tempo histórico e livre, tem uma extremidade ancorada na sua necessidade histórica, na sua condição historicamente necessária – que é a língua -, e outra extremidade que aponta para uma finalidade significativa inédita e que, portanto, vai mais longe que a língua já estabelecida.

É sob esse olhar que podemos relacionar língua e história, pois a língua torna-se a representação do homem no tempo, cabendo à história contribuir para a compreensão do presente lingüístico pelo seu passado, ou seja, a língua torna-se um conjunto de relações que podem ser reavaliadas dentro de um sistema, não sendo reconstruída por si só, mas de suas relações com o sujeito. Daí representar um caráter histórico, uma vez que ela, a língua, apresenta dentro de uma determinada fase uma variação entre formas velhas e formas novas, sendo possível buscar no presente as pistas para a língua no passado. É sob esse prisma que a sincronia trabalha a favor da diacronia.

Desse modo, percebemos que ao estudarmos qualquer fase da história da língua, encontraremos resíduos do passado mais remoto em contraponto com as formas atuais, pois devemos levar em consideração que a língua é criadora de enunciados e que os acontecimentos não são somente temporais, mas históricos, uma vez que o sujeito, ao praticar o ato da enunciação, acaba ao mesmo tempo reconstituindo a língua e criando novos signos.

Assim, podemos entender a história como a ciência dos atos passados e dos vários fatores que neles influíram, visto na sua sucessão temporal (BESSELER, 1974, p. 29). Isto significa dizer que os atos humanos do passado constituem o objeto material da história, a sucessão temporal, o objeto formal, isto é, o ponto de vista sob o qual os atos humanos do passado são estudados pelo historiador.

Dentro desse enfoque devemos ver a história como uma série de fatos verificados, de pensamentos e de traços deixados pelos homens por meio de suas ações, que estão sempre inacabadas, isto é, a história é a relação entre o passado e o presente, e o presente e o passado, possibilitando uma reordenação que cabe ao homem promover. O que a história realmente

procura fazer é construir e reinterpretar constantemente os fatos passados, possibilitando analisar o presente para construir o passado.

Já Le Goff (1996, p.51) diz que toda a história é bem contemporânea na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, pois o passado depende parcialmente do presente. Assim, podemos dizer que a história é vista como duração e o passado é ao mesmo tempo passado e presente, cabendo ao historiador estudar objetivamente o passado sob ambos os enfoques.

Assim, a historicidade desempenha um papel de suma importância, pois possibilita uma reavaliação dos fatos passados, uma vez que o homem revela-se em toda sua amplitude na modelagem do espaço propriamente dito. Surgem como conseqüências novas leituras do passado, cheias de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. É sob esse ponto de vista que podemos caracterizar a historicidade lingüística, pois é ela que nos possibilita uma relativa efetivação dos fatos sociais. Isso se torna possível pela subjetividade que existe tanto na língua quanto na história, já que ambas estão em constantes transformações. Assim, elas consentem novas releituras, tanto na representação como na interpretação dos fatos da língua que permitem chegar a uma historicidade, uma vez que língua e história estão sempre se reconstruindo e reinterpretando. Na verdade, podemos dizer que a historicidade passa a ser uma contínua reconstrução do passado, marcada por diversos fatores e cabe ao historiador buscar no passado o modelo para o presente e, o presente o modelo para ler o passado.

Sendo assim, podemos dizer que a língua e a historicidade lingüística se reestruturam, pois ambas possibilitam ao pesquisador a reconstrução dos conteúdos em um estudo inserido dentro de um contexto histórico-cultural. É desse modo que língua e história passam por diversos processos, uma vez que ambas nunca estão prontas, acabadas, pois é um processo contínuo de fazer e refazer que está ao alcance do homem. Para Coseriu (1979, p.63):

A língua muda justamente porque não está feita, mas, sim, faz-se continuamente pela atividade lingüística. Em outros termos, muda porque é falada: porque existe apenas como técnica e



modalidade do falar. O falar é atividade criadora, livre e finalista, e é sempre novo, enquanto se determina por uma finalidade expressiva individual, atual e inédita. O falante cria ou estrutura a sua expressão utilizando uma técnica e um material anterior que o seu saber lingüístico lhe proporciona. A língua, pois não se impõem ao falante, mas se lhe oferece: o falante dispõe dela para realizar a sua liberdade expressiva.

Sobre esse ponto de vista podemos entender que a língua não muda totalmente, pois se isso ocorresse o homem não conseguiria se comunicar. Assim o homem utiliza o sistema lingüístico que ele conhece para se expressar, atualizando a língua ao falar. Coseriu (1979, p. 64) explica que:

O falante não emprega outra técnica, mas utiliza o sistema que se lhe oferece pela comunidade e, mais ainda, aceita também a realização que a norma tradicional lhe proporciona, porque esta é a sua tradição. Não inventa totalmente a sua expressão, mas utiliza modelos anteriores, justamente por ser este indivíduo histórico e não aquele: porque a língua pertence à sua historicidade, ao de ser seu modo determinado.

Desse modo, podemos perceber que o falar ocorre dentro de um quadro histórico que é constituído pela língua, pois a linguagem possui uma historicidade que perpassa pela historicidade do homem, porque é diálogo falar com o outro: *“uma consciência que significa pressupõe uma consciência que interprete, isto é, que acolha o signo e o compreenda”* (COSERIU, 1979, p.64).

Por outro lado, precisamos observar que o conhecimento é uma realidade histórica, e que o ato de saber é limitado, como um horizonte de projeção. Assim, vemos que o saber se organiza, antecipando o futuro enquanto ele é construído, pois não havendo memória e nem projeto simplesmente não pode haver saber. Le Goff (1996, p. 476) argumenta que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos

indivíduos e das sociedades de hoje, “na febre e na angústia”. É sob esse enfoque que a história dos saberes lingüísticos é feita, justamente pelos seus desenvolvimentos, suas intenções e até mesmo da passagem da tematização de certos fenômenos de um tipo a outro.

Dentro desse prisma, ao relacionarmos língua e história temos o intuito de verificar a evolução do verbo no futuro do presente, bem como o seu uso, pois como dissemos acima, a língua representa uma consciência histórica que faz parte do homem, que é falar uma língua. Coseriu (1979, p 65) argumenta que:

A linguagem é, ao mesmo tempo, o primeiro fundamento e o primeiro modo de manifestação da intersubjetividade, do ser com outro, que coincide com o ser histórico do homem. De fato, ser com outro significa, precisamente, poder entender-se, ou seja, encontrar-se em um mesmo plano de historicidade; e este encontrar-se não é possível senão por meio da língua, que, no falante e no ouvinte, representa o seu modo.

Ora, desse modo podemos entender o homem como um ser histórico que se utiliza de uma língua para se expressar dentro de um contexto histórico-sócio-cultural, pois além de a língua se constituir historicamente no falar, ela também apresenta um fato de cultura, uma vez que abrange a tradição de um povo. Assim, o falante, ao se expressar, utiliza o que o sistema, dentro de uma comunidade lingüística, lhe oferece, podendo assim, exprimir a sua criatividade lingüística.

Portanto, ao enfocarmos um estudo histórico-evolutivo pretendemos estudar a forma verbal do futuro do presente do modo indicativo, no século XIX, apoiado em textos de jornais da época.

## 1.2. PRINCÍPIOS DE HISTÓRIA DA LÍNGUA

“O tempo não é fator da evolução, mas tão somente o seu quadro. A razão da mudança que atinge esse elemento da língua está, de um lado, na natureza dos elementos que a compõem em um determinado momento, de outro lado nas relações de estrutura entre esses elementos.”

Émile Benveniste, 1995.

Entendemos que para analisar o tempo verbal no futuro do presente do modo indicativo faz-se necessário estudar os princípios da história da língua, uma vez que as línguas mudam com o passar do tempo, pois a língua não é estática, muito pelo contrário, a língua se altera continuamente no tempo. É sobre essa dinamicidade da língua que se torna possível fazer um estudo historiográfico. De acordo com Nascimento (2005, p. 17):

Em historiografia lingüística é possível fazer um recorte no processo de mudança que sofre a língua, a fim de apreendê-la no tempo e em sucessivos espaços de tempo em que mudanças e regularidades são perceptíveis.

Nesse sentido, podemos entender que ao usarmos a língua ela se atualiza, revelando-nos o seu passado e presente, isto é, a sua história.

Como a língua não é uma entidade isolada, mas se faz presente dentro de uma sociedade, possibilita-nos a investigá-la a fim de estudar as mudanças lingüísticas que ocorrem. Sendo assim, Silva Neto (1952, p. 13) argumenta que:

As línguas são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas depende de condições sociológicas,

pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças.

Por estar estreitamente relacionada com o que a sociedade pensa e faz, uma vez que é por meio dela que ocorre a comunicação de idéias e a interação social, fundamentaremos nosso trabalho na historiografia lingüística que visa estudar as mudanças que ocorrem na língua no eixo do tempo.

Dessa forma, vemos que a língua não é uma realidade estagnada, muito pelo contrário, a configuração estrutural da língua se altera continuamente no tempo. Faraco (2005, p.14) argumenta que *“as línguas estão em movimento, mas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão”*, ou seja, *“as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados.”*

Nesse sentido vemos que os falantes não têm a percepção de que a língua está mudando, uma vez que o processo de mudança lingüística ocorre lentamente, pois as mudanças não atingem o todo da língua, mas partes, possibilitando um jogo de mutação e permanência, dando-nos a idéia de que a língua permanece parada e não dinâmica como ela é.

Essa forma de pensar está relacionada com a visão estruturalista que Saussure faz da língua, pois para ele *a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos* (SAUSSURE, s/d, p. 95). Nesse sentido, Saussure vê a língua somente do ponto de vista sincrônico, ou seja, se ocupa de um estado de língua, fazendo uma abstração fora do contexto social e transforma a língua real, dinâmica, em uma língua estática, em um objeto ideal para as investigações, excluindo, dessa forma, a questão da mudança.

Isso ocorreu porque muitos estruturalistas estudavam um estado de língua isolado em sua organização estrutural, sendo preferível para eles que a língua não mudasse, permanecesse intacta. Mas se esses fatores externos e internos não ocorressem, a língua estaria fadada a uma instabilidade perpétua, pois são eles que corroboram para o seu desenvolvimento, abrangendo um

processo lento e descontínuo, gerado por rupturas que espelham um conjunto de influências histórico-culturais.

Sendo assim, as mudanças na língua estão relacionadas ao contexto sócio-histórico, cabendo assim, a historiografia lingüística abordar o seu caráter individual e social. Nascimento (2005, p. 14) *argumenta que as mudanças lingüísticas se expressam em fatos reais, pois os usuários da língua manifestam todos os seus sentimentos lingüisticamente.*

Podemos dizer, na verdade, que os indivíduos não têm a intenção de modificar a língua, mas somente usá-la. Ao colocá-la em prática acaba levando à inovação e à mudança. Nesse sentido, Nascimento (2005, p. 15) explica que *esse processo de mudança lingüística em meio às condições históricas de seu uso exige que assumamos uma nova concepção de descrição lingüística, ou mesmo que a neguemos, uma vez que nessa descrição deve estar incluída a história.*

Assim, podemos ver que a historiografia lingüística, que a partir de agora chamaremos de HL, acaba abordando a língua de uma forma multidisciplinar, sendo possível *conciliar perspectivas lingüísticas, históricas e socioculturais e agregar valores no processo de compreensão e interpretação do documento* (NASCIMENTO, 2005, p. 15).

Nessa perspectiva multidisciplinar vemos que tanto a lingüística quanto a história contribui para que possamos conhecer tudo que está relacionado entre o homem e sua linguagem e é dentro desse contexto que a historiografia lingüística se insere, uma vez que procura integrar e convergir os elementos do universo humano que a envolvem. Para Nascimento (2005, p. 15)

A historiográfica lingüística parte do princípio que a língua, enquanto produto histórico-cultural, torna-se simultaneamente veículo e expressão de dados socioculturais que pressupõem um olhar histórico.

...

Neste sentido, a HL permite-nos sistematizar linguisticamente os dados do passado, tornando-os memória, ao mesmo tempo em que se abre ao homem para reconstruir no/pelo documento os

fatos passados, impossíveis de reconstituição pelo processo de rememoração.

É nesse sentido que a historiografia lingüística pode identificar, no documento, as pistas que podem revelar melhor a sociedade, o homem e a língua. Isso possibilita ao historiador ter uma ampla visão do momento histórico em que a língua passa, pois por meio dos documentos escritos é possível compreender a realidade e o contexto sócio-cultural de um determinado período.

Como a língua é um fato social e como tal não é exterior aos indivíduos, não é extra-individual, mas interindividual, uma vez que corresponde ao modo de ser do homem, que é um ser que interage com outro, a língua acaba sendo estruturada dentro da natureza humana o que possibilita um convívio social.

Nesse sentido devemos entender que os fatos sociais não se impõem ao indivíduo, mas é o indivíduo que os adota como modos necessários para a sua expansão, como é o caso da língua. Câmara Jr. ([1904]1989, p.21) explica que a língua não tem finalidade em si mesma, sua função é expressar a cultura a fim de permitir a comunicação social que acompanha cada fato social, dando-lhe um acréscimo lingüístico, proporcionando, desta forma, a atuação dos indivíduos na atividade coletiva.

Por estar relacionada à cultura a linguagem torna-se tradição e, dentro da tradição, surgem o espontâneo e o inventivo. Para Coseriu (1979, p.94):

A língua se refaz porque o falar se fundamenta em modelos anteriores e é falar-e-entender; supera-se pela atividade lingüística porque o falar é sempre novo; e renova-se porque entender é entender além do que já se sabia pela língua anterior ao ato. A língua real e histórica é dinâmica porque a atividade lingüística não é falar e entender uma língua, mas falar e entender algo novo por meio duma língua. Por isso a língua se adapta às necessidades expressivas dos falantes, e continua a funcionar como língua na medida em que se adapta.

Assim, vemos duas forças que se fazem presentes na dinamicidade da língua: uma força inovadora que está relacionada com a fala, e a outra conservadora, que para Saussure (s/d p.92) é o *conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender*. No entanto, para haver interação a língua sempre resgata algo velho e atualiza na medida em que o falante a utiliza, uma vez que as línguas mudam, mas continuam organizadas, oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados. Nesse sentido, Nascimento (2005, p. 18) explica que *a língua não é um sistema fechado em si mesmo, mas como uma práxis, determinada por fatores sócio-histórico-culturais*.

Dentro desse contexto vemos que a língua sempre se modifica, e isso só se torna possível à medida que a sociedade utiliza-a como um instrumento de comunicação, uma vez que ao falar uma língua o falante atualiza o sistema, não permanecendo estagnado, paralisado, mas em contínua transformação, pois a ação de falar, ouvir e pensar traz algo de novo. Silva Neto (1952, p.52) argumenta que:

A evolução é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento.

É sobre esse olhar evolutivo que podemos observar as mudanças fonéticas, sintáticas e as mudanças no significado, a criação de novos vocábulos, a variação da norma culta brasileira, desaparecendo o antigo para a criação de algo novo, pois toda a língua tem uma camada antiga que atravessa diversas sincronias, sem que se perceba, salvo por estudo sistematizado. Nesse sentido vemos que a língua passa a ser a representação da ação do homem no tempo e a historiografia lingüística, possibilita-nos, por sua vez, a compreensão do presente lingüístico pelo seu passado.

Por outro lado, Coseriu (1979, p. 102) explica que isso ocorre pelo fato de a língua permitir mudanças entre a relação da historicidade do homem e a historicidade da língua, uma vez que os fatores estruturais não deixam de ser

históricos, pois também o fato de um sistema ser este e não aquele é um fato histórico, uma vez que as mudanças lingüísticas resultam de transformações históricas indicadoras de necessidades socioculturais.

Sendo assim, vemos que o falante não emprega outra técnica, mas utiliza o sistema oferecido pela comunidade e, ainda mais, aceita também a realização que a norma tradicional lhe proporciona, porque esta é a tradição. Para Coseriu (1979, p.103):

A língua é um conjunto de modos sistemáticos e só pode mudar (renovar-se) sistematicamente, pois toda mudança, enquanto constituição de um novo modo sistemático, deve encontrar a sua justificação e os seus limites na funcionalidade do sistema em que se insere...

E se entre dois estados a língua muda sem deixar de ser sistemática, isso significa que a mudança encontra no sistema o seu lugar necessário: que se justifica por uma possibilidade ou uma insuficiência do primeiro estado, em relação às novas necessidades expressivas dos falantes.

Nesse sentido, vemos que as mudanças sempre ocorrerão na língua, uma vez que as línguas mudam com o passar do tempo, pois o homem é um ser que está a todo o momento se aprimorando, conseqüentemente, a língua e a sociedade acabam adequando ao pensamento humano.

No entanto, é importante ressaltar que, embora a língua esteja em movimento ela nunca perderá o seu caráter sistêmico, ou seja, elas mudam, mas continuam organizadas proporcionando aos seus falantes os recursos necessários de que eles necessitam para se comunicar. Para Faraco (2004, p. 15)

As mudanças atingem sempre partes e não o todo da língua, o que significa que a história das línguas se vai fazendo num complexo jogo de mutação e permanência, reforçando aquela imagem antes estática do que dinâmica que os falantes têm de sua língua.



Nesse sentido devemos entender que há um jogo entre o velho e novo, sendo utilizado a todo instante, pois a língua ao manifestar-se socialmente acaba servindo não somente como um instrumento ou meio de comunicação, mas manifesta-se como uma prática social que o homem utiliza a seu favor.

Assim, ao falarmos em mudanças lingüísticas, devemos considerar os fatores internos, pois na realidade são condições do falar que apresentam condições de mudanças que existem na própria língua, ou seja, as modificações da língua só ocorrem por meio do indivíduo, uma vez que ela não existe fora dos sujeitos que a falam. Assim, fica evidente que a língua apresenta um papel importante na estrutura social atuando como força modeladora na mudança do fato lingüístico. Como a língua está sujeita à ação de fatores que compõem a herança social ela se instala em um plano temporal e evolui acompanhando a estrutura da sociedade, recebendo, desse modo, implacavelmente a pressão de fatores extralingüísticos. Coseriu (1979, p. 104) argumenta que:

Sendo a mudança intrínseca ao modo de existir da língua, deparamos, na realidade, a todo instante, com mudanças em ato. Por isso, as mudanças devem refletir-se também nos estados de língua, ainda que não possam ser comprovados como tais do ponto de vista estritamente sincrônico. De fato, as mudanças manifestam-se na sincronia, do ponto de vista cultural, nas formas esporádicas, nos chamados erros correntes em relação à norma estabelecida e nos modos heterossistemáticos comprováveis num falar; e do ponto de vista funcional, na presença, no mesmo modo de falar, de variantes facultativas e modos isofuncionais.

Ao apresentar-se como um objeto multifacetado, a língua fica sujeita a ação de diferentes enfoques, e, como instituição social, ela veicula diretamente ao ambiente sociocultural, configurando-se como a manifestação de uma mentalidade coletiva. Assim, ela estabelece a comunicação e a interação social entre os membros de uma mesma comunidade lingüística. Nessa linha

de raciocínio, podemos argumentar que as línguas são produtos e veículos de culturas e o contato de culturas é por isso mesmo o contato de línguas, uma vez que ela representa uma atividade cultural. Desse modo, vale ressaltar que a língua reflete ao mesmo tempo a cultura do grupo social a que pertence e, também, a parte representativa dessa cultura. Como a língua serve de instrumento a serviço de um grupo, é importante notar que ela é um fato histórico, a que todos devem submeter-se.

Por ser um instrumento cultural da qual está a seu serviço, ela se sustenta na natureza humana e a ultrapassa a partir do momento em que se constitui como um sistema de sinais socialmente institucionalizados.

Sapir (1971, p. 18), ao conceituar a linguagem, argumenta o seu caráter coletivo e a sua dimensão social:

Falar é uma atividade humana que varia, sem limites previstos, medida que passamos de um grupo social a outro, porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado (...), falar é uma função não instintiva, uma função adquirida, cultural.

É interessante assinalar que a inter-relação entre língua, cultura e sociedade manifesta-se, sobretudo, na língua, que deixa melhor transparecer o ambiente físico e social em que os falantes estão inseridos. Assim, é na língua que vamos encontrar os meios que poderão fornecer a explicação da concepção de uma determinada época, o modo de vida de um determinado grupo social e também elementos essenciais para que possamos caracterizar a realidade sociocultural de seus falantes.

Nesse sentido, Coseriu (1979, p. 65) argumenta que a *consciência humana é sempre consciência histórica, e o modo fundamental de manifestar-se no homem a consciência histórica é a língua, o falar como outros.*

Nesse contexto vemos que o ápice da linguagem ocorre no diálogo, que possibilita ao falante alterar a língua, acarretando, conseqüentemente, uma mudança lingüística.

Sendo assim, a língua é um ato de fala e acaba modificando-se para cumprir sua função, que é justamente interagir-se com o outro, ou seja, a língua muda porque nada é estático. Nesse contexto de interação o ser humano acaba agindo verbalmente de acordo com determinadas regras que devem ser levadas em consideração – quando pode ou não pode falar; que tipo de assunto ele deve abordar e qual o tipo de variedade lingüística utilizar – pois essas regras estão imbricadas ao contexto lingüístico e extralingüístico em que o ato verbal é produzido. Nesse sentido, Silva Neto (1952, p.32) argumenta que:

A língua falada por uma população estável, e que não se mistura com outras, modifica-se pouco, e lentamente: é o caso do lituano. O reverso da medalha é a língua de um povo de emigrados, que se misturam com os indígenas e acolhem, não só as mulheres estrangeiras, como novos imigrantes; aí as modificações são muitas e rápidas, salvo se um ensino escolar eficiente e muito disseminado mantiver um tipo lingüístico.

Embora haja uma multidisciplinariedade de falares vemos que a norma é uma regulamentação social desse sistema que se impõe ao individuo. Assim, podemos dizer que uma comunidade lingüística se apresenta com uma gama de diferenças, pois são vários e diversos os grupos de pessoas que usam a língua de diferentes maneiras para se relacionar, adequando-a aos seus próprios interesses e conhecimentos.

Isso se torna importante, uma vez que nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso às mesmas variedades lingüísticas, uma vez que a sociedade é formada por diversos grupos e cada um deles desenvolve para si uma linguagem que se tornam diferentes de uns para com outros. Para Leite (1999. p. 31) temos uma norma lingüística estabelecida pelos seus membros que interagem, difundindo esses usos, levando e trazendo palavras, expressões, frases de umas para outras comunidades, contribuindo, assim, para uma coesão social pela língua, criando uma linguagem comum a todos, sem deixar de preservar, entretanto, seus usos característicos, suas normas.

Na verdade, as noções de uso não devem ser confundidas. Hjelmslev (apud Leite: 1999, p. 19) diz que “L’ act et l’ usage précédent logiquement et pratiquement la norme”, ou seja, embora o uso tenha a finalidade de estabelecer a norma, a possibilidade do uso variar é sempre maior que a norma, uma vez que determinado uso nada mais é que uma das probabilidades d a realização da norma.

Assim, o ambiente em que o ser humano vive torna-se de suma importância, uma vez que ele reflete o que está ao seu redor. *Uma variedade lingüística vale o que valem a sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais* (GNERRE 2001, p.7).

Ora, a união de uma determinada variedade lingüística e a escrita resulta de fatores históricos relacionados diretamente à posição que o indivíduo ocupa na sociedade, pois, a língua possui uma força social que influencia o ambiente em que o indivíduo está inserido.

Embora a língua apresente mudanças, pois o ato de falar provoca esse tipo de comportamento e as variedades faladas podem adquirir um maior prestígio e impor-se como norma ou língua padrão, temos a escola que contribui para manter as unidades lingüísticas, como explica Silva Neto (1950, p. 141):

É considerável a influência da escola na uniformização da linguagem e conseqüentemente destruição dos falares regionais. Ela não se limita aos indivíduos, mas invade, através deles, o próprio ambiente familiar.

Isso ocorre porque as forças de estabilidade estão em outros lugares, ou seja, na importância da tradição coletiva e nos vínculos dos próprios elementos lingüísticos, pois são eles que formam uma estrutura coesa. Dessa forma, vemos que a disposição para a correção leva o grupo social a recusar mudanças que são apresentadas no ato de falar, consideradas erros. Por outro lado, os elementos lingüísticos relacionados em um sistema de correlações e

contrastes que se apóiam entre si formam uma estrutura capaz de fortalecer uns aos outros resistindo dessa forma, a muitas inovações. Câmara Jr. (1989, p. 35) explica que *em cada momento da vida coletiva, há o sentimento da fixidez da língua. Socialmente real, ele é, não obstante, naturalmente ilusório porque a força conservadora e a resistência nunca e nenhures conseguem deter a mudança.*

Por outro lado, podemos considerar a língua em uso, ou seja, a língua funcional como uma instituição em equilíbrio, dinâmica e apenas por exigência e estudo se imagina parada. Ora, se as línguas alteram-se por ter parâmetros estabelecidos de modos diversos, a mudança diacrônica se cristaliza pela variação na fixação desses parâmetros, que se processa por meio de pequenas transformações. Isso pode ser considerado pelas estruturas que são pouco utilizadas.

Para Lucchesi (2004, p.54) o estabelecimento da noção de estado de língua – ou projeção sincrônica – constitui uma operação crucial na construção de língua como um sistema homogêneo e unitário, porque toda a dinâmica inerente entre língua e sociedade se realiza através do tempo, na dimensão sócio-histórica do fenômeno lingüístico, através do binômio variação e mudança. Vemos, assim, que a variação constitui a atualização a cada momento dos processos de mudanças possíveis na língua, enquanto a mudança constitui uma das resultantes dos processos de variação lingüística.

Assim, uma representação adequada da língua deve abranger dois planos; ou seja, deve expressar a relação presente entre a língua e sociedade e sobre outro prisma a relação histórica que a língua apresenta.

Devemos perceber que, embora a língua possua uma organização estrutural, apresentando uma lógica em seu funcionamento, essa organização estrutural perpassa por um estímulo da organização sociocultural da comunidade de fala, uma vez que a funcionalidade da língua constitui um produto cultural historicamente condicionado, devendo responder pelas necessidades que a comunidade utiliza. Lucchesi (2004, p. 61) argumenta que:

Existe um movimento dialético na estrutura da língua entre a sua organização interna (o seu modo estruturante) e sua relação externa com a estrutural social. Assim, a lógica da estrutura (e da estruturação) da língua transcende a sua organização interna e se completa na relação com o contexto sociocultural, do qual a língua não só é um produto, como também um dos elementos constituintes.

Nesse sentido, podemos entender por que muitas mudanças que ocorrem na língua vão de encontro com a lógica de sua organização interna, pois as mudanças lingüísticas não ocorrem a esmo, sem rumo, mas apresenta uma regularidade que permite estabelecer uma correspondência entre dois estágios de uma mesma língua. Isso ocorre por que no geral a regularidade lingüística não acontece de um modo uniforme uma vez que a força da tradição cultural contribui para a natureza sistêmica da língua, já que a mudança lingüística não ocorre completamente em todo sistema. Para Faraco (2004, p. 54) *“a mudança nunca alcança instantaneamente todas as palavras que contêm o elemento sobre mutação”*, uma vez que o espaço geográfico e/ou social em que a língua é falada apresenta uma série de variedades que contribui para a preservação do sistema.

Por trás dessa não-uniformidade Faraco (2004, p. 54) explica que há múltiplos fatores decorrentes das instabilidades sociais e históricas das comunidades lingüísticas, tais como: a reação negativa dos falantes à mudança, com conseqüente estigmatização da forma nova; a penetração de diferentes linhas evolutivas; empréstimos lexicais de outras línguas ou variedades; a diferente cronologia de incorporação de palavras à língua; movimentos populacionais com eventual alteração na composição étnica e lingüística duma dada população. No entanto, são esses fatores que podem acabar retardando, impedindo ou até revertendo à mudança, podendo ou não quebrar a regularidade da mudança.

Por outro lado, os processos de mudança são extremamente complexos, pois a regularidade da língua apresenta um caráter relativo que apresentará

fatos da mesma natureza, mas que não estarão de acordo com a parte regular na qual possui. Nesse sentido, Coseriu (1979, p.228) argumenta que:

Aquilo pelo qual a língua é língua não é simplesmente a sua estrutura (que é apenas a condição do seu funcionamento), mas a atividade lingüística que cria e a mantém como tradição... Se a mudança é entendida como fazimento sistemática da língua, é evidente que não pode haver nenhuma contradição entre “sistema” e “mudança”, e, mais ainda, que não cabe sequer falar de sistema e movimento – como de coisas opostas – , mas apenas de sistema em movimento: o desenvolvimento da língua não é perpétuo mudar, arbitrário e fortuito, mas uma perpétua sistematização.

Sendo assim, devemos entender que não é preciso ignorar ou eliminar a mudança para entender a língua como sistema, uma vez que a mudança faz parte do sistema da língua, pois caso não ocorresse essa dinâmica, a língua estaria fadada a transformar-se em língua mortas.

Por outro lado também não devemos ignorar que a distinção estabelecida por Saussure entre sincronia e diacronia é superada, pois a língua, como diz Coseriu (1979, p. 229), *funciona sincronicamente e é constituída diacronicamente*, uma vez que estes termos não são contraditórios, mas o fazer da língua se realiza através do seu funcionamento.

Lucchesi (2004, p. 65) ao invés de considerar os fatos relativos à mudança como absolutamente distintos dos fatos da estrutura lingüística considera a mudança como encaixadas nessa estrutura, ou seja, a mudança e a estrutura se determinam mutuamente, pois não devemos estudar os fenômenos isoladamente; é preciso abordá-los no conjunto de outros fatos da história da língua.

Nesse caso, podemos ver que o funcionamento interno da língua deve ser sempre organizado com o seu funcionamento externo dentro da sociedade, ou seja, como um sistema provedor de informação representacional, pois

devemos considerar a língua como um sistema aberto, uma vez que a língua supera a tradição, continuando-a.

Dentro desse contexto, vemos que a importância de estudar o problema histórico da mudança não é estabelecer como começou um determinado modo lingüístico, mas estabelecer como ele se constitui e como pode se constituir como tradição, ou seja, de que maneira e em que condições culturais e funcionais inseriram e puderam inserir-se num sistema de modos já tradicionais. Sendo assim, Coseriu (1979, p.230) argumenta que:

A descrição deve atender à variedade tanto intensiva quanto extensiva do estado de língua estudado, pois tal variedade é outro reflexo da dinamicidade da língua na projeção sincrônica e, para os falantes, representa uma possibilidade atual de seleção. É necessário abandonar, pois, a tendência de descrever um modo de falar absolutamente uniforme, pois objetivamente eles não existem: o falante real está sempre diante de uma multiplicidade de tradições e pode dispor delas para diferentes propósitos expressivos. Os esquemas estruturais devem servir para captar e ordenar a variedade idiomática, não para aboli-la.

Sobre esse prisma vemos que só a história nos possibilitaria ver a dinâmica de uma língua, levando em consideração a língua como um sistema que é feito, pois a cada instante de seu desenvolvimento a língua se refaz. Assim, devemos levar em consideração a história interna e a história externa, pois ambas contribuem para um maior entendimento das mudanças lingüísticas.

Por história interna, devemos entender como um conjunto de mudanças que ocorrem na organização estrutural da língua no eixo do tempo; e por história externa, a história da língua no contexto social, político, econômico e cultural da sociedade na qual a língua está inserida.

Como a língua está intimamente ligada à história, já que ela, a língua se faz mediante a mudança e o seu fazer é um fazer histórico, percebemos que à



historiografia não compete investigar somente as mudanças léxico-gramaticais de uma língua em que se abrange a história interna, mas a história externa que visa todo o contexto sócio-cultural, levando em consideração a filosofia da linguagem de cada época. Nesse sentido Nascimento (2005, p.21) explica que a historiografia lingüística:

Seleciona as diferentes práticas lingüísticas, tais como a gramática e a história de seu ensino, a eloqüência, a compilação lexicográfica até as comparações entre línguas. Abarca, também, interesse pelas gramáticas gerais, as origens das línguas e sua abordagem enquanto fenômeno tipicamente humano.

Como a historiografia lingüística se preocupa em estudar a língua e o homem em todo seu contexto histórico, partimos desse pressuposto teórico para fundamentarmos nosso trabalho, pois nesse sentido estaremos reconstruindo a língua em determinado momento do tempo.

Assim, para a realização do estudo do futuro do presente do modo indicativo, precisamos considerar certos fatores históricos que, direta ou indiretamente contribuíram para esse tipo de atitude perante a língua. Dessa forma, fundamentaremos nosso trabalho em Nascimento (2005, p. 29) que argumenta que *cabe ao pesquisador construir a história, propondo uma pesquisa inter e multidisciplinar no processo de investigação, conhecimento lingüístico em diversos níveis tendo um profundo conhecimento histórico e uma ampla visão de cultura.*

## 2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: DA COLÔNIA AO SÉCULO XIX

### 2.1. BRASIL COLÔNIA

O estudo da Língua Portuguesa no Brasil no século XVII tem de ser focado sob dois aspectos: o da língua culta, escrita, e o da língua corrente, oral. A primeira mais própria dos centros urbanos, a segunda predominantemente nos meios rurais. Nas vilas e cidades havia sempre pequena elite, onde os reinóis eram maioria e portanto, praticavam um falar muito próximo do da metrópole.

Sílvio Elia, 2003.

No Brasil colonial uma nova realidade se apresenta, pois, distante da Europa, e em contato com a cultura nativa e mais tarde a africana, a realidade existente no Brasil não poderia ser simplesmente uma cópia da cultura européia, mas apresenta uma diversidade cultural e lingüística que refletirá até os dias de hoje. Embora a cultura e os costumes portugueses tenham influenciado o povo que aqui vivia, observamos que o lado brasileiro de ser continuava existindo nos habitantes nativos. Costa (1956, p. 14) explica que:

Pela mão da Europa fizemos a nossa entrada na cena da História, num momento de crise para a cultura ocidental. A Europa nos impôs as suas línguas, a sua religião, as suas formas de vida, em suma, a sua civilização.

Embora a imposição da cultura européia como a religião, a língua, o modelo artístico e lingüístico ao povo brasileiro buscasse uma aproximação com a cultura existente no Brasil, é evidente que caminhos opostos foram

traçados, isso pode ser observado a partir do século XVIII, como os empréstimos de vocábulos novos e a preservação de outros, já arcaicos na metrópole. Por outro lado nossa história ocorreu sob dois pontos de vista, como aponta Costa (1956, p. 47):

Estão ligadas a duas grandes linhas: há na primeira uma vocação atlântica, marcada pela larga costa continental, que nos obriga a olhar para o vasto horizonte oceânico, para o outro lado do mar. E há a serra, a floresta, o sertão, a imensidão dos horizontes que fica por detrás das serranias da costa e que desde logo alertou a curiosidade e a cobiça do aventureiro.

A curiosidade sobre o novo continente e a esperança de encontrar “tesouros” nesse imenso país, faz com que muitos europeus, principalmente portugueses, venham a explorar as terras brasileiras. Nesse contexto, a intenção não era povoar o país, mas explorar os recursos que o mesmo apresentava com a finalidade de um enriquecimento rápido e uma expansão comercial. Para realizar tal empreendimento os portugueses buscaram no elemento negro um meio de servir a suas necessidades.

Nesse sentido, Portugal criará um tipo de sociedade original, ou seja, a simples feitoria comercial tendo a intenção de aumentar sua lucratividade nas colônias da América. Costa (1956, p. 51) apresenta uma realidade que:

Conservará um acentuado caráter mercantil; será a empresa o colonial branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina; indígenas ou negros importados.

Formados por uma cultura rural e escravocrata, tendo a finalidade somente da exploração comercial, não era de interesse dos colonizadores apresentarem as novas idéias intelectuais que fomentavam a Europa, privando,

desse modo, os brasileiros acesso às livrarias, tipografias ou mesmo jornais, para não por em risco o processo de colonização.

A esperança de enriquecer-se rapidamente faz com que, de acordo com Houaiss, (1992, p. 39) um número crescente de portugueses visse para o território brasileiro, falando português apresentando características languageiras dos diferentes lugares e meios de onde provinham, no espaço e no tempo. Essas formas, em contato com as línguas já existentes no país *começaram a enfrentar-se umas com as outras, sem cor local de origem* (Houaiss 1992, p. 39), resultando em uma linguagem que não reproduzia nenhum linguajar específico de Portugal. Para esse estudioso esse novo português foi *se alimentando sempre de novos contingentes de portugueses, ao mesmo tempo, que passava a ter uma aventura sem possível cotejo com a de Portugal em Portugal*, ou seja, em Portugal o português continuava a se modificar, mas sem as pressões de outros povos e linguajares. No Brasil, Houaiss (1992,p. 39) explica que:

Os usuários do português e os seus descendentes encontraram-se, confrontaram-se, defrontaram-se com usuários de línguas aborígenes e de línguas alienígenas, de continentes numéricos muito variáveis. Esse confronto entre os diversos linguajares acabou resultando em uma língua falada na costa do Brasil, tendo como língua de base tupi-guarani, que foi ao longo dos séculos anteriores ao século XVI e deste até pelo menos todo o século XVIII falada por muitos habitantes que aqui estavam, só entrando em declínio com a imposição do português pela Reforma de Pombal.

Sob esse prisma vemos que a história interna e externa de uma língua se entrelaça, uma vez que a história externa de uma língua se identifica com a história dos seus usuários e dos que a falam. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que o brasileiro, mesmo usando a língua do colonizador, acabou adaptando o seu falar as suas necessidades. Houaiss (1992, p. 35 -36) argumenta que:

Elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil – na dupla face com que se costuma fazer tal história: a externa, em que se articulam fatos da ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-lingüísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas; e a interna, em que tomando o fenômeno lingüístico do português para cá trazido, se examina a evolução que cada componente lingüístico e cada estrutura aqui teve, de modo que haja uma explicação mais ou menos segura das causas das diversidades horizontais e verticais aqui havidas, em cotejo com semelhantes fenômenos em Portugal... torna-se ampla e problemática, quando tais estudos se fazer para o âmbito que o português chegou a ter no mundo e para o ainda subsistente.

[...]

Assim, essa história externa de uma língua se identifica com a história dos seus usuários, dos seus utentes, dos que falam, do destino que vão tendo e construindo ao longo dos tempos que vivem e dos espaços que ocupam: é relevante essa história, não porque ela, por si, explique ou elucide as mudanças da língua mesma, mas porque descreve ou esclarece como uma língua ou as línguas aumentam (ou diminuem) de espaços e falantes, florescendo ou desaparecendo.

Dessa maneira, o modo como o sistema lingüístico retrata a visão do mundo de uma cultura está expresso nas relações que se estabelecem entre língua, cultura e sociedade, pois a língua é vista como um indicador cultural. Nessa perspectiva decorre daí que a história interna e a história externa percorrem trilhas paralelas.

É importante frisar que a inter-relação entre língua, cultura e sociedade manifesta-se, sobremaneira nas estruturas lingüísticas que melhor deixam transparecer o ambiente físico e social a que os falantes ocupam. Importa salientar que é no vocabulário e nas estruturas lingüísticas que poderemos encontrar meios que forneçam a explicação da concepção de mundo de uma

época, do modo de vida de um determinado grupo social e, também, elementos essenciais para que possamos caracterizar a realidade sociocultural de seus falantes.

Por outro lado, o processo de colonização e evangelização dos séculos XVI e XVII utilizou-se das línguas indígenas brasileiras a fim de catequizar os povos que aqui habitavam. Matos e Silva (2004, p. 14) explica, que nessa época, o processo colonizador e evangelizador *construiu um tupi jesuítico, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios*. Nesse contexto, essa língua geral acabou pondo em risco a hegemonia do português no Brasil, uma vez que a mesma tornou-se veículo de intercomunicação entre brancos, negros e índios, não só no litoral brasileiro, mas também nas entradas paulistas.

Embora a língua geral fosse falada em boa parte do país, o que se via nesse período era uma literatura voltada para a língua portuguesa, centrada nos moldes jesuíticos, realizada em território brasileiro, problematizada aos olhos de outros europeus. Isso ocorreu porque os missionários jesuíticos, com a intenção de catequizar os gentios, *disciplinaram línguas que recobriam várias línguas indígenas, afins genealogicamente falando* (HOUAISS, 1992, p. 54). Além disso, procuraram fixar uma gramática da língua que mais se falava na costa do Brasil. Para Houaiss (1992, p. 54)

Essa codificação preceptiva – que devia corresponder às possibilidades pragmáticas de intercomunicação com e entre indígenas desse tronco comum – teve bom sucesso nos tempos seguintes, erigindo-se, aos poucos, na língua mais geral do Brasil – entenda-se, do Brasil que então se articulava como uma unidade sócio-política que tinha necessidade de uma intercomunicação oral regular - , sobrepondo-se a todas as línguas indígenas locais desse mesmo tronco, e, consolidando-se, a todos os eventuais falares africanos acaso praticados no Brasil antes do século XIX ou mesmo no curso do século XIX

em certos locais residuais. Como língua falada, o próprio português tinha caráter de escolaridade nos centros urbanos.

É nessa intenção de civilizar e catequizar os gentios que os jesuítas procuram adequar a língua, a fim de haver uma intercomunicação com o grupo a quem eles pretendiam alcançar.

Nessa época, e, até o final do século XVII, o centro cultural da colônia girava na região nordestina, mais precisamente em Pernambuco e Bahia, que era a capital da colônia, e no sudeste com as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e São Vicente.

Com o descobrimento das minas de ouro na região sudeste o eixo cultural do Nordeste muda-se para o Sudeste, coincidindo com a mudança da capital para o Rio de Janeiro.

A ânsia para enriquecer em terras brasileiras fez com que a vinda de portugueses para o Brasil não se interrompesse no período colonial, muito pelo contrário, com a descoberta de ouro no século XVIII e a mudança da família real no século XIX intensificou o fluxo migratório, contribuindo, assim, para a criação de novos centros urbanos, promovendo o surgimento de camadas médias na população. No entanto, ainda no século XVII o ensino básico continuava sendo dirigido para a elite.

Dessa forma, o português ia criando raízes. Elia (2003, p. 48) explica que o *falar europeu sofreu influência de falares alienígenas, como o tupi e o africano, ainda não bem identificada. Novas formas de falar, na pronúncia ou no fraseado, também foram incorporando na língua portuguesa. Assim, nas grandes cidades e na sede do Governo, a língua portuguesa ia se constituindo de um padrão culto que acabou predominando. Já no interior, pela dificuldade de acesso, a língua tendeu a sofrer menos transformações. Dentro desse contexto, as nações indígenas foram sendo reduzidas e a língua acabou também sofrendo essa redução. Para Houaiss (1992, p.47) os tratados celebrados entre chefes indígenas e autoridades coloniais só valiam enquanto serviam aos interesses dos conquistadores e colonizadores. Nesse sentido, várias lutas foram travadas exterminando várias culturas e línguas. Houaiss (1992, p. 47) explica que a consolidação de base territorial foi feita em palcos*

*de lutas etnocidas – matadoras de culturas – e glotocidas – matadoras de línguas* – em que brancos, negros e índios participaram ativamente.

A língua portuguesa, dessa forma, foi se fazendo dominante e comum, tentando criar um monolingüismo em choque com outras línguas existentes. Dentro desse prisma, o predomínio do português foi se consolidando, de modo que passou a ser a língua falada de indivíduos e grupos de outras etnias, a tal ponto que *já pelos inícios do século XIX, seu destino de língua nacional do Brasil estava selado* (HOUAISS, 1992, p. 50).

No entanto, a imposição da língua portuguesa só acontece em 1759, com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro. Nessa época Marquês de Pombal cria nas escolas as aulas régias, tendo caráter leigo, passando as aulas de língua portuguesa a ser obrigatórias. O ensino superior ainda não existia no país e a elite mandava seus filhos a Portugal para terminarem seus estudos. Segundo Houaiss (1992, p. 148) *a ponta do saber permanecia em Coimbra, Lisboa e algumas cidades européias, para onde os filhos de família mais promissores se deslocavam*. Nesse ínterim, é Pombal que acaba mudando a trajetória lingüística do Brasil, passando de uma nação de língua majoritária indígena, para a língua portuguesa. Matos e Silva (2004, p. 21) explica que *Pombal define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil*. Na verdade, com a intenção de explorar as terras brasileiras Pombal vê a necessidade de civilizar os índios impondo o Português, língua do Príncipe, como mostra Oliveira (2000, p.84), neste fragmento do Diretório dos Índios, de 1758:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as noções, que conquistarão novos Domínios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idioma, por ser indisputavel. Que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz



nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao Principe. (...) será hum dos principaes cruidades dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoes o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo de modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observarão com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.

Embora essa lei viesse obrigar a todos que moravam no país a utilizar a língua de prestígio, ou seja, a língua portuguesa, muitos continuaram no mesmo ritmo, resistindo à implantação da língua do branco, opondo-se às políticas de homogeneização e o glotocídio.

A intenção de Pombal era civilizar o Brasil, processo pelo qual Portugal sofreu a partir da segunda metade do século XVII. De acordo com Vitral (2001, p. 307), a política do Marquês de Pombal foi formulada em busca dessa civilidade e que a política lingüística também poderia ser considerada como uma das conseqüências da influência do processo de civilização em terras lusitanas. Nesse sentido sobressai o idioma luso em detrimento das línguas indígenas e também do latim. Tanto é que *o ensino do latim passa, por outro lado, a conformar-se ao novo Methodo, devendo-se queimar todos os livros que serviao de ensinar Gramática Latina pello methodo antigo, reprovado por sua Magestade* (VITRAL 2001, p.308).

Nesse contexto de produção já aparecia uma diversidade cultural e lingüística muito grande, que não passava despercebida aos intelectuais da época.

Dos vários contatos entre povos, raças e etnias surge o português do Brasil como diz Houaiss (1992, p. 98) *o português brasileiro nasce com diversidade*, e vive e convive com ela, tanto regional como socialmente.

É somente com a vinda da família real ao Brasil que a vida cultural se expande criando uma nova infra-estrutura com a publicação de livros e jornais, a fundação da Imprensa Régia e o surgimento das primeiras bibliotecas públicas e o aumento de número de teatros. Contribuiu também para a cultura brasileira a Missão Francesa, que tinha o intuito de civilizar o país, com pintores, arquitetos, fundando a escola de Belas Artes, sob a influência dos padrões neoclássicos europeus, que iria nortear as artes visuais ao longo do século.

Quanto ao ensino básico, este continuava a cargo dos governos da província, mas o ensino superior passou a ser implementado pelo governo central. Desse modo, é por volta de 1820 que surgem os primeiros cursos superiores: as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo; cursos de medicina, academias militares, cursos de agricultura. É em torno desses cursos que irá circular boa parte da atividade intelectual desse período.

Com a Independência, surge a primeira Constituição brasileira, de 1824, que mantém o catolicismo como religião oficial e institui a instrução primária gratuita, possibilitando um aumento de alunos nas escolas de todo o país. No entanto, na fase imperial, o ensino no Brasil ainda continuou restrito, havendo um enorme número de analfabetos. Segundo Vitral (2001, p.306), *o analfabetismo imperava: estima-se que, em 1818, apenas 2,5% da população masculina livre era atingida pelas aulas régias em São Paulo, situação que deveria ser similar à do Brasil em geral.*

Embora o analfabetismo fosse grande nessa época, o esforço para civilizar o Brasil obteve êxito, pois as línguas gerais eram associadas com a barbárie enquanto a língua portuguesa era vista como a língua da civilização. Dessa forma, cresce o desprestígio das línguas indígenas em contraponto com a língua portuguesa. Isso pode ser visto pelos relatos de viajantes no início do século XIX (cf. Spix e Martius 1975 apud Vitral 2001, p. 312):

Baldado, porém seria querer achar entre eles as palavras de significação abstrata [...]

Nas leis e forças da natureza, eles não pensam e, portanto, não as podem designar com palavras.

Também no que diz respeito a números sua língua não está evoluída.

Nessa luta pela civilização o português levou a melhor, pois sendo uma língua de cultura muitos queriam dominá-la, ou seja, ao adotá-la como língua nacional, muitos viam uma maneira de ingressar à sociedade. Isso ocorreu pela maneira em que nossa identidade nacional foi constituída. De acordo com Guimarães e Orlandi (1996, p. 11):

Vê-se na constituição da cidadania brasileira na tensão entre o civilizado e o ignorante. Nesta tensão o Estado e a Igreja desenvolvem a ação evangelizadora, civilizadora, heróica. Esta tensão se desloca para dentro das relações portuguesas: entre o português nobre e o não nobre.

Neste contexto, o português nobre era aquele que estava voltado para Pernambuco, pois era natural do Brasil; já os comerciantes e os mascates eram considerados forasteiros. Essa característica de natural, ou seja, aquele nascido no Brasil apresenta-se como característica do brasileiro do século XIX, na época do Império e depois na Constituição Republicana. De acordo com Guimarães e Orlandi (1996, p. 11) *estas coerções da cidadania são trabalhadas pela construção da nacionalidade, que faz parte também da questão lingüística.*

Assim, a preocupação dos intelectuais do século XIX era moldar a Independência do Brasil tendo como fonte de inspiração temas brasileiros como: o indianismo, a história nacional, mundo urbano versus mundo rural, as marcas lingüísticas que diferenciavam o português do Brasil em contraponto com o português de Portugal.

Para e Guimarães e Orlandi (1996, p. 12), no ano de 1889 *o português no Brasil já apresenta um quadro estrutural distinto do português de Portugal em fatos importantes como a questão das relativas.*

Na verdade, não é só a questão das relativas que o português no Brasil se distancia de Portugal, mas também a colocação pronominal utilizada no país. Em Portugal o pronome oblíquo é átono e apóia-se no verbo, enquanto no Brasil há uma tendência em torna-lo tônico, mantendo uma individualidade. Percebemos na verdade que a idéia do romantismo procurou corporificar as tendências da variante brasileira que fundamentavam o direito de uma língua própria, esforçando-se, assim, na documentação e na escolha de palavras que poderiam apresentar marcas e estilos próprios da língua do Brasil.

Levando em consideração que uma língua caracteriza o seu povo, percebemos que a mudança, embora seja lenta e gradual o português no Brasil já apresentava mudanças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas, além é claro de um léxico enriquecido pelos habitantes locais. Nesse sentido podemos ver que o léxico torna-se um parâmetro para representar a nossa língua. Para Silveira Bueno (1955, p. 611) *o léxico é um conjunto de vocábulos de um idioma*, que consiste em estudar a estrutura gramatical, semântica, examinando sua carga ideológica, sua força persuasiva, em que define as relações das palavras inseridas em um sistema lingüístico.

Por outro lado, havia um dilema, uma vez que a língua falada diferenciava-se da modalidade escrita. Assim, nesse período, a literatura ainda estava voltada para o mundo lusitano; mas já alguns escritores apontavam as diferenças da língua portuguesa que aqui existia, e reivindicavam uma língua nacional. Nesse contexto, surgem duas correntes de defesa da língua: a purista e a outra nacionalista.

Por purismo entendemos a preocupação excessiva de observar a pureza da linguagem, obedecendo principalmente à norma prescritiva, procurando conservar a língua aos padrões portugueses. Nesse intuito, houve uma repressão lingüística e cultural excessiva, uma vez que a língua faz parte da cultura. Cunha argumenta (1976. p. 27) que:

O purismo português, como o espanhol surgiu no século XVIII, “em momento de decadência, e por influxo francês”. A própria palavra purista não passava de um galicismo, que se introduzira

sorratamente em nossa língua, mas que, ainda em 1858, o venezuelano Miguel Carmona considerava, pela origem, “palavra corrompida” no espanhol.

Transplantada para a América, com sua elite habituada à imitação lingüística e literária, o insosso casticismo peninsular haveria de empobrecer-se mais e mais (se é possível o depauperamento da indigência), e resumir-se a uma postura de passividade servil a um vocabulário mumificado e a arbitrárias regras idiomáticas, hauridas em fragmento de um passado vago e descontínuo que, para nós, já não podia fazer sentido. Sufocava-se, com isso, a expressão escrita, paralizava-se a atividade criadora na arte verbal; mas por outro lado a dolorosa deficiência do ensino deixava a língua corrente, liberta na sua oralidade, seguir a deriva revolucionária que as condições ambiente desde a primeira hora favoreceram.

Essa visão purista vinha de encontro com as idéias européias que entendiam língua do século XIX e princípios do século XX como um organismo vivo, que nasce, cresce, evolui, envelhece e morre, de acordo com as teses revolucionárias, na época, oriundas da biologia. Assim, o positivismo, o naturalismo, o evolucionismo e todas as modalidades do pensamento europeu passam a ingressar na vida intelectual da sociedade brasileira, fazendo com que muitos intelectuais passassem a olhar o mundo com um novo senso crítico. Dentro desse contexto, muitos doutores que se sentiam donos da língua viam a necessidade de preservar a língua de fatores e influências que poderiam deturpar e fazê-la perecer como os puristas acreditavam. Um exemplo disso foi o caso de Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, tendo como ponto de referência as idéias do alemão Schleicher que Câmara Jr. aborda (1975, p. 51 ):

O desenvolvimento da linguagem não era por ele considerado como desenvolvimento histórico, como de todos os outros traços da sociedade humana. Comparava-o ao desenvolvimento de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. A

linguagem era vista como algo da planta, ou seja, um animal ou uma planta”.

E mais:

Ora, os lingüistas anteriores a Scheicher costumam comparar a linguagem a um organismo natural a fim de acentuar o caráter sistemático de seus traços. Mas como Scheicher passamos de uma comparação vaga para uma interpretação coerente da linguagem como um organismo. Como tal poderia ser aplicado à linguagem o conceito de evolução que o estudioso de Ciências Naturais, Darwin, desenvolvera no mundo da natureza. É este o propósito que encontramos, em um livro de Scheicher, intitulado *A Teoria de Darwin e a Linguagem*.

Entendendo a língua como um organismo vivo na sua evolução, os puristas defendiam tudo o que era estranho e que podia danificá-la. Esse olhar determinava que o léxico e as estruturas morfossintáticas aceitas são as tradicionais que eram utilizadas pelos grandes escritores. As exceções ficavam com algumas regras que poderiam ser avaliadas por uma pesquisa histórico-etimológica.

Essa idéia de evolução, no entanto, muitas vezes acabava se chocando com a tradição, pois a língua é vista como um organismo que nasce, cresce, evolui e desaparece, como não privilegiar a fase evolutiva?

Mesmo sabendo que a língua não poderia ficar estagnada, presa ao passado, a luta pelo bom uso do idioma por escritores renomados contribuiria para manter a língua livre das variantes lingüísticas, tentando apresentar um português homogêneo, sem corrupção e deterioração do idioma, daí a preocupação de moldar os usos lingüísticos aos melhores escritores, ou seja, aos clássicos, deixando para trás a língua do povo. Para Cunha (1976, p. 13 ):

A idéia de que a Europa – e só ela – possuía, de direito, as matrizes da cultura era tão pacificamente aceita, que, quando o instinto de nacionalidade passou a revelar-se com indiscrição

maior na pena poderosa de José de Alencar, o fato se revestiu das características de escândalo literário, e o grande romancista se viu impiedosamente criticado pelos próprios compatriotas.

Apesar de criticado, Alencar postulava a dinamização da língua esclarecendo que ela não poderia ficar estagnada, mas que era importante ajustá-la, como instrumento dócil, à manifestação de novos gostos, novas instituições e novas condições de vida, abarcando, portanto, as influências que a língua sofria. Assim, procurava aproximar a língua literária da língua em uso, com a finalidade de exprimir melhor as idéias de seu tempo, aproximando-se do público.

Embora muitos nacionalistas, como José Alencar, Gonçalves de Magalhães, José Veríssimo e outros, defendessem uma língua brasileira, exaltando a alma e o espírito brasileiro, com todo arcabouço que se constituíram ao longo do tempo, muitos escritores acabaram deixando de explorar a riqueza que a língua portuguesa no Brasil adquiria, pois estavam arraigados em uma visão tradicional, como é o caso de Rui Barbosa, defensor da tradição como podemos ver (LEITE, 1999 p. 86):

Bem sei que depois, adindo à sucessão de Chateaubriand e Balzac, os grandes inovadores, vieram os Goncourts, os Daudets, os Baudelaires, os Banvilees, os Zolas, os impressionistas, os naturalistas, os realistas, os simbolistas, e a anglomania, e a ciência, e a tribuna, e a imprensa, imaginando, forjando, engendrando, importando, amalgamando, tumultuando, carreando, golfando, para o vocabulário, para a sintaxe para a rua, para as letras, para a especulação, para o trabalho, para a vida, uma torrente de formas inesperadas, cambiantes, revolucionárias, que desbordam o léxico, embatem a sintaxe, e deixam em caminho a barreira das tradições, como os rochedos que o rio desapoderado açoita, e abandona borbotando.

É todavia, aos preservadores e mineiros da tradição como Flaubert que se agradece o haverem aumentado a força e a resistência do idioma, recuando a vitória da barbaria. Se a um

jurisconsulto, porém, ciente das responsabilidades de sua missão ali pedissem a matéria, onde se inscreve a epigrafia dos códigos civis, não a iria buscar à área inconstante das aluviões: teria de pedi-la ao mármore daquelas canteiras impolutas, onde Renan, o quase único, talhava na pureza das formas consagradas as finas linhas do seu pensamento.

Por outro lado, dois fatores concorreram para a discussão em torno da língua portuguesa no Brasil: a *Independência*, como aponta (Elia 2003, p. 130), pois, com a autonomia conquistada, começaram a aparecer os primeiros sintomas de mudanças. Os brasileiros sentiram-se no direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades, quer no campo do léxico, quer no da sintaxe, permitindo-os a cuidar por si mesmos dos problemas relativos à língua herdada.

Já o segundo foi o movimento romântico que buscava na alma do povo as bases da cultura nacional, pois foram os primeiros a trabalharem artisticamente a matéria-prima da língua em uso no Brasil, privilegiando a prosa de ficção. Dentro desse contexto podemos dizer que romantismo tentou tornar-se literariamente independente, abandonando os modelos lusitanos e buscando no dia-a-dia temas que privilegiassem o país. Assim, nesse período a força do uso já apontava seus seguidores. Preti argumenta (1994, p. 127):

O estilo naturalista foi muitas vezes, contestado pela crítica do tempo, porque, sem dúvida, colocou em jogo valores tradicionais da língua, abrindo caminho para uma escolha bem mais livre na prosa do século seguinte. Por isso, talvez, a característica mais específica do romance moderno nas primeiras décadas do século XX seja a impregnação da linguagem falada no estilo do narrador e no diálogo dos personagens.

Sob esse olhar, várias foram as críticas por uma liberdade lingüística, uma vez que a elite cultural continuava a ter vários letrados portugueses que contavam com a solidariedade de alguns colegas brasileiros. Um fato que



contribuiu para a norma lusitana permanecer inalterada no país foi à formação dos literatos e parlamentares, tendo como ponto de referência a formação em Coimbra. Ao adquirir o domínio do português europeu, a aristocracia continuou na tribuna ou no jornal, imitando a norma lusitana. No entanto, devemos levar em consideração que a língua em uso no Brasil continuava distante da língua de Portugal, uma vez que esta já estava adaptada ao falar brasileiro.

Um outro ponto que contribuiu para o distanciamento da língua literária em relação à língua falada, foi a extensão geográfica, formando diversos dialetos, uma vez que somente os grandes centros havia contato com a vida cultural do país. Sendo assim, ficou difícil separar as marcas que caracterizavam o português brasileiro do que pertencia ao português de Portugal. Daí as polêmicas em torno da língua; de um lado os brasileiros que reivindicam a língua brasileira, de outro os portugueses. Nessa luta apaixonada pela liberdade lingüística Ribeiro (1933) (apud TARALLO, 1994, p. 87) argumenta:

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais.

Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável.

Falar diferente não é falar errado. (...)

Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes.

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afere e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita.

Vemos, assim, os ânimos exaltados em defesa de uma língua brasileira nacional, tendo a finalidade de marcar a independência do povo brasileiro das amarras que prendiam ao reino português. Nesse perspectiva, alguns escritores da época já caminhavam para um distanciamento dos modelos lusitanos, pois queriam privilegiar a língua em uso, retratando os modos e costumes que a sociedade abrangia.

Para Guimarães e Orlandi (1996, p.13) as diferenças lexicais, sintáticas, morfológicas, fonéticas do Português no Brasil não constituem, por si, uma questão nacional, mas é um efeito construído pela história contraditória da gramatização brasileira. Assim, devemos entender que o sistema de uma língua faz parte da sua história, e não simplesmente uma mera produção de instrumentos sobre ela. Dessa forma, a língua nacional, aquela que identifica o brasileiro possui particularidades estruturais que a identificam como tal e que muitos brasileiros pensam em não saber, mas é também a língua que os portugueses sabem, mesmo que não falem e escrevam a mesma variedade que no Brasil se fala e escreve.

Nesse sentido, como estabelecer a cidadania? Segundo Guimarães e Orlandi (1996, p. 13):

A nação precisa de uma unidade que a identifique e a cidadania é um dos lugares em que se trabalha esse processo de identificação. A Língua, a Ciência e a Política estabelecem entre si relações profundas e definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. Ao definir a língua que se fala, com seu estatuto, onde, quando e os modos de acesso a ela – pelo ensino, pela produção de instrumentos lingüísticos, pelo acesso

às publicações, pela participação em rituais de linguagem, pela legitimação de acordo, pela construção de instituições lingüísticas, etc. – está-se praticando as várias formas das políticas da língua ao mesmo tempo em que, para identificá-la, se está produzindo seu conhecimento, sua análise, e está-se dando a ela uma configuração particular.

É dentro desse prisma que língua e estado se relacionam, uma vez que são objetos históricos que estão ligados à formação do país, da nação e do estado. Nesse processo, a relação de dominação coincide com a ideologia do dominador, uma vez que a sua língua passa a ser o modelo dominante, como foi o caso da língua portuguesa.

Foi nesse contexto que a língua portuguesa, e não outra tornou-se a língua da sociedade dominante que moldou o Brasil. Segundo Matos e Silva (2004, p. 13) a língua portuguesa *tornou-se majoritária e oficial neste país multilíngüe e multidialetal, mesmo que esse multilingüismo/dialetalismo fique escamoteado na sua legislação máxima – embora a última Constituição demonstre avanço político e lingüístico*, rotulando o português como língua oficial e não mais nacional.

Assim, vemos que o português no Brasil se constituiu por uma variedade de falares brasileiros. Nesse sentido Mattos e Silva (2004, p. 11) argumenta o seguinte:

Diante da magnitude territorial e da heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos de sua história, o Brasil é, por definição, a nação da diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. A língua portuguesa no Brasil, impossível de ser outra forma, reflete isso, apesar de uma visão redutora insistir na “espantosa”, “notável”, “esplêndida”, “apreciável” unidade do português do Brasil. Esses qualificativos se encontram em trabalhos clássicos e muito difundidos sobre o português brasileiro.

Embora haja quem defenda uma unidade lingüística, o que vemos no Brasil hoje é uma unidade na diversidade, pois vários fatores contribuíram para que a língua apresentasse essa heterogeneidade. Como a língua reflete a vida social de um povo e está vinculada diretamente ao ambiente sociocultural, uma vez que ela se configura como a manifestação de uma mentalidade coletiva, vimos a necessidade de buscarmos na origem, ou seja, para entendermos essa diversidade lingüística, sentimos a necessidade de estudarmos o princípio da colonização brasileira, com todas as suas influências positivas e negativas que se apresentam, pois só assim, poderemos entender as mudanças lingüísticas ocorridas ao longo do tempo.

É importante frisar que a inter-relação entre língua, cultura e sociedade manifesta-se principalmente na língua, que deixa melhor transparecer o ambiente físico e social em que os falantes estão inseridos.

Sendo assim, o modo como o sistema lingüístico apresenta a visão de mundo de uma cultura está imbricado nas relações que se estabelecem entre língua, cultura e sociedade. Desse modo vemos a língua como um indicador cultural; que entrelaça a história da língua com a história da cultura.

É nesse contexto que o nosso trabalho se insere, pois ao fazermos um estudo histórico do futuro do presente do indicativo estaremos estudando tanto a história interna quanto a externa, verificando as alterações que o uso desse tempo verbal sofreu.

## 2.2. A LÍNGUA DA REPÚBLICA

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo á submissão das palavras (...)

Carneiro Ribeiro, apud Tarallo, 1994.

Com o advento da República os intelectuais e artistas da época se preocuparam com a questão da Identidade Nacional, vendo nas reformas sociais e políticas uma luz que pudesse abrir novos horizontes. No entanto, longe de uma mudança cultural, veio acentuar uma posição purista, pois a passagem da monarquia para a República, a princípio, foi somente uma troca de nomenclatura, pois os que estavam no poder continuaram a usar os seus postos como aponta Preti (1994, p. 128):

Na escola, na imprensa, pontificavam os gramáticos mais reacionários. A palavra de Cândido Figueiredo tornara-se oracular. O casticismo esclerosante dominava, sobranceiro a radicais mudanças políticas e econômicas. [...] Em 1888 processa-se a abolição da escravatura e, no ano seguinte, instaura-se a República no país.

Seria de esperar que mudança tão radical da estrutura econômica e, a seguir, do regime político trouxesse como consequência, se não o consciente desprezo a obsoletas, normas gramaticais, pelo menos um novo ideal literário, consubstanciado no anseio por novas formas expressivas. Mas a República – não esqueçamos – foi feita por militares e políticos que vinham do Império e, nele, ocuparam postos de mando, homens que eram no particular profundamente tradicionais e conservavam aquele espírito de ordem e estado das comunidades pacientes.

Nesse sentido, vemos apenas a transferência do poder a uma classe de bacharéis eruditos e ricos proprietários de engenho que sentiram a necessidade de preservar os moldes tradicionais. No entanto, com a República, os donos do poder viram a necessidade de instalar um Instituto Acadêmico, ou melhor, uma faculdade que não havia sido aprovada no governo de D. João VI. Assim, tiveram o privilégio de oferecer os cursos de ciências jurídicas e sociais, nascidos no interior de dois conventos: o Convento de São Francisco em São Paulo e o de Olinda, no Mosteiro de São Bento. São essas duas escolas que irão coordenar e sustentar, por mais de um século, o ensino universitário no país e é dentro dessas duas entidades que surgirão grandes e importantes movimentos nacionais que passarão para a nossa história.

Com a estrutura da sociedade modificada, muitas pessoas partiram do campo, espaço de latifúndios escravocratas, altamente aristocráticos, para uma sociedade burguesa e urbana, formadora de um marginalismo populacional, que se transformou no proletariado urbano. Nesse conjunto de mudanças econômico-sociais cabe ressaltar a conquista da liberdade pela população mestiça e a sua ascensão à participação ativa e larga na vida social, política e intelectual. Silva Neto (1950, p. 101) retrata bem esse aspecto ao dizer:

A pequena elite colonial consolida-se enriquecendo com os mestiços que, ascendendo socialmente, começam a impor-se, como fator decisivo na composição da nova sociedade. É, porém, a definitiva consolidação do espírito humano branco.

Com a República as classes sociais apontavam formalmente para um regime liberal-democrático, conservando, porém, efetivamente sua forma oligárquica com os proprietários rurais, os quais excluía certos grupos sociais do processo político. Por outro lado, a classe operária, ao ingressar no jogo político, vai aos poucos conquistando o lugar de um interlocutor válido.

Dento dessa oligarquia da primeira República tínhamos uma organização que era mercantil exportadora e agropecuária, tendo o privilégio do café como produto de exportação. O centro do país, nesse período é o Rio de Janeiro e os fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo alternam-se no

poder, tanto federal como estadual, mantendo domínio absoluto. Os bacharéis, de um modo especial os de Medicina e Direito, são os que detêm status na cidade; no entanto, há uma classe urbana que apóia politicamente o grupo dominante em troca de emprego público, conforme afirma Cury (1981, p, 126)

Isto principalmente com o grupo dominante ligado ao café, que formou uma infra-estrutura de serviços de exportação nas cidades, infra-estrutura esta ocupada, nos altos escalões, pelos antigos proprietários empobrecidos. Esses últimos têm, como padrão ideal, os grupos aristocratas tradicionais com os quais se identificam quer nas relações de parentesco, quer por vínculos sociais.

Na verdade, o baixo funcionalismo público, os serviços de escritório nos bancos e comércios são ocupados por funcionários de origem modesta que engrossam a camada social. Estruturalmente essa camada não possuía uma ideologia própria, tornando-se solidária aos limites definidos pelos setores dominantes, uma vez que essa classe mantém-se no poder por laços afetivos ou sanguíneos.

O Rio de Janeiro, palco de poder e cultura na época, tornou-se um lugar privilegiado, onde se abrigava a classe média. O estudo era de difícil acesso para as populações da zona rural, não o vendo estas com os mesmos olhos de quem está na cidade. Assim, ele se torna um fator de ascensão social, ou melhor, uma válvula de escape para o serviço braçal. Além disso, marca o elitismo próprio dessas camadas no plano político, levando em consideração que a educação não deixa de situar-se na perspectiva da classe média como uma superação dos limites impostos pela própria posição de classe.

Os intelectuais da época, oriundos em sua maioria da classe média, composta por escritores, comerciantes, padres e jornalistas, por ser a mais culta da colônia, fomentava maiores interesses pelas idéias republicanas, instigando um movimento nacionalista que procurou alimentar a crença do povo em ter uma língua própria, privilegiando a variante brasileira. Assim, houve por parte dos brasileiros uma negação ao passado histórico e dos

padrões gramaticais clássicos para privilegiar a língua em uso pelo povo, procurando documentá-la como se falava no Brasil e não como se escrevia em Portugal, destacando, portanto, a variante regional.

Com a autonomia conquistada, começaram a aparecer os primeiros sintomas de mudanças. Os brasileiros sentiram-se no direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades, quer no campo do léxico, quer no da sintaxe. Assim, ao afastar-se do classicismo, José Veríssimo (apud SILVA NETO, 1952, p. 251) retrata bem os novos moldes brasileiros:

- 1- é outro o boleio da frase, a construção mais direta, a inversão menos freqüente;
- 2- usam mais comumente dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana;
- 3- refogem ao hábito português de nas orações de gerúndio começá-la por eles;
- 4- usam de extrema e até abusiva liberdade no colocar os pronomes átonos;
- 5- dão maior extensão a certas preposições;
- 6- preferem o infinitivo seguido de gerúndio à forma do modo finito em seguida de um infinitivo com preposição;
- 7- empregam os vocábulos ameríndios e africanos já perfilhados pelo povo;
- 8- são parcios de estrangeirismos, quer de vocabulário quer de sintaxe;
- 9- aceitam as deturpações (?) ou modificações de sentido das formas castiças aqui operadas popularmente.

Além dessas modificações percebidas vemos que o futuro do presente do indicativo, que até então era utilizado na sua forma perifrástica, passa a ser utilizado com menos rigor, ou seja, dependendo do estilo do escritor, privilegia a mesóclise, ou então utiliza-se o tempo presente com um advérbio de tempo



para indicar o tempo futuro, apresentando as possibilidades que o sistema permite para o seu uso.

Apesar de os intelectuais do Brasil apresentarem uma diversidade lingüística e cultural no país, não foram bem sucedidos, pois os puristas, que privilegiavam uma norma lingüística aos cânones portugueses, não admitiam tais modificações e incorreções.

É claro que, dentro desse contexto, houve uma revolta muito grande pelos escritores que defendiam uma língua nacional, provocando um revide e uma grande antipatia contra os portugueses e mesmo contra a sua linguagem, havendo verdadeiros debates em torno da língua que aqui se falava, pois, para alguns escritores brasileiros a verdadeira língua era a linguagem viva do povo.

Embora houvesse o desdém pela língua falada e de obras voltadas para a realidade brasileira, destacaram-se, nesse período, as obras de Lima Barreto e Aluizio de Azevedo, que retrataram as contradições da corte imperial e os impasses a serem enfrentados pela República como: o aumento da pobreza, a exclusão social e cultural do povo, as atitudes de rebeldia a respeito do novo status do negro na sociedade urbana brasileira e o esnobismo da burguesia como aponta Lima Barreto em seu prefácio de *Histórias e Sonhos* (PRETI, 1994, p. 149):

Percebi que tem estilo a noção corrente entre leigos e... literatos, isto é, uma forma excepcional de escrever, rica de vocábulos, cheia de ênfase e arrebiques, e não como se deve entender com o único critério justo seguro: uma maneira permanente de dizer, de se exprimir o escritor, de acordo com o que quer comunicar e transmitir.

[...] eu tento executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias.

Nesse sentido, a idéia era reivindicar um certo grau de liberdade em face das prescrições gramaticais e dos modelos portugueses, preservando a espontaneidade de expressão, que deixa entrever traços da oralidade. Assim a

intenção era privilegiar a língua em uso e evidenciar o jogo de influências que se poderia estabelecer a partir de uma modalidade sobre a outra no processo de estabilização. Viana (1954, p. 12) argumenta que:

No Brasil, não temos uma língua e sim várias línguas, tais as diferenciações existentes, não de indivíduo a indivíduo, mas de região a região, do nosso território, como ninguém ignora. Não possuímos e nenhum país o possui, uma unidade lingüística.

Na verdade, devemos levar em consideração que cada indivíduo fala uma língua diferente de seus conterrâneos, ou seja, cada grupo caracteriza sua expressão lingüística por meio de determinadas concordâncias, usos e costumes. É nesse aspecto que a língua em uso no Brasil distancia-se de norte a sul, uma vez que, desde a colonização portuguesa, negros, índios e europeus buscaram aperfeiçoar e adaptar a língua para que houvesse uma maior interação.

Sabemos que as discussões em torno da língua portuguesa no Brasil são intensas nesse período, pois, temos um povo iletrado, que se perde nesse imenso país e, os intelectuais, que tinham nos modelos lusitanos o ideal. É através desse choque de culturas e na busca de uma verdadeira identidade lingüística brasileira que vários intelectuais da época acirram suas discussões.

Assim, ao lado da classe elitizada pelo estudo, estava a classe marginalizada, o proletário, que, no período de 1890 a 1920, é formada pelos imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil. A essa classe brasileira engrossavam também os escravos, os migrantes do Nordeste e a população operária. Foi essa classe que propiciou a penetração de idéias anarquistas, socialistas e comunistas no país, gerando uma série de greves com o intuito de pressionar a República oligárquica. Desse modo, o período de 1888 a 1919 é considerado fase de resistência, pois há uma grande concentração de trabalhadores e associações nas cidades que começavam a exercer influências, tomando uma atitude de resistência às classes dominantes em virtude das condições de trabalho. Essa resistência foi corroborada pela

criação de novos partidos políticos atuantes, que tinham bases urbanas compostas por intelectuais, profissionais liberais e outros elementos da classe média que procuravam o elemento operário que se formava. A imprensa, nesse sentido, teve um papel fundamental, pois foram divulgadas nos jornais e revistas as idéias sociais, criando, assim, o hábito de leitura e preparando terreno para as transformações da virada no século.

Nesse contexto, pouco a pouco o uso lingüístico começa a fazer parte da literatura brasileira, aproximando a escrita da oralidade que culminará com a Semana de Arte Moderna. Dessa forma, o modernismo acaba contribuindo para a formação de uma consciência histórica que se encontrava de maneira esparsa na sociedade brasileira. Ortiz (1985, p. 40) retrata bem as mudanças que ocorreram:

Ao se cantar o fox-trot, o cinema, o telégrafo, as asas do avião, o que estava fazendo era de fato aprontar para uma gama de transformações que ocorriam no seio da sociedade brasileira. Com a Revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. Dentro desse quadro, as teorias reacionárias tornam-se obsoletas, era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil.

Vemos então, que o modernismo procurou aproximar se do povo e da linguagem popular, a fim de minimizar a distancia que havia entre a linguagem escrita e a falada. Segundo Ortiz (1985, p. 40) o modernismo pode ser considerado por muitos, como um movimento cultural que trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade. As idéias que havia tornaram-se obsoletas, precisando superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação.

É nesse contexto que surge na década de 30 momentos decisivos na reorientação da historiografia brasileira. Assim, é nessa década que o Brasil viveu sua melhor performance, pois as melhores obras do período modernista

propuseram unir a abertura estética e ideológica tendo a finalidade de explorar a formação do país. Ortiz (1985, p. 40) argumenta que vale destacar as obras de Gilberto Freire, *Casa-grande e senzala*; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr., pois foram de suma importância para a criação de um universo acadêmico.

Além disso, a literatura regional estava em alta e, no Nordeste também proliferaram obras como a de José Lins do Rego e a de Graciliano Ramos, com a intenção de descrever a realidade nordestina, além da cultura regional; os diversos falares.

No entanto, Oliveira (2001, p. 87) explica que todo movimento modernista sofrerá um duro golpe em 1936 com a instauração do Estado Novo regido por Getúlio Vargas que marcará o ponto culminante com a repressão das línguas alóctones, por meio de um processo que ficou conhecido como a nacionalização do idioma, tendo a finalidade de desfazer, ou melhor, destituir as línguas de imigração no Brasil, especialmente o alemão e o italiano, na região colonial de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante esse período de ditadura, de acordo com Oliveira (2001, p. 88), o Estado Novo instigará os intelectuais e artistas brasileiros a uma oposição ideológica que visava nacionalização do ensino, repreendendo outros falares que não fosse o português. Assim, os imigrantes, que estavam acostumados a falar a sua língua de origem em suas comunidades foram duramente perseguidos, mais precisamente de 1914 a 1945 quando o governo fechou escolas e torturou pessoas que não falavam o português. Nesse sentido Oliveira (op. cit.:88) nos mostra uma verdadeira repressão em torno de outra língua que não fosse o português do Brasil, como podemos ver:

O governo de Santa Catarina montou campos de trabalho forçado, sobretudo para descendentes de alemães que insistissem em falar sua língua; a Polícia Militar, não só neste estado, prendeu e torturou, obrigou as pessoas a deixar suas casas em determinadas zonas de segurança nacional. Mais grave que tudo isso: a escola da nacionalização estimulou as crianças a denunciar os pais que falassem alemão ou italiano em

casa, criando seqüelas psicológicas insuperáveis para esses cidadãos que, em sua grande maioria, eram e se consideravam brasileiros, embora falando alemão.

Embora a repressão fosse grande, a pluralidade lingüística e cultural já estava instalada no Brasil há muito tempo. Na verdade, ser brasileiro abrange uma variedade de traços culturais deixados ao longo do tempo pelas etnias que colaboraram para a formação do país. Negar essa diversidade lingüística é negar que a língua, por ser uma instituição social, veicula diretamente no ambiente sociocultural e configura-se como a manifestação de uma mentalidade coletiva, pois, é ela que estabelece a comunicação e a interação social entre os membros de uma comunidade lingüística. Como atividade cultural a língua reflete simultaneamente a cultura do grupo social a que serve e faz parte também dessa cultura.

Assim, a língua expressa as necessidades da cultura e a cultura desenvolve a linguagem por ela exigida. Quando uma cultura muda, a língua tem recursos necessários para mudar com ela, pois a capacidade que a língua tem de ajustar-se às necessidades expressivas dos seus falantes é uma das marcas específicas da comunicação humana.

Ora, sabemos que em qualquer época encontramos aqueles que são arraigados pelas coisas tradicionais em contraponto aos que defendem as inovações, como ocorreu com a língua portuguesa no Brasil na época da ditadura. Nesse sentido, o ensino da língua portuguesa privilegiou a gramática, a retórica, a literatura e as línguas que tinham particular relevo. Importa ressaltar que o português escolar estava totalmente distorcido da língua utilizada pelo povo, cuja maioria era analfabeta e, tudo que fugia aos padrões gramaticais, estava incorreto, pois a norma dos grandes clássicos era a única correta, boa e eficiente, ignorando os diversos falares brasileiros.

É somente com a década de 70, quando os lingüistas passam a perceber um distanciamento cada vez maior da escrita em relação à oralidade, que a sociolingüística ganha um novo olhar no Brasil. Para Matos e Silva (2004, p. 12) a tentativa de compreender, explicitar a diferença do português do Brasil em relação ao português europeu dilui-se pela complexidade dos

diversos contextos sócio-históricos de interação lingüística em solo brasileiro, resultando no português do Brasil devido a heterogeneidade de suas variantes regionais e sociais, além da norma idealizada por filólogos e gramáticos, coercitivamente veiculada pelas instituições, sobretudo escolares.

Isso não quer dizer que muitos estudiosos da língua não haviam percebido a pluralidade lingüística que existia no país, muito pelo contrário, estudos já estavam sendo realizados, mas foi a influência da teoria variacionista, elaborada por Labov, com o intuito de estudar a heterogeneidade sincrônica das línguas como sistemática e primordial, pressupondo um enraizamento na questão histórica nessa heterogeneidade, relacionando a língua em seu contexto social que permitiu avanços nos estudos sociolingüísticos no Brasil.

Na verdade, as pesquisas elaboradas por Labov trouxeram importantes contribuições para o estudo da diversidade lingüística, ao abordá-la como fenômeno de variabilidade dentro de um sistema naturalmente dinâmico.

Como a língua mostra-se estreitamente relacionada ao que a sociedade pensa e faz, pois é por meio dela que se dá a comunicação de idéias, de pensamentos e a interação social, além de ser um elemento gerador e veiculador de cultura, ela reflete a cultura de um povo e representa o somatório das experiências próprias de uma sociedade.

Nesse sentido, vemos um Brasil com uma diversidade cultural e lingüística muito grande pelo fato da colonização brasileira somar com um contingente de imigrantes como: japoneses, italianos, espanhóis, alemães, poloneses, libaneses, além dos falantes de origem portuguesa, açorianos, negros e índios que aqui estavam.

Dessa mistura de cultura e falares Oliveira (2000, p. 90) argumenta que poderíamos ser um país plurilíngüe se não fosse pela interferência do Estado e das instituições aliadas que trabalham contra a diversidade cultural e lingüística, como o estudioso aponta:

A mesma história nos mostra, entretanto, que não fomos apenas um país multicultural e plurilíngüe: somos um país pluricultural e multilíngüe, não só pela atual diversidade de línguas faladas no

território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada, obscurecida por outro preconceito, o de que o português, é uma língua sem dialetos.

Sendo assim, não há como negar que a nossa língua apresenta uma heterogeneidade em que expressa a realização de uma mentalidade coletiva, pois, abarca fatores históricos de várias naturezas: religiosos, morais, políticos, econômicos, humanos, etc.

Por apresentar uma mistura de falares e culturas temos uma diversidade lingüística que não passa despercebida, evidenciando uma pluralidade de normas lingüísticas e não somente uma como a ideal, melhor e correta. Faraco (2004, p. 31) argumenta que:

Toda e qualquer língua é um conjunto de variedades.

[...]

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a fala: como ele se constituiu, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante.

Nesse contexto, vemos que a língua apresenta a história de um povo, ou melhor, as variedades que cada comunidade possui e que não fica estagna com o passar do tempo, muito pelo contrário a mudança é uma constante nas línguas principalmente porque a mudança não afeta a plenitude estrutural e o potencial semiótico das mesmas.

Sob esse olhar de mudança, Coseriu (1979, p. 237-238) adota uma posição de língua histórica que equivale a arquitetura da língua de Flydal (in Elia, 1987:44):

Chamamos arquitetura da língua ao conjunto de relações que implica a multiplicidade das “técnicas do discurso” coexistentes numa língua histórica (quer dizer, ao conjunto das relações entre

os “dialetos”, “os níveis” e os “estilos de língua” que constituem a língua histórica). A arquitetura da língua não deve confundir-se com a estrutura da língua, que corresponde exclusivamente às relações entre os termos de uma “técnica do discurso” determinada (“língua funcional”). Entre os termos “diferentes” do ponto de vista da estrutura da língua há oposição; entre os termos “diferentes” do ponto de vista da arquitetura da língua há diversidade.

Desse modo, a língua histórica abrange ao mesmo tempo o sistema que trabalha com a língua funcional e a instituição social que corresponde à língua realizada, como ELIA (1987, p. 44) aponta. Aliás, para ele

A língua histórica tem incorporada em si a língua funcional que lhe é subjacente enquanto sistema, e, além disso, inclui a norma coletiva numa de suas realizações sociais. Quando se trata da língua – padrão, essa norma é culta. A gramaticalidade das línguas históricas é assegurada pela submissão ao sistema, mas a sua vernaculidade assenta no uso tradicional das gerações sucessivas, que sobrepõe ao sistema uma norma. Daí dois tipos de gramática: a estrutural ou funcional, que descreve o sistema, e a normativa, que depreende a norma do uso. Quando se trata da língua – padrão (ou standard) essa norma se depreende do uso (norma culta). A norma culta tem de regra atrás de si respeitável tradição escrita e por isso também tem sido chamada de “literária” (*littera* = letra). As demais variedades da mesma língua são quase sempre orais.

Nesse sentido, mesmo sendo sistemática, a língua continua sofrendo mudanças, pois a língua é um saber fazer e muda precisamente como saber. Assim, a língua se refaz e se renova sistematicamente, pois o sistema possibilita superar as necessidades lingüísticas, ampliando desse modo, as diferentes normas que encaixam ao sistema.



É nesse contexto que os estudos históricos começam a consolidar, uma vez que a língua passa a ser vista na sua heterogeneidade abrangendo diferentes realidades em um complexo jogo de influências que está correlacionado com as diferentes formas de interação social entre os grupos de falantes.

Por ser heterogênea a língua nos possibilita estudar sua dinamicidade, relacionando-a com sociedade em que está inserida, pois a língua é *a todo instante sistema e se a todo instante a encontramos mudada, isto significa que muda como sistema, ou seja, é feita sistematicamente* (COSERIU 1979, p. 228).

Nesse sentido, é que procuramos estudar o Futuro do Presente do Modo do Indicativo, verificando o seu uso em um contexto social, pois entre sistema e mudança não há contradição, mas um sistema em movimento que permite analisar o funcionamento e a sistematização em que a língua se encontra.

Ao estudarmos língua, cultura e sociedade estaremos fazendo um estudo historiográfico, observando todo o contexto social e cultural em que a língua está inserida, uma vez que ela não muda aleatoriamente, mas passa por um processo histórico, pois a variação e a mudança são fatos inerentes à própria essência da língua e de que a língua não é dinâmica porque muda, mas ela muda porque sua natureza é dinâmica.

### 3. O VERBO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

#### 3.1. A FORMAÇÃO DO VERBO NO FUTURO DO PRESENTE

É justamente pelo lugar de ação do futuro ser no mundo do possível que optam por representar esse *tempus* não como uma continuação linear do passado e presente, mas como um feixe de “mundos possíveis”.

Maria Luíza Monteiro Sales Coroa, 2005.

Interessa-nos aqui, como já dissemos na introdução, o tempo verbal no Futuro do Presente do Indicativo numa retrospectiva histórica, partindo da gramática latina até os dias atuais.

Para realizar tal estudo subsidiamos na Gramática Superior de Língua Latina, Faria (1958, p. 157) diz que o verbo latino se divide em três partes distintas: radical, sufixo temporal e desinências pessoais. Ou seja, a estrutura verbal é formada pelo radical verbal, que contém a sua significação geral, mais a vogal característica da conjugação. Pertence a primeira conjugação a vogal com terminação em - ā -; para a segunda, a vogal terminada em - ē -; - ī - ou - ū - para a terceira; e ī no caso da quarta conjugação, ou por consoante, como é o caso de grande número de verbos pertencentes à 3<sup>a</sup>. conjugação, de acordo com Faria.

Para o autor, o sufixo temporal dos verbos regulares é aquele que segue o radical verbal e indica o tempo, e, implicitamente, o modo em que o verbo está. Desse modo, a cada tempo verbal há um sufixo temporal correspondente que variará de um tempo para outro variando também de um modo para outro.

Já as desinências pessoais indicam as pessoas do verbo sendo as mesmas para todos os tempos. Vale ressaltar que as desinências pessoais, além de indicarem a pessoa em que está o verbo, indicam também a voz ativa ou passiva, como podemos observar na conjugação do verbo louvar (*lauda* –

*bo*, louvarei), no futuro imperfeito do modo indicativo da 1ª. conjugação, como aponta Faria (1958, p. 161):

(1.)

VOZ ATIVA		VOZ PASSIVA	
Lauda- bo	louvarei	lauda – bor	serei louvado
Lauda – bi -	louvarás	lauda – be – ris	serás louvado
Lauda – bi – t	louvará	lauda – bi – tur	será louvada

Para Faria (1958, p. 158), tanto o verbo latino como o verbo em português apresentam duas vozes: a voz ativa e a voz passiva. Na voz ativa, a ação do verbo é indicada pelo sujeito; por exemplo: a forma verbal *lego*, que, em português, é “eu leio”, indica a ação de ler praticada pelo sujeito. Na voz passiva a ação não é praticada pelo agente, mas sofrida pelo sujeito, como podemos ver no verbo *moneor* que em português corresponde a “sou lembrado”. Além dessas duas formas temos também a voz médio-reflexa, que indica uma ação verbal sofrida e praticada pelo sujeito: *moneor*, em português “lembro-me”.

Um caso interessante que aparece em latim e não em português são os chamados verbos depoentes que, de acordo com Faria (1958, p.202), embora apresentem uma forma passiva, por haverem de posto ou abandonado a forma ativa, quanto ao significado são “verdadeiros”, ou seja, estes verbos têm a forma passiva mas o seu significado é ativo. Essa é a única exceção seguindo o paradigma da voz passiva da conjugação a que pertencem. Desse modo, temos na primeira conjugação o verbo “*mirar*” (admirar); na segunda conjugação o verbo “*uereor*” (respirar); na terceira conjugação o verbo “*utor*” (usar) e na quarta conjugação o verbo “*partior*” (repartir). Assim o verbo “*sequor*”, significa “sigo” e não “sou seguido”. Vejamos o segundo exemplo:

(2) Modos Indicativo – Futuro

1ª. Conj.	2ª. Conj.	3ª. Conj.	4ª. Conj.
Mirabor	uerebor	utar	partiar

Miraberis (-re)	uereberis (-re)	uteris (-re)	partieris (-re)
Mirabitur	uerebitur	utetur	partietur
Mirabimur	uerebimur	utemur	partiemur
Mirabimini	uerebimini	utemini	partiemini
Mirabuntur	uerebuntur	utentur	partientur

Além disso, Faria (1958, p. 158) diz que o verbo em latim, como na língua portuguesa, possui três modos finitos ou com formas nominais: O Modo Indicativo que indica o modo da realidade e divide-se em seis tempos: Presente, Imperfeito, Perfeito, Mais-que-Perfeito, Futuro Imperfeito e Futuro do Pretérito; o Modo Subjuntivo que indica em geral o modo da subordinação; e o Modo Imperativo que indica o modo da ordem ou da súplica. Vejamos o exemplo a seguir do verbo lembrar no Futuro Imperfeito do Modo Indicativo:

(3)

S. 1. mone – bo	lembrarei
2. mone – bi – s	lembrarás

Já o Imperativo Faria (1958, p. 180) argumenta que é o modo da ordem ou da súplica e se divide em dois tempos: o Presente e o Futuro:

(4)

Presente		Futuro	
S.2. mone	lembra	S.2. mone – to	lembra
P. 3. mone – te	lembrai	3. mone – to	lembre
		P.2. mone – tote	lembrai
		3. mone – nto	lembrem

O Subjuntivo é em geral o modo da subordinação. Divide-se em quatro tempos: o Presente, o Imperfeito, o Perfeito e o Mais-que-perfeito. Percebemos que no latim não há o Futuro do Subjuntivo e nem o chamado condicional. Almeida (1950, p. 184) argumenta em sua gramática que o modo condicional indica [...] *que a ação do verbo não se realiza, visto depender de uma ação*

*impraticável: “Eu faria se pudesse” (A ação de fazer não se realiza por não poder ser feita.*

O infinitivo, de acordo com Faria (1958, p. 176) é o modo das formas nominais do verbo, sendo a ação verbal não atribuída a pessoas. Esse modo apresenta-se da mesma maneira como no português não possuindo morfemas verbais.

(5)

Modo Infinitivo					
Futuro					
m. lauda – turum	}	esse	}	que há de louvar	
f. lauda – turam					
n. lauda – turum					
lauda – tum- iri		haver de ser louvado			

Para Almeida (2000, p. 203-204) os verbos em latim flexionam em pessoa correspondendo à pessoa gramatical do sujeito; em número, de acordo com o número do sujeito. Além disso, para o gramático, o modo da conjugação de um verbo em latim corresponde à maneira por que se realiza a ação expressa por esse verbo, dividindo-se em quatro modos verbais.

O modo indicativo indica que a ação expressa pelo verbo é exercida de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo quer negativo quer interrogativo: *faço, vejo, fiz, vi, fizera, não irás?, não irei.*

O modo subjuntivo indica que o verbo não tem sentido se o mesmo não vier subordinado a outro verbo do qual dependerá para ser compreendido corretamente. Se dissermos *venhas*, ninguém entenderá, mas se dissermos “*Quero que venhas*” o sentido pode ser compreendido facilmente. Na verdade o sentido de “*venhas*” depende de “*quero*” daí o nome do modo ser subjuntivo, ou seja, o modo que subordina a outro.

O Imperativo indica que a ação verbal se faz com império. “*Vai-te embora*” – “*Vinde até aqui*”. O modo imperativo pode também indicar exortação (“*Ouve este conselho*” – “*Segui o caminho da honra*”).

O Infinitivo é o modo impessoal do verbo e relata a ação verbal sem flexionar-se de acordo com as diferentes pessoas gramaticais: *amare, delēre, legēre, audire*.

De acordo com Almeida (2000, p. 204) em latim existem três infinitivos: o presente, o passado e o futuro. Assim, o Particípio, no latim, não é o mesmo que em português, sendo formado por três tempos:

(6)

O presente: *amans, amantis*.

O passado: *amatus, amata, amatum*

O futuro:  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Ativo – amaturus, a, um.} \\ \text{Passivo – amandus, a, um.} \end{array} \right.$

Já o particípio futuro divide-se em dois: o particípio ativo tendo a terminação em *-urus, -ura, -urum* e se declina como *bonus, a, um*, que é um adjetivo; concorda em gênero, em número e em caso com o nome a que se refere e se traduz, geralmente por uma oração relativa, como por exemplo: *tempōra ventrua = tempos que virão, que hão de vir*.

O particípio passivo é chamado geralmente de gerundivo e termina em *-ndus, -nda, -ndum* e se declina como *bonus, a, um*, além disso sempre denota uma ação futura e indica quase sempre obrigatoriedade, ou seja, que a ação deve ser realizada. Vejamos o exemplo: *Cidades que vão ser destruídas, que devem ser destruídas – urbes delende*.

Quanto ao tempo verbal Almeida (2000, p. 206) explica que as variações de tempo são indicadas nos verbos por flexões especiais, as quais recebem os nomes tempo presente, tempo passado e tempo futuro. O tempo presente é indivisível; o passado divide-se em pretérito imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito e o futuro também divide em: imperfeito, que corresponde ao nosso futuro do presente simples (*amarei*) e perfeito ou anterior, correspondente ao nosso futuro do presente composto: *terei amado*.

Almeida (2000, p. 207) observa que não existe em latim o futuro do pretérito (condicional), que se substitui por formas do subjuntivo: *amaria* (futuro do pretérito simples) correspondente ao presente ou ao imperfeito do subjuntivo latino; *teria amado* (futuro do pretérito composto) correspondente ao

mais-que-perfeito do subjuntivo latino. Já o futuro do subjuntivo, substitui o futuro do presente: “Quando eu souber” (futuro do subjuntivo) a frase em latim fica da seguinte forma: “Quando eu *saberei*”.

O verbo em latim é constituído por dois radicais: o radical do *infectum*, que serve de suporte para a formação dos tempos de ação incompleta; e o radical do *perfectum*, que serve de suporte para a formação dos tempos de ação completa na voz passiva.

Quanto a formação do Futuro Perfeito do Indicativo, na voz ativa, acrescenta-se ao radical do perfectum o sufixo – *eri* - , e a este as desinências da voz ativa. Já o Futuro Perfeito do Indicativo, na voz passiva, é formado pelo participio do verbo que se está conjugando mais o futuro imperfeito do verbo *sum*.

Para Faria (1958, p. 229) uma das grandes inovações ocorrida pela conjugação latina foi substituir a noção de aspecto que o verbo indo-europeu possuía pela noção de tempo que aparece tanto no infectum quanto no perfectum em seus diversos modos. Dessa forma, o infectum, apresenta no modo indicativo um presente, um passado e um futuro, representado da seguinte forma: Indicativo Presente, Pretérito Imperfeito do Indicativo e Futuro Imperfeito, ou também chamado Futuro Primeiro. O perfectum também apresenta um presente, um passado e um futuro no modo indicativo, representado como: Pretérito Perfeito do Indicativo, Mais-que-Perfeito do Indicativo e Futuro Perfeito, também chamado Futuro Segundo. No modo subjuntivo o infectum e o perfectum apresentam um presente e um passado, representados pelo Presente e Imperfeito do subjuntivo para o infectum; e Perfeito e Mais-que-Perfeito do Subjuntivo para o perfectum. O subjuntivo não possui, porém, o futuro em nenhum dos temas. Já o Imperativo, por seu próprio valor semântico, só possui presente e futuro do infectum.

Observamos que o imperativo futuro passivo só se apresenta na segunda e terceira pessoas do singular e terceira pessoa do plural. Primitivamente, no latim, o imperativo futuro passivo apresentava as mesmas desinências das formas ativas respectivas, isto é, sem a característica – *r*. Isto

facilmente se compreende por não ser a desinência – to originariamente uma desinência verbal.

Faria (1958, p. 233) explica que *o futuro é uma forma verbal de emprego recente nas línguas indo-européias*, isto é, esse tempo ou não era empregado nos primeiros textos ou ocorria esporadicamente.

A única exceção ocorre com a primeira pessoa do singular do Futuro Perfeito do Indicativo que se confundiu com o Perfeito do Subjuntivo durante o período clássico. De acordo com Faria (op. cit. 235) o Futuro Perfeito proveio do antigo Subjuntivo já o Perfeito do Subjuntivo do antigo Optativo. Para formar o Perfeito do Subjuntivo acrescenta-se ao radical do perfectum seguindo do infixo –is -, o sufixo do antigo subjuntivo – i -, com (i breve), aparecendo o mesmo sufixo no futuro do indicativo do verbo *sum*. Assim, o Perfeito do Subjuntivo formou-se pela junção ao radical do perfectum acrescentando o infixo –is-, do sufixo do optativo – i- (com i longo), distinguindo dessa maneira, o Futuro Perfeito pela quantidade longa da vogal. Dessa forma, a analogia com o Futuro Perfeito acabou generalizando também o Subjuntivo Perfeito pela quantidade breve do sufixo.



## 3.2. O FUTURO EM PORTUGUÊS

### 3.2.1. A VISÃO DE JÚLIO RIBEIRO: UMA GRAMÁTICA DE USO

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

Carneiro Ribeiro (apud tarallo, 1994).

Com a finalidade de uma maior aproximação com o uso lingüístico do português no Brasil, Ribeiro (1900) propõe uma gramática de uso, escrita em 1882 com o intuito de distanciar-se dos padrões portugueses. Dizia ele, no prefácio de sua obra, que as gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições de usos da língua e que pretendia afastar-se desse caminho para expor com clareza o vernáculo.

Assim, o gramático buscou suporte teórico em Whitney e outros estudiosos da gramaticologia saxônia. Com isso, chega a posicionar-se de maneira mais criteriosa sobre o objeto da gramática. Para Ribeiro ([ 1882] 1900, p. 01):

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever corretamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único

meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.

Ao expor sua visão gramatical vemos que Ribeiro coloca um fato importante ao sublinhar que mesmo não fazendo um curso de regras gramaticais podemos dominar a norma padrão. Assim, devemos entender que ao falarmos uma língua utilizamos a norma que está ao alcance do indivíduo, pois sua principal função é interagir e fazer-se entender no seio de uma sociedade. Dizer que uma é melhor que a outra, ou corrigi-la torna-se um fato um fato preconceituoso.

Além de expor a importância de sua gramática, Júlio Ribeiro (1900, p. 01-02) apresenta também os pontos úteis e importantes para o seu estudo:

Nós começamos a aprendizagem da falla aprendendo a entender as palavras que ouvimos pronunciar aos outros; depois aprendemos a pronunciar-as nós próprios, e a coordenar-as, como os outros fazem, para exprimir as nossas impressões, os nossos pensamentos. Um pouco mais tarde temos de aprender a entendel-as, quando apresentadas a nossa vista manuscritas ou impressas: temos de apresental-as também desse modo, isto é, de escrevel-as. Será então dever nosso usar da linguagem não só com correção, mas também de modo que agrade aos outros, que sobre elles exerça influencia. Muitas pessoas terão ainda de aprender línguas estranhas, línguas que servem aos mesmos fins a que serve a nossa, mas de modo diverso. Nós temos mais de estudar as formas várias por que passou a nossa língua, temos de comparar essas formas com a forma atual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem e o que nos importa ella. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza principal das operações da mente, claro que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem.

Nesse sentido, Ribeiro (1900, p. 106) vê a gramática como uma exposição metodicamente dos fatos da língua portuguesa e que devemos estudá-la para podermos entender as mudanças que ocorreram em nossa língua. Assim divide sua gramática em duas partes: a lexicologia e a sintaxe. Classifica o verbo português em quatro conjugações, as quais se distinguem pelas terminações do presente do infinitivo, como podemos ver:

A primeira conjugação do presente do infinitivo termina em ar. Ex.: Cantar.

A segunda conjugação do presente do infinitivo termina em er. Ex.: Vender.

A terceira conjugação do presente do infinitivo termina em ir. Ex.: Partir.

E, finalmente a quarta conjugação do infinitivo termina em ôr. Ex.: Pôr. Essa conjugação na verdade terminava, no latim em er, como no exemplo do verbo *poner* – *poer* – *por*.

Embora Júlio Ribeiro (1900, p. 106) aponte quatro conjugações para os verbos portugueses, a quarta conjugação não existe, pois o verbo *por* nada mais é que uma contração do verbo *poer*. Coutinho (1976, p. 158) explica que *os verbos da 3ª conjugação passaram todos para a 2ª, por analogia no latim vulgar da Península Ibérica*.

Na verdade, Coutinho (1976, p. 158) explica que:

*Posse*, que se apresentava ao espírito do povo romano como um infinito anômalo, transformou-se por analogia em *potere*, donde o nosso *poder*. Fato idêntico deu com *velle*, que se tornou por analogia *volere*, que explica o francês *vouloir*, o italiano *volere*, o provençal *voler*.

Já para Almeida (1950, p. 185) *à quarta conjugação pertence apenas o verbo pôr, que tem vários compostos: opor, repor, supor, compor e outros*. Além disso, Almeida explica que o verbo pôr *possuía, no velho português, a*

*forma poer, pertencendo, portando, à segunda declinação (em er). Na verdade, o gramático explica que a quarta conjugação chama-se morta, por prestar-se para um verbo, ao passo que as outras, principalmente a primeira, dizem-se vivas por servirem à formação de novos verbos.*

Embora Ribeiro (1900, p.108), procure se aproximar do uso lingüístico, ele representa morfologicamente o Futuro do Indicativo em quatro conjugações:

	1ª. CONJ.	2ª. CONJ.	3ª. CONJ.	4ª. CONJ.
1ª. P. singular	arei	erei	irei	orei
2ª. P. singular	arás	eras	irás	oras
3ª. P. singular	ará	era	irá	orá
1ª. P. Plural	aremos	eremos	iremos	oremos
2ª. P. Plural	areis	éreis	ireis	oreis
3ª. P. Plural	arão	erão	irão	orão

Embora Ribeiro procure se aproximar de um uso lingüístico o gramático apresenta morfologicamente as quatro terminações semelhantes a do latim, esquecendo, ou melhor, não empregando o uso propriamente dito, pois a 4ª. conjugação passou para a segunda, uma vez que o verbo *por* em latim era representado pelo verbo *poer*, com a terminação em *er* como foi dito acima.

Além disso, Ribeiro (1900, p. 206-207) explica que nos fins do período clássico as desinências alterantes das flexões latinas tornaram-se difíceis de serem distinguidas pelo imperfeito *amabam, amabas, amabat*, etc., em relação ao futuro: *amabo, amabis, amabit*, etc e do futuro *tegam, teges, teget*, do

presente do subjuntivo *tegam, tegas, tegat, etc.* Dessa forma, o gramático explica que houve a necessidade de criar uma forma futura para representar esse tempo, sem prejudicar, ou melhor, confundir com os outros tempos já existentes. Nesse sentido, os romanos acabaram fazendo a junção de um verbo principal com um verbo auxiliar, utilizando para tal o verbo haver, pois sua terminação ao unir-se a um infinitivo de um verbo formava a forma futura, como podemos ver:

A necessidade de clareza obrigou o povo romano a procurar uma nova forma do futuro. *Habere* junto ao infinitivo do verbo servia muitas vezes para exprimir o desejo de fazer alguma coisa em um tempo futuro. [...] O presente do verbo *haver* aglutinou-se aos infinitos, e constituiu o futuro – *amar – hei, vender – has, partir – há, etc.* *Hemos, heis* são contrações ainda usadas de *havemos, haveis*. Vê-se que, propriamente falando, não é o futuro um tempo simples, isto em um tempo que venha directamente de um correspondente latino, mas sim um tempo composto de um verbo e de um auxiliar. As duas partes, porém, acham-se de tal sorte soldadas entre si (*amarei, venderás, partirás, etc.*), que seria impossível classificar tal tempo entre os compostos.

Os infinitivos *dizer, fazer, trazer*, em ligação com *hei, hás, há*, para exprimir o futuro, sofreram syncope do z e contracção das vogaes postas em contacto pela syncope: assim, em vez de *diserei, fazerás, trazerás, etc.*, existem as formas *direi, farás, trarás, etc.*

Quanto ao Futuro do Pretérito formou-se do Condicional Imperfeito. Ribeiro (1900, p. 208) explica que a formação desse tempo não existia no latim, pois era suprimido pelo imperfeito do subjuntivo. Já para Said Ali (s/d: 143):

As línguas românicas ficaram privadas das formas de futuro do indicativo que possuía o idioma latino. Supriu-se a falta, unindo ao infinitivo o presente de haver para o futuro do presente criando

analogamente o futuro do pretérito pela junção do imperfeito havia (contraído em hia) ao infinitivo. Deu este processo em português cantarei, cantarás, cantaré, cantaremos, cantaredes (português moderno cantareis), cantarão; cantaria, cantarias, cantaria, cantaríamos, cantaríades (português moderno cantaríeis). E assim, para os demais verbos.

Quanto à formação desse futuro simples Júlio Ribeiro (1900, p. 209) explica que em português e no espanhol a transformação do conjunto dos verbos nas línguas românicas é uma característica que provem do futuro perfeito latino. Assim para as formas espanholas o tempo se aproxima da origem (*podiero – potuero*) pela sua terminação em um *o* final; já no português, a falta de uma vogal de flexão aproxima-o ao infinitivo impessoal na primeira e na terceira pessoa do singular.

Pela exposição de Ribeiro (1900) percebemos que, embora tenha a intenção de trabalhar com o uso lingüístico, como vimos na introdução de sua gramática, o gramático fica preso às regras da gramática latina e não apresenta realmente o uso efetivo da língua. Isso pode ser observado pela queda da quarta conjugação, que já ocorria no latim vulgar, mas não é apontada. Além disso, o gramático tem plena consciência quanto à formação dos tempos verbais e as transformações que aconteceram com relação à formação dos verbos em português, mas prefere abordar um olhar tradicional apoiado nos modelos latinos.

### 3. 3. A NORMATIZAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE SOB O OLHAR DE DIVERSAS GRAMÁTICAS

Verbo é a palavra variável que exprime uma ação, estado ou qualidade. É considerado o ponto básico da língua. É a essência e a estruturação da própria língua. É o vocábulo que mais flexões apresenta.

Alpheu Tersariol, 1987.

Neste capítulo trataremos do uso e normatização do futuro do presente e, para isso, buscaremos analisar esse tempo quanto a sua formação em diversas gramáticas, partindo da Gramática de Port-Royal e das primeiras gramáticas portuguesas verificando como esses gramáticos abordavam essa formação verbal.

É importante fazermos essa observação uma vez que nosso trabalho é histórico e precisamos saber como o futuro do presente vem sendo usado ao longo dos tempos, pois como já foi dito língua e história estão imbricadas mutuamente, uma vez que o homem é um ser histórico em sua essência.

Para Arnauld e Lancelot (1992, p. 85) o verbo é:

*Uma palavra cujo principal emprego é significar a afirmação, isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma.*

Por outro lado, além de significar uma afirmação, o verbo pode também expressar os desejos de nossa alma, como: desejar, rezar, etc. Definindo com mais precisão os gramáticos citados *Vox significans affirmationem, cum signatiore personae, numeri et temporis* – “Uma palavra que significa a afirmação, com designação da pessoa, do número e do tempo” (ARNAULDE LANCELOT, 1992, p. 90)

Quanto à formação do tempo Arnauld e Lancelot (1992, p. 85) explicam que se divide em três: o presente, o passado e o futuro. Assim o futuro pode indicar uma coisa que deve acontecer em breve, como no grego, que marca uma coisa que vai ser feita, ou que deve ser considerada quase feita ou, indicar uma coisa simplesmente antes de acontecer.

Já para João de Barros (1971, p. 325) o verbo é:

(segundo difinçám de todos gramáticos) é ùa voz ou palávra que demóstra obrar algũa cousa, o quál nam se declina, como o nome e pronome, per cásos, mas coinjuga-se per módos e tempos, como veremos.

Os latinos pártém os seus vérbos em substantivos e adjetivos.

[...]

Repártem mais os Latinos os seus vérbos em pessoaes e impessoaes: o vérbo pessoal é aquele que tem números e pessoas. E todos eles trázem consigo estes oito accidentes: gênero, espéçia, figura, tempo, módo, pessoa, numero, conjugaçám.

Além de definir o verbo em oito accidentes, Barros (1971, p 329) chama o tempo futuro de *Tempo vindoiro é aquele em o qual se [h]á-de fazer algũa óbra. Como se dissér: Eu amarei.*

Um outro autor que nos chama a atenção é o Sr. Joaquim Nunes (s/d, p. LXXIII) apresentando-nos que o futuro e o condicional, formaram-se com o verbo auxiliar *haver* ou *aver*, respectivamente no presente e imperfeito do indicativo, posposto ao infinitivo, cuja colocação não era rara no português arcaico, como podemos ver no exemplo a seguir: *que se acalçar podesse; quanto se ir pode*. Um outro dado interessante é que na língua antiga também se omitia a preposição *de*, que hoje emprega-se nas perífrases formadas com o mesmo verbo, dizendo: *non hás tu entrar em ela,; ei morte mais d'outra rem desejar*.

Já para Maciel, (1916, p. 128) o verbo é *uma palavra de tempo que serve para afirmar e exprimir simultaneamente um facto*. Quanto ao futuro,



Maciel (1916, p. 178) explica que exprime a afirmação ou facto effectuado posteriormente ao acto da palavra, podendo aparecer de duas formas:

- a) Absoluto ou simples, que exprime um facto posterior ao ato da palavra e independente de qualquer circunstancia, ex.: *farei direi, tratarei.*
- b) Relativo ou composto, que exprime um facto posterior ao acto da palavra, porém anterior a qualquer circunstancia, e x.: *terei chegado, tiver passado.*

Além desses gramáticos acima faremos uma abordagem da gramática de Carneiro Ribeiro, escrita no início do século, mais precisamente em (1915) verificando, o conceito que o gramático aborda sobre o verbo e o futuro do presente. Como estamos fazendo um estudo histórico, é importante observar se o conceito do futuro do presente e o seu uso continuou sendo abordado seguindo os padrões lusitanos ou não.

Carneiro Ribeiro (1915, p. XI) em sua 2<sup>a</sup>. edição dos *Serões Gramaticaes*, vê a língua em uma visão progressiva, como podemos conferir no prólogo de sua primeira edição:

Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sobre a historia da lingua em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, que se não pode subtrahir ás leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro domínio dos estudos abstractos e metaphysicos, em nada consoantes á esphera em que deve girar e se deve manter toda a sciencia que aspira a uma utilidade pratica e real, e se harmoniza e concerta com os sellos que em todos os trabalhos scientificos vai imprimindo e gravando o século que atravessamos.

Assim, Ribeiro (1915, p. 01) considera a gramática como a *sciencia da linguagem cujo objeto é o estudo das leis ou normas segundo as quaes se*

*exprime o pensamento pela linguagem, quer escripta, quer fallada.* Para ele a gramática deveria auxiliar o indivíduo a expressar seus pensamentos ou pontos de vista, não importando somente com as regras, mas levando em consideração que a língua sofre transformações e, conseqüentemente a gramática também deveria sofrer essas transformações.

Assim, Carneiro Ribeiro argumenta que os verbos *são palavras que indicam seres indeterminados pela idéia de uma existência intellectual com relação a um attributo.* Nesse sentido, o verbo indica uma afirmação relativamente a um sujeito, *emquanto não for expresso esse sujeito ou por qualquer circumstancia conhecido, não o indicará elle senão de modo indeterminado.* (RIBEIRO, p. 376)

Ao dizer *morreu*, Carneiro Ribeiro (Ribeiro, p. 376) explica que ele:

Exprime uma affirmação de uma qualidade, de um factu ou attributo determinado; e comtudo, nada tem de determinado o sujeito de que affirmo essa qualidade ou attributo. Será relativa a affirmação a um homem a uma mulher, a um animal, a uma planta, a um objecto qualquer inanimado?

Para Carneiro Ribeiro (1915, p. 376) o verbo veio do vocábulo latino *verbum*, *que é uma palavra por excellencia.* Nesse sentido o gramático vê o verbo como a vida e a alma do discurso. Assim, Ribeiro (1915, p. 376) explica que o verbo é *a categoria dos modificativos que pertence este elemento grammatical.* Ao colocar o verbo na classe dos modificativos, pretende atribuir o significado da existência,

e a existência é o attributo universal dos seres: do próprio nada coisa alguma pudéramos affirmar se primeiro que tudo lhe não déramos uma existência, embora puramente intellectual e fictícia: se o verbo indica também uma relação, fal-o secundária ou connectivos.

Assim, os tempos verbais são formas ou flexões por meio das quais o verbo determina uma época. Dividem-se em presente, passado e futuro. Para o futuro imperfeito Carneiro Ribeiro (1915, p. 411) explica:

Que a existência ou a acção será ou se fará em um tempo posterior ao acto da palavra. [...] Esse tempo é algumas vezes empregado pelo imperativo para indicar uma prescrição, uma regra ou norma de procedimento, uma ordem ou mandamento: não matarás; não jurarás em vão o santo nome do Senhor.

Há também um futuro passado ou anterior, que Ribeiro (1915, p. 411) aponta como uma ação que *se fará, quando outra igualmente futura se tiver executado*:

(7) *Quando vieres, terei partido para o campo.*<sup>2</sup>

Para o futuro imperfeito do subjuntivo, Ribeiro (1915, p. 413) apresenta como um *futuro anterior, ou seja, um futuro simultâneo com outro, por exemplo*:

(8) *Se fores aplicado, aprenderás; quando lá chegares, encontrar-me-ás.*<sup>3</sup>

Além disso, Ribeiro (1915, p. 481) explica que os futuros em *bo* e *am* das quatro conjugações latinas perderam-se na língua portuguesa, sendo substituídos por um futuro de criação românica, *em que entre o infinitivo do verbo e o indicativo presente do verbo haver, que perdeu sua individualidade, aglutinando-se ao thema do verbo, onde representa o elemento desinencial*.

---

<sup>2</sup> Ribeiro, Carneiro. Serões Gramaticais. 2ª. Ed., Estabelecimento dos dois mundos. Bahia, 1915, p.413.

<sup>3</sup> Idem, p. 413.

Portanto, ao fazermos um estudo nas gramáticas anteriores procuramos verificar como o processo de mudança foi ocorrendo ao longo dos tempos, uma vez que a língua, mesmo sendo sistemática, sofre mudanças que o próprio sistema permite, pois se a língua permanecesse estática, ela não funcionaria como tal.

### 3.4. O FUTURO DO PRESENTE NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS RELATIVAS AO PORTUGUÊS ATUAL

“Se a definição de tempo é um enigma fascinante e polemico para homens comuns, poetas, filósofos e cientistas, o que não dizer de sua segmentação – tempo futuro – no contínuo do tempo? Para o homem comum, o futuro é o não-agora, aquilo que depois, o amanhã.”

Ademar da Silva, 2002.

Nesta seção, selecionamos alguns gramáticos de renome para nos dar suporte teórico quanto à definição do verbo. A intenção de escolhê-los partiu do princípio de que ambos têm uma visão distinta quanto ao uso do verbo. Como pretendemos estudar o futuro do presente do modo indicativo, vimos à necessidade de buscar suporte teórico em gramáticas tradicionais, por apresentar um rígido conceito sobre o verbo e, por outro lado, outros gramáticos que pudessem abordar o verbo não somente aos conceitos tradicionais, mas também apresentar as possibilidades que o futuro do presente pode apresentar quanto ao seu uso.

Assim, procuraremos apresentar a visão de Rocha Lima (1980), Cunha e Cintra (1985), Othon Garcia (2002) e Minchillo e Cabral (1988) justamente para confrontar os conceitos que cada gramático apresenta quanto ao uso do futuro do presente.

Para Lima (1980, p.107) o verbo *que denota ação, estado, ou fenômeno, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.*

Quanto aos acidentes gramaticais, Rocha Lima (1980, p. 107) explica como uma mudança de forma para exprimir cinco idéias: *voz, modo, tempo, número e pessoa.* Além disso, chama de acidente de voz a *ação verbal que é*

*produzida ou recebida pelo sujeito. E classifica em três vozes verbais: ativa, passiva e reflexiva.*

Por outro lado Cunha e Cintra (1985, p. 367) explicam que os verbos apresentam flexões e que se classificam em: *número, pessoa, modo, tempo, aspecto e voz.*

Quanto ao modo, Lima (1980, p. 107), caracteriza-o como *as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo.* Sendo, portanto, três modos: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo.

Segundo Lima (1980, p. 107), além dos três modos citados acima, há outras formas de chamar os modos: o infinitivo, o particípio e o gerúndio. Realmente sem embargo de sua aparência de verbo, tais formas não possuem função exclusivamente verbal.

Por outro lado, Cunha e Cintra (1985, p. 368) chamam de Modos *as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia.* Já o infinitivo, o gerúndio e o particípio os gramáticos chamam de “formas nominais do verbo”.

Em relação ao número, Cunha e Cintra (1985, p. 368) explicam que se apresentam por duas desinências: singular e plural. Já as pessoas são três e estão relacionadas à pessoa gramatical que lhes serve de sujeito. Ou seja: a primeira pessoa *é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais eu (singular) e nós (plural);* a segunda pessoa *é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais tu (singular) e vós (plural);* e a terceira *é aquela de quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais ele, ela (singular) e eles, elas (plural).*

Quanto ao tempo, Lima (1980, p. 108) explica que:

O tempo informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir; são, fundamentalmente, três tempos: presente, passado e futuro.

Já Cunha e Cintra (1985, p. 369) definem o tempo *como uma variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo* e classifica-o em três tempos naturais: o Presente, o Pretérito (ou Passado) e o Futuro, que designam, respectivamente, *um fato ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala*. Assim, explica que o presente é indivisível, mas o pretérito e o futuro subdividem-se no modo indicativo e subjuntivo.

Para o pretérito do indicativo e o futuro do indicativo Lima (1985, p. 108) explica que estabeleceram, na língua, certas diferenças, ou seja, o pretérito se apresenta em três modalidades e o futuro em duas: o futuro do presente terminado em *ei* (*louvarei*) e o futuro do pretérito terminado em *ia* (*louvaria*).

Quanto à formação da voz passiva, Lima (1980, p. 123) explica que ocorre com o verbo auxiliar *ser*, sendo o mesmo conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar. Ex.:

(9) *Serei louvado.*<sup>4</sup>

(10) *Terei ou haverei sido louvado.*<sup>5</sup>

Já os verbos na voz reflexiva se conjugam como na ativa, mas acompanhados dos pronomes oblíquos de cada pessoa. Ex.:

(11) *Eu me ajoelharei.*<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 21ª. Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro, 1980, p. 124.

<sup>5</sup> Idem, p. 125

<sup>6</sup> Idem, p. 129.

(12) *Eu me terei ou haverei ajoelhado.*<sup>7</sup>

Um outro ponto que Cunha e Cintra (1985, p. 446) explicam refere-se aos Tempos Verbais no Futuro. Assim, para o Futuro do Presente simples, o gramático emprega:

Para indicar fatos certos ou prováveis, posteriores ao momento em que se fala. Ex.:

(13) *As aulas começarão* depois de amanhã.<sup>8</sup>

Para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição sobre fatos atuais). Ex.:

(14) - Quem está aqui? *Será* um ladrão?<sup>9</sup>

Como forma polida de presente. Ex.:

(15) Não, não posso ser acusado. *Dirá* o senhor: mas como foi que aconteceram? E eu lhe *direi*: sei lá. Aconteceram: eis tudo.<sup>10</sup>(C. Drummond de Andrade)

Como expressão de uma súplica, de um desejo, de uma ordem, caso em que o tom de voz pode atenuar ou reforçar o caráter imperativo. Ex.:

(16) *Morrerás* da tua beleza!<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 21ª. Ed., Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro, 1980, p. 129.

<sup>8</sup> CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª. Ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1985, p. 446.

<sup>9</sup> CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª. Ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1985, p. 447.

<sup>10</sup> Idem, p. 447.

<sup>11</sup> Idem, p.447.



E nas afirmações condicionadas, quando se referir a fatos de realização provável. Ex.:

(17) Se assim fizeres, *dominarás* como rainha. <sup>12</sup>

Além desses empregos verbais há também os substitutos do Futuro do Presente Simples que Cunha e Cintra (1985, p. 448) abordam:

a) Com o presente do indicativo do verbo *haver* + preposição + infinitivo do verbo principal, para exprimir a intenção de realizar um ato futuro. Ex.:

(18) - Eu sou novo e sei trabalhar... *Hei-de* arranjar emprego... <sup>13</sup>

b) Com o presente do indicativo do verbo *ter* + preposição + infinitivo do verbo principal, para indicar uma ação futura de caráter obrigatório, independente, pois, da vontade do sujeito. Ex.:

(19) *Temos de recriar* de novo o mundo... <sup>14</sup>

c) E, com o presente do indicativo do verbo *ir* + infinitivo do verbo principal, para indicar uma ação futura imediata. Ex.:

(20) *Vai casar* com o meu melhor amigo. <sup>15</sup>

Para o emprego do Futuro do Presente Composto Cunha e Cintra (1985, p. 448) explicam:

a) Quando indicar que uma ação futura estará consumada antes de outra. Ex.:

---

<sup>12</sup> CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª. Ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1985, p. 448.

<sup>13</sup> Idem, p. 449.

<sup>14</sup> Idem, p. 446.

<sup>15</sup> Idem, p. 446.

(21) Amanhã procure o Dr. Antônio, disse o Dr. Marcos. Já *terei conversado* com ele.<sup>16</sup>

(22) Os homens serão prisioneiros das estruturas que *terão criado*.<sup>17</sup>

Quando exprime a certeza de uma ação futura. Ex.:

(23) Só o Direito perdurará e não *terá sido* vão o esforço da minha vida inteira.<sup>18</sup>

b) E com a finalidade de exprimir a incerteza, ou seja, a probabilidade, dúvida, suposição dos fatos passados. Ex.:

(24) *Terá passado* o furacão?<sup>19</sup>

De acordo com Garcia (2002, p. 87), os gramáticos explicam que os verbos apresentam três tempos fundamentais que são: o presente, o passado e o futuro e vários derivados ou secundários. Assim, classifica o tempo presente como um *momento fugidio que separa o passado do futuro* e, teoricamente não tem duração, mas que pode ocorrer em um tempo mais ou menos longo. É um tempo indivisível, tornando-se diferente do passado e do futuro, que apresentam fases ou épocas mais próximas ou remotas do momento em que se fala.

Para Garcia (2002, p. 87) há um passado anterior a outro, que é o pretérito mais-que-perfeito, que se distancia do presente, como por exemplo:

(25) Quando você chegou, ele já havia saído (sair é antes de chegar).<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª. Ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1985, p. 449.

<sup>17</sup> Idem, p. 450.

<sup>18</sup> Idem, 450.

<sup>19</sup> Idem, p.450.

<sup>20</sup> GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 21ª. Ed., FGV Editora. Rio de Janeiro: 2002, p. 87.

Um futuro passado, que se classifica como futuro do pretérito ou do passado, como por exemplo:

(26) Se você tivesse telefonado , ele não *teria saído* (*sair*) é posterior ao momento em que se deveria ter telefonado.<sup>21</sup>

Explica que há um futuro anterior a outro e que também pode ser dito como futuro composto, como por exemplo:

(27) Quando você chegar, ele já *terá saído* (*sair* é anterior a chegar).<sup>22</sup>

Quanto a esse tempo, Garcia (2002) faz uma ressalva, pois diz que essa nomenclatura (Futuro Composto) não traduz o verdadeiro sentido.

Quanto ao Futuro do Presente, além do seu sentido usual, Garcia (2002, p.94) explica que pode indicar ainda:

a) Probabilidade, incerteza, cálculo aproximado:

(28) Ele terá no máximo quarenta anos.<sup>23</sup>

b) O futuro problemático.

(29) Haverá uns quinze dias que não nos vemos...<sup>24</sup>

c) Hipótese (fato provável no momento em que se fala):

(30) Quantos não estarão lastimando agora a escolha que fizeram?<sup>25</sup>

d) Futuro hipotético.

(31) Muitos pensarão que somos os culpados...<sup>26</sup>

---

<sup>21</sup> GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 21ª. Ed., FGV Editora. Rio de Janeiro: 2002, p. 87.

<sup>22</sup> Idem, p. 88.

<sup>23</sup> Idem, p. 94.

<sup>24</sup> Idem, p. 94.

<sup>25</sup> Idem, p. 94

d) Observância a preceitos ou normas (valor de imperativo) – É o tempo-aspecto a que alguns gramáticos dão nome de futuro jussivo, usual nos mandamentos, códigos, regulamentos, leis em geral:

(32) Não matarás.<sup>27</sup>

(33) Honrarás a teu pai e a tua mãe....<sup>28</sup>

Artigos de leis, decretos, regulamentos, empregam com freqüência esse futuro jussivo:

(34) O pagamento da contribuição prevista na Verba 3 (...) será feito em apólices da Dívida Pública Interna (...)<sup>29</sup>

d) Ordem atenuada, pedido ou sugestão - É o futuro dito sugestivo, que se confunde às vezes com o jussivo, mas que se emprega quando se procura induzir alguém a agir depois de se lhe apresentarem razões para tal.

Além disso, o futuro do presente pode ainda ter outras acepções como é o caso de exprimir o que pode ou não acontece:

(35) “Ora (*direis*) ouvir estrelas!”<sup>30</sup>

No sentido deliberativo, geralmente usado em frases interrogativas, servindo para indicar dúvida sobre o que se há de fazer, sobre a resolução ou a deliberação a tomar:

---

<sup>26</sup> GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 21ª. Ed., FGV Editora. Rio de Janeiro: 2002, p. 94.

<sup>27</sup> Idem, p. 94.

<sup>28</sup> Idem, p. 94.

<sup>29</sup> Idem, p. 94.

<sup>30</sup> Idem, p. 94.

(36) “Que *faremos* agora, se todos *rejeitaram* a proposta?”<sup>31</sup>

Ou o *gnômico* ou *proverbial*, utilizado geralmente nas frases sentenciosas ou proverbiais que encerram verdades de ordem geral, podendo expressar a idéia de que um fato pode ocorrer ou repetir-se a cada instante:

(37) “O homem *será* vítima dos seus desatinos.”<sup>32</sup>

De acordo com Minchillo e Cabral (1988, p. 03), o verbo é a *palavra que exprime ação, fenômeno natural, estado ou mudança de estado, situando tais fatos no tempo.*

Dessa forma, o verbo apresenta vários modos para expressar os fatos. Por exemplo:

- O modo da certeza, da informação objetiva, chamado modo indicativo:

(38) O time *ganhará* amanhã. (com certeza)<sup>33</sup>

- O modo da dúvida, da vontade, da hipótese, chamado modo subjuntivo:

(39) O comentarista *prevê* que o time (talvez) ganhe amanhã. <sup>34</sup>

No modo indicativo o futuro do presente refere-se a *acontecimentos, certos ou prováveis, posteriores ao momento em que se fala* (Minchillo e Cabral 1988, p. 13):

(40) Amanhã os operários *entrarão* em greve. <sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 21ª. Ed., FGV Editora. Rio de Janeiro: 2002, p. 94.

<sup>32</sup> Idem, p. 94.

<sup>33</sup> MINCHILLO, Carlos Alberto C. e CABRAL, Isabel Cristina M. O Verbo: Teoria e Prática. Atual Editora. São Paulo: 1988, p.05.

<sup>34</sup> Idem, p. 05.

<sup>35</sup> Idem, p. 13.

O futuro do pretérito indica *um fato que poderia realizar-se depois de um outro que não ocorreu e, provavelmente, não vai ocorrer*:

(41) Se você tivesse plantado as árvores, hoje elas *estariam* grandes.<sup>36</sup>

Quanto as formas nominais, elas aparecem com frequência em locuções verbais, que podem ser chamadas de perífrases verbais, ocorrendo principalmente esse uso na linguagem informal. Como podemos ver pelos exemplos apontados:

No lugar do presente *escrevo*:

(42) Eu *estou escrevendo* uma carta.<sup>37</sup>

No lugar do futuro *esperaremos*:

(43) Nós *vamos esperar* uma boa oportunidade.<sup>38</sup>

No lugar o mais-que-perfeito *saíra*:

(44) Você *tinha saído* quando ele chegou.<sup>39</sup>

Ao fazermos um levantamento quanto à colocação do futuro do presente, percebemos que os autores citados, no início do capítulo, apresentam a possibilidade quanto ao emprego desse tempo, podendo muitas vezes o futuro ser representado por um tempo presente mais um advérbio de tempo.

---

<sup>36</sup> Idem, p. 13.

<sup>37</sup> MINCHILLO, Carlos Alberto C. e CABRAL, Isabel Cristina M. O Verbo: Teoria e Prática. Atual Editora. São Paulo: 1988, p.22.

<sup>38</sup> Idem, p. 22.

<sup>39</sup> Idem, p.22.

Nesse sentido os estudos desses gramáticos tornaram-se importantes para nosso trabalho, uma vez que encontraremos no decorrer do *corpus* alguns tipos de empregos que foram arrolados acima.

### 3.5. O FUTURO DO PRESENTE SOB UM OLHAR LINGÜÍSTICO

“Como o futuro existe em forma de expectativa ou antecipação, não tem existência material como o passado e o presente, realizados através da memória e da percepção. Não se pode afirmar sobre o desconhecido, ou seja, sobre o que existe apenas em forma de antecipação.”

Ademar da Silva, 2002.

Nessa seção pretendemos analisar o futuro do presente sob um olhar lingüístico, uma vez que a lingüística é a ciência que estuda a linguagem por excelência. Borba (2003, p. 75) explica que *a lingüística ocupa-se da linguagem humana e das línguas naturais, para cumprir seu objetivo básico que é determinar a natureza da linguagem e a sua estrutura e funcionamento das línguas*. Por isso selecionamos alguns lingüistas que poderão nos dar suporte teórico para a nossa análise.

Câmara Jr. (1989, p. 140) argumenta que os verbos são palavras em processos que exprimem desenvolvimento, ou seja, que marcam uma categoria de tempo que pode ser subjetiva, uma vez que só pode ter sentido pelo sujeito falante que concebe o tempo de uma maneira abstrata. Assim, o sujeito pode traçar uma linha de divisões em relação a si mesmo, isto é, no momento da fala o que está por trás dele é o passado; o que está ante ele neste momento é o presente e o que está adiante dele é o futuro.

Para Câmara Jr. (1989, p. 140) a categoria tempo foi assimilada há pouco tempo, o que existe na verdade é a dicotomia passado – presente, uma vez que *no presente os fatos vindouros em que não há uma tonalidade modal*, como por exemplo: *Vou amanhã*.

Dessa forma Câmara Jr. (1989, p. 148) explica que precisamos levar em consideração o aspecto, uma vez que considera a duração do processo em si mesmo, apresentando-o como:

1 – um ponto, ou instantâneo;



- 2 – uma linha apreciável de duração, contínua ou repetida;
- 3 – apenas iniciado;
- 4 – conclusivo;
- 5 – permanecendo em seus efeitos depois de realizado; e assim por diante.

Nesse sentido, Câmara Jr. vê (1989, p. 148) que o tempo e o aspecto se relacionam entre si em uma expressão verbal conforme a língua, o sistema de formas verbais, ou a conjugação que podem ser distribuídas dentro de uma dessas categorias. Algumas vezes elas se complementam, uma vez que há uma divisão primária em aspectos, e em cada grupo uma divisão em tempos; ou um determinado tempo pode se subdividir em uma determinada função de aspectos. Outras vezes, o aspecto pode funcionar sozinho e a conjugação do verbo acaba obedecendo a uma estruturação exclusivamente aspectual.

Já para Perini (2001, p. 253) a nomenclatura tradicional não distingue o lado formal do lado semântico do fenômeno que corresponde na área de tempos, aspectos e modos verbais, tornando-se uma distância maior entre a forma e o significado.

Perini (2001, p. 253) aponta uma série de discrepâncias, como podemos observar:

Entre o tempo chamado presente do indicativo, uma vez que ele nem sempre se refere a um fato que se está dando no momento presente; além disso, nenhuma categoria semântica conhecida é expressa com exclusividade pelas formas do modo subjuntivo e o aspecto imperfectivo pode ser veiculado por muitas formas que não são chamadas imperfeito.

Assim, Perini (2001, p. 253) explica que *faço* não quer dizer que exprima sempre um fato presente, pois na frase *Amanhã eu faço isso para você*<sup>40</sup> implica aqui um tempo semântico. Isso quer dizer que a forma verbal *faço* continua no tempo presente do modo indicativo, apresentando uma categoria

---

<sup>40</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 253.

morfológica, ou seja, um tempo verbal. No entanto há um tempo semântico que indica futuro quando se exprime um fato que está para se realizar em algum momento. Como é o caso de *amanhã*, que está vinculado ao *faço* do presente do indicativo, mas que apresenta uma idéia de futuro justamente por causa do advérbio de tempo.

Dessa forma Perini distingue o tempo verbal que pertence à categoria morfológica (portanto formal), do tempo semântico, que pertence à categoria do significado.

Quanto ao tempo, Perini explica que, em geral, as frases portuguesas se localizam em um determinado momento. Como podemos observar nos exemplos abaixo:

Manuel está picando a couve.<sup>41</sup>

ou

Manuel picou a couve.<sup>42</sup>

Ao olharmos estas duas frases vemos que a primeira apresenta uma ação que está ocorrendo no momento em que se fala; já a segunda estrutura apresenta uma ação que ocorreu em um determinado momento anterior. Assim, Perini (2001, p. 253) explica que *a noção semântica de tempo não se identifica nem sequer se relaciona de maneira simples com a categoria morfológica do tempo verbal*. Nesse sentido, aponta outros exemplos, como poderemos ver, para explicar a categoria tempo:

Manuel pica a couve neste momento.<sup>43</sup>

A água ferve a 100 graus.<sup>44</sup>

Em 1822, o Brasil se torna politicamente independente.<sup>45</sup>

Amanhã bem cedo eu termino este serviço.<sup>46</sup>

---

<sup>41</sup> Idem, p. 253

<sup>42</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 253.

<sup>43</sup> Idem, p.254.

<sup>44</sup> Idem, p. 254.

<sup>45</sup> Idem, p. 254.

<sup>46</sup> Idem, p. 254.

De acordo com Perini (2001, p. 254) todas as frases estão no presente do indicativo, mas a referência temporal, ou seja, o tempo semântico difere em cada uma delas. Assim, na primeira frase *a ação de picar se entende como realmente contemporânea ao ato de fala*; na segunda, *o fato mencionado é independente do tempo*, pois pode ocorrer em qualquer momento; na terceira frase ocorre um exemplo do *presente histórico*, ou seja, o fato ocorreu no passado e na última estrutura, a ação ainda vai se realizar.

Nesse sentido, Perini (2001, p. 254) explica que *o presente do indicativo é a forma verbal mais versátil do ponto de vista da referência temporal*, pois apresenta várias possibilidades para o seu uso, em relação as outras formas verbais. *O futuro do indicativo só pode ser usado para expressar fatos ainda a ocorrer. O pretérito perfeito nunca pode exprimir fatos presentes, mas pode exprimir fatos passados ou futuros*, como no exemplo abaixo:

Amanhã quando você chegar eu já limpei tudo.<sup>47</sup>

Vemos, nesse exemplo, que *tanto o verbo chegarem quanto limpar* expressam fatos que serão realizados no futuro.

Uma outra observação que Perini explica relaciona-se com o tempo semântico, que não pode ser confundido com o tempo cronológico, ou seja, com o tempo do relógio e dos calendários. Assim, o tempo em uma narração colocada no passado com uma frase com tempo semântico no presente está em relação ao leitor no passado como:

Manuel disse: “Estou picando a couve.”<sup>48</sup>

Vemos que *estou picando* refere-se a um tempo semântico que está em relação ao momento da fala de Manuel, mas é passado em relação a quem ouve a narrativa. Assim, Perini (2001, p. 254) explica que:

---

<sup>47</sup> Idem, p 254

<sup>48</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 254.

O tempo semântico estabelece uma relação com o tempo cronológico tal como entendido extralingüisticamente: ou o tempo real, ou o tempo convencional em uma narração. Desse ponto de vista, trata-se de uma categoria dêitica – ou seja, a referência do tempo de uma frase depende da situação em que a frase é enunciada. Assim, *chegarei de avião* remete a um tempo posterior àquele em que a frase é enunciada.

Dentro desse contexto, Perini apresenta três tempos semânticos básicos que são: presente, passado e o futuro. Além disso, os três tempos têm uma representação formal, embora não exclusiva. Assim, o presente do indicativo pode exprimir o presente, o passado ou o futuro; o pretérito perfeito do indicativo pode expressar um passado ou um futuro; o pretérito imperfeito do indicativo pode expressar o passado e o futuro do indicativo pode exprimir o futuro.

Além de apresentar esses três tempos básicos, Perini (2001, p. 255) explica que devemos considerar a referência não temporal, como na frase:

A água ferve a 100 graus.<sup>49</sup>

Nesse exemplo Perini explica que não se trata semanticamente do presente, passado e do futuro, mas de uma *afirmação geral que pretende valer para qualquer tempo*.

Assim, Perini (2001, p. 255) argumenta que a categoria semântica de tempo é altamente codificada em português; isto é, a língua possui formas mais ou menos especializadas para exprimi-la, podendo ocorrer com os tempos verbais ou com certas construções de verbo auxiliar mais verbo principal. Desse modo, *mesmo quando o tempo semântico é altamente denotado através*

---

<sup>49</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 255.

*de elementos léxicos, como os chamados advérbios de tempo, a codificação no verbo continua sendo exigida, como podemos ver no seguinte exemplo:*

Manuel picou a couve ontem de noite.<sup>50</sup>

Nessa estrutura vemos que o tempo semântico *ontem a noite* é passado em relação ao momento da enunciação.

Quanto ao aspecto, Perini explica que é necessário diferenciar o tempo semântico do aspecto. Assim nas frases:

Meu tio escreveu um livro.<sup>51</sup>

Meu tio estava escrevendo um livro.<sup>52</sup>

Apresenta uma diferença marcante entre elas que não ocorre a uma referência temporal, mas a uma diferença de aspecto, uma vez que ambas estão no passado. Dessa forma vemos que o aspecto torna-se uma maneira diferente de ver a constituição interna de uma situação. Assim, o aspecto verbal pode ser dividido em perfectivo e imperfectivo.

Para Perini (2001, p. 256) o aspecto perfectivo pode ser entendido como *a expressão de um fato globalmente considerado, sem análise de suas fases, nem ênfase sobre um ou outra dessas fases; já o imperfectivo inclui consideração das diversas fases, por isso compreende várias modalidades. Na frase:*

Meu tio escreveu um livro.<sup>53</sup>

Vemos que ocorre uma ação pura e simples, sem levar em consideração a análise de seus constituintes, o aspecto, portanto é perfectivo. Já na estrutura seguinte

---

<sup>50</sup> Idem, p. 255.

<sup>51</sup> Idem, p.256.

<sup>52</sup> Idem, p. 256

<sup>53</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 256.

Meu tio estava escrevendo um livro.<sup>54</sup>

Ocorre uma ação no meio de seu desenrolar, portanto o aspecto é imperfectivo, pois apresenta um fato habitual que está implícito na frase: *meu tio escreve livros*. Podemos perceber, pelos exemplos apresentados, que há uma diferença semântica nítida entre os dois exemplos que diz respeito quanto à maneira como se encara a ação verbal.

Quanto ao modo, Perini (2001, p. 257) explica que basicamente temos três modos: o indicativo *que exprimiria uma atitude de certeza do falante quanto ao que declara; o imperativo, que veicularia ordens ou pedidos e o subjuntivo que exprimiria uma atitude de incerteza, dúvida ou desejo frente ao conteúdo do enunciado*. Assim, nos exemplos abaixo teríamos:

Maria afirmou que lavou o carro. (Indicativo)<sup>55</sup>

Lave o carro! (Imperativo)<sup>56</sup>

Quero que Maria lave o carro. (Subjuntivo)<sup>57</sup>

Duvido que Maria lave o carro. (Subjuntivo)<sup>58</sup>

Perini (2001, p. 257) explica que temos uma oposição morfológica relacionada ao modo, como por exemplo: *lavou e lave*, que é muito frágil, pois a oposição entre indicativo e subjuntivo tende, em português, a se tornar puramente formal, pois na maioria dos casos, *a oposição morfológica entre indicativo e subjuntivo é governada por traços semanticamente não motivados dos verbos (e de alguns outros itens, como talvez)*, assim, *os casos em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua moderna*.

Com relação ao Imperativo, Perini (2001, p. 259) explica que esse modo *é bastante especializado na expressão dos valores ilocucionários de ordem ou pedido*, não podendo ser usado com outro valor. No entanto, Perini argumenta

<sup>54</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 256.

<sup>55</sup> Idem, p.257.

<sup>56</sup> Idem, p.257.

<sup>57</sup> Idem, p.257.

<sup>58</sup> Idem, p.257.

que ordens e pedidos podem ser perfeitamente utilizados em orações do modo indicativo, como por exemplo:

Você poderia fechar essa janela.<sup>59</sup>

Nesse sentido Perini (2001, p.259) explica que nessa frase há uma *correlação, embora apenas unidirecional, entre o modo verbal e modo semântico*, pois o imperativo *expressa uma atitude de dar uma ordem ou fazer um pedido; entretanto, não é só o imperativo que tem essa função*.

Um outro dado importante é que os verbos são palavras que variam em pessoa, tempo e número, além de desempenhar a função do núcleo do predicado. Aliás, para o lingüista, o verbo é a única palavra que pode desempenhar a função sintática de núcleo do predicado. Ao adotar que os verbos são palavras que variam em pessoa, tempo e número, Perini (2001, p. 320) define verbo como uma palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a número, pessoa e tempo. Assim, para o lingüista *a classe dos verbos é uma das poucas que podemos definir e estabelecer no momento com clareza*.

Já Monteiro (1986, p. 82) explica que o verbo, paralelamente ao nome, apresenta duas partes: uma invariável e outra sujeita ao mecanismo flexional. Além disso, os temas verbais diferem dos temas nominais. Ou seja, a vogal temática dos temas nominais sempre é átona, enquanto que as vogais dos temas verbais geralmente são tônicas e têm uma função específica, isto é, marcar a conjugação verbal. Assim é pela vogal temática que os verbos se agrupam em três conjugações:

A 1<sup>a</sup>. terminada em *ar*: louvar, voar, casar, etc.

A 2<sup>a</sup>. terminada em *er*: vender, dizer, fazer, etc.

A 3<sup>a</sup>. terminada em *ir*: partir, servir, pedir, etc.

---

<sup>59</sup> PERINI, Mário. Gramática descritiva do Português, 2001, p. 259.

De acordo com Monteiro (1986, p. 82) é através das desinências que os verbos se distanciam formalmente das classes dos nomes, pois nestes existem as categorias de gênero e número, enquanto o verbo apresenta as desinências que marcam o modo, o tempo, a pessoa e o número.

Quanto ao tempo, o verbo divide-se em presente; pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito; futuro do presente e futuro do pretérito. Já as pessoas dividem-se em: primeira (falante); segunda (ouvinte) e terceira (assunto). Quanto ao número temos: singular e plural.

Um ponto importante que Monteiro (1986, p. 83) explica é que, embora as categorias sejam quatro, elas se resumem em apenas duas desinências, ou seja, é que a noção de tempo vem geralmente ligada à de modo<sup>60</sup> e a de número é indissociável da noção de pessoa. Assim, em cada forma verbal só há duas desinências. Além dos morfemas serem cumulativos eles são indivisíveis, isto é, seria errado falarmos que /s/ indica o plural e o /mo/ a pessoa; na desinência /mos/ o morfema marca a função de pessoa e número que estão ligadas indissolúvelmente. Dessa forma Monteiro apresenta a seguinte fórmula da estrutura verbal<sup>61</sup>:

$$V = T (Rd + VT) + F (DMT + DNP)$$

Segundo Monteiro (1986, p.88) os elementos respeitam sempre essa ordem e a desinência número-pessoal aparece invariavelmente depois da desinência modo-temporal como em *estudavas*, em que o [va] corresponde a desinência modo-temporal; já o [s] marca a desinência número-pessoal.

Além disso, o tema pode ser ampliado por meio de prefixo e/ou sufixos derivacionais, bem como por mais de um radical como podemos ver no seguinte exemplo abaixo: *Combater*.

<sup>60</sup> LYONS John. Introdução à Lingüística Teórica, 1979, p. 321 in Monteiro 1986, p. 83.

<sup>61</sup> V= verbo; T = tema (radical + vogal temática) + função (desinência modo temporal + desinência número pessoal).



Dessa forma, vemos que, quanto à parte flexional, todos os tempos e modos apresentam desinências modos-temporais e números-pessoais. Já para as formas nominais, a desinência de número-pessoal não existe, uma vez que elas não flexionam em número e pessoa, mas apenas em número e gênero.

Monteiro (1986, p.89) explica que por haver diversos tempos verbais e seis pessoas gramaticais há um número considerável de desinências por haver diversas pessoas no discurso.

Quanto ao Futuro do presente, Monteiro (1986, p. 90) apresenta a desinência modo-temporal com as seguintes terminações: /re /, / ra / e / rá /.

Um outro dado importante é que em qualquer conjugação, a vogal temática se realiza como pretônica, e todas as formas do futuro do presente são arrizotônicas, isto é, possuem o acento tônico fora do radical.

Para Monteiro (1986, p. 93), os critérios de coerência e da simplificação impedem que a segmentação seja feita de outra maneira, pois se interpretássemos a desinência modo-temporal como /ri/ ou /r/, poderíamos criar uma série de desinências números-pessoais diferentes das dos outros tempos. Analisando corretamente como /ria/, o quadro das desinências números-pessoais fica praticamente uniforme. Assim, temos para o futuro do pretérito as mesmas desinências que se encontram no mais-que-perfeito.

Já para Silva e Koch (2000, p. 52) o futuro do presente *exprime um processo posterior ao momento em que se fala*. Esse tempo pode ocorrer com valor de imperativo ou de presente, exprimindo dúvida ou probabilidade.

Silva e Koch (2000, p. 52) explicam que o indicativo *exprime um grau elevado de certeza do falante perante o processo que enuncia*. Quanto ao subjuntivo, apresenta uma *atitude de incerteza, possibilidade ou dúvida, isto é, a maior subjetividade do falante perante esse processo*. Para as autoras, a oposição do indicativo em relação ao subjuntivo ocorre mais em relação à modalidade do que ao tempo, ou seja, o subjuntivo não define a noção de época precisamente em relação ao indicativo que o faz.

Um outro dado interessante que Silva e Koch (2000, p. 53) apresentam é que nas orações adverbiais *o futuro do subjuntivo acompanha o futuro do presente e o imperfeito do subjuntivo acompanha o futuro do pretérito*. No

entanto, de acordo com as lingüistas, essa regra pode sofrer variações *conforme o grau de formalidade do enunciado e a situação comunicativa*.

Um outro dado interessante que Silva e Koch (2000, p. 53) abordam refere-se a questão do imperativo que, embora o enunciado seja no presente, ele tem valor de futuro uma vez que a ação que exprime está para se realizar. Isso ocorre porque o imperativo não possui aspecto, mas marca somente a modalidade.

Portanto, podemos observar que a idéia de futuro pode não vir expressamente com o verbo nesse tempo, mas pode ocorrer por meio de outros tempos e modo, além de vir acompanhado de adjuntos adverbiais, que marcam a idéia de futuro, como por exemplo, em: *Amanhã não vou sair de casa*.



## 4. O FUTURO DO PRESENTE

### 4.1. O TEMPO E O MODO VERBAL – UMA ANÁLISE

A palavra, esse dom celeste que Deus deu ao homem e recusou ao animal, é a mais sublime expressão da natureza: ella revela o poder do Creador e reflecte toda a grandeza de sua obra divina.

José de Alencar (in Araripe Júnior, 1894)

O homem moderno, se entendido do ponto de vista histórico, caminha sempre para um futuro, pois o homem é um ser introspectivo que viaja pelo seu tempo: presente, passado e futuro.

O tempo, do ponto de vista gramatical, caracteriza-se em português por um radical acrescido dos morfemas típicos.

De acordo com Corôa (2005, p. 09), tomando como ponto de referência teórica os três pontos temporais propostos por Reichenbach (1948) descreve a temporalidade expressa pelo verbo como:

O momento da fala (MF) que corresponde *ao acontecimento discursivo, ou o tempo da enunciação.*

O momento do evento (ME) que diz *respeito ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou o tempo do enunciado.*

E, o momento de referência (MR) que *remete aos acontecimentos naturais ou históricos* que, culturalmente, nos referimos ao tempo dos relógios e dos calendários.

Assim, Corôa (2005, p. 13) restringindo-se aos tempos do indicativo identifica a presença de três noções em interação na significação temporal: a própria noção de tempo, a noção de aspecto e a dicotomia descrição estrutural x descrição comportamental. Para a lingüista *o tempo e o aspecto são dados como duas categorias distintas, mas solidárias, ambas apoiadas na noção de tempo, mas sendo aquela dêitica e esta não dêitica.*

Já Ilari (1997, p. 14) explica que a proposta de Reichenbach vem exercendo uma atração muito grande, pois possibilita responder a duas exigências que têm fortíssimo apelo intuitivo:

a) em primeiro lugar, fornece instruções para situar o momento do evento, isto é, para localizar no tempo a ação expressa pelo verbo. E esse é, intuitivamente, o objetivo último do uso dos tempos verbais;

b) em segundo lugar, ao levar sistematicamente em conta o momento da fala, confirma a intuição corrente de que o fundamento direto ou indireto da interpretação das formas verbais flexionadas em tempo é a dêixis, isto é, a referência à própria situação da enunciação.

Segundo Ilari (1997, p. 15) o roteiro de interpretação dos tempos propostos por Reichenbach pode criar uma situação aparentemente paradoxal, ao invés de estabelecer uma *relação imediata entre o momento de fala e o momento do evento, reconstrói essa relação por intermédio do momento de referência*. Nesse caso, o momento de referência assume um papel autenticamente explicativo. Por outro lado, o momento de referência pode corresponder ao tempo expresso pelos adjuntos de tempo, por isso é um elemento importante para estabelecer seu papel. Assim, para recorrer à noção de momento de referência a fim de compreender certas determinações temporais que a sentença sofre no co-texto, mais precisamente no texto narrativo, o co-texto anterior fixa geralmente o momento de referência da oração seguinte, como no exemplo abaixo:

O agente federal subiu até a sala da diretoria, deserta àquela hora da noite. Alguém tinha deixado uma pasta sobre uma das mesas, e não foi difícil perceber que algumas das folhas tinham sido arrancadas às pressas.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> ILARI, Rodolfo. Contexto. São Paulo, 1997, p. 15.

Vemos nesse exemplo que a interpretação explica a ação de quem deixa a pasta sobre uma das mesas e a ação de quem arranca as folhas como anterior à entrada do agente federal na sala da diretoria.

Ilari (1997, p. 15) comenta que a proposta de Reichenbach pode ter alguns problemas relacionados com a noção de tempo, e que é mais vantajoso fazer uma análise em termos de períodos ou lapsos de tempo, ao invés de momento.

Um outro dado que Ilari (1997, p. 21) apresenta são os adjuntos adverbiais que localizam eventos, mas que necessitam de uma ancoragem no real, podendo ser dada quer pela situação de fala, quer pela escolha de algum ponto de referência ao qual tanto o locutor como o interlocutor tem acesso. Quando dizemos:

Um dia após o feriado.<sup>63</sup>

O ponto de ancoragem é o feriado, referindo pela primeira vez na própria oração.

Vou conhecer primeiro o Brasil, *depois*, pretendo viajar para o exterior.<sup>64</sup>

Aqui, no exemplo acima, *depois* significa *depois de conhecer o Brasil*, e a ancoragem vem indicando uma passagem anterior do texto.

Ilari (1997, p. 22) apresenta vários adjuntos que localizam eventos, como podemos ver:

---

<sup>63</sup> Ilari Rodolfo. Contexto. São Paulo, 1997, p. 21.

<sup>64</sup> Ilari Rodolfo. Contexto. São Paulo, 1997, p. 21.

	Por dêixis	por anáfora
anterioridade	vinte anos atrás antigamente no meu tempo faz ... que faz ... o ano passado ultimamente, recentemente ontem	vinte anos antes  no tempo de ... fazia ... que havia .... o ano anterior  na véspera
	antes, anteriormente	
Simultaneidade	agora, atualmente este ano	então aquela semana
	???	
posteridade	no ... próximo neste ano de ... agora na Semana Santa amanhã amanhã ou depois o ano que vem daqui a ... mais cedo ou mais tarde futuramente	no ... seguinte   no ano seguinte daí a  sucessivamente
	depois, mais adiante em breve, logo qualquer dia novamente cada vez mais	

Ilari (1997, p. 23) explica que a ancoragem é *apenas uma das características que distinguem os adjuntos capazes de localizar eventos*. Uma outra ancoragem que pode ser vista no quadro acima é a relação cronológica estabelecida com o *momento da fala, que pode ser simultaneidade, anterioridade ou posterioridade*, pois os adjuntos podem localizar o *evento no presente, no passado ou no futuro*. Dessa forma, vemos que alguns adjuntos possibilitam remeter indeterminadamente *ao passado ou ao futuro, sem precisar o momento em que o evento se realizou ou deve realizar-se; outros ainda fornecem indicações exatas*.

Um outro tópico que Ilari observa é a co-ocorrência com adjuntos para certos tempos verbais que possibilitam alguns valores de outro modo imprevisíveis, como é o caso do presente do indicativo, que ao associar-se a um adjunto pode adquirir um valor de presente histórico ou de um presente futuro, como podemos observar:

Em 1939, Hitler invade a Áustria.<sup>65</sup>

Amanhã eu estudo isso.<sup>66</sup>

Segundo Ilari (1997, p.25) esses fatos podem nos levar a optar entre duas alternativas de explicação para os valores temporais de cada morfema verbal de tempo que seriam:

Por uma alternativa que Ilari (1997, p. 25) *consiste em considerar cada um dos tempos do verbo como expressando um valor básico, sobre o qual os adjuntos operariam para dar origem aos valores que prevalecem no uso concreto de sentenças*;

Uma segunda alternativa apontada por Ilari (1997, p. 25) seria:

---

<sup>65</sup> Ilari Rodolfo. Contexto. São Paulo, 1997, p. 24.

<sup>66</sup> Ilari Rodolfo. Contexto. São Paulo, 1997, p. 24.



Considerar algumas formas verbais como intrinsecamente polissêmicas, e estabelecer em seguida restrições de seleção apropriadas, envolvendo os adjuntos e os vários sentidos que compõem a lista de valores do morfema temporal.

Assim, Ilari (1997, p. 25) explica que a primeira alternativa encontra *obstáculo na abstração que seria exigida para formularem os valores básicos de certos termos*, além de o verbo às vezes operar sobre o adjunto e não vice-versa. Já a segunda opção pode ser problemática porque os tempos verbais não são realmente polissêmicos e faltam adjuntos para especificar todos os tempos.

No entanto, Ilari (1997, p. 25) argumenta que se torna difícil optar por uma das alternativas, pois a falta de um exame mais cuidadoso da interação entre adjuntos adverbiais e morfemas verbais de tempo implica na adequação empírica ou de decisão teórica.

Por outro lado, Ilari (1997, p. 26) explica que a interpretação dos tempos verbais em que o momento de referência (MR) e o momento do evento (ME) diferem fica condicionada à possibilidade de estabelecer os recursos lingüísticos e extralingüísticos do MR. Assim, para Ilari (1997, p. 26), *não há necessidade de uma identificação exata do MR: basta uma relação cronológica a outro evento, relatado no mesmo período gramatical ou em períodos gramaticais contíguos de um mesmo texto*.

Já para Corôa (2005, p. 66) o verbo apresenta uma dualidade, ou seja, *de um lado há o radical* que tem sentido próprio distinguindo-se de todos os outros processos da língua; de outro, *há a variação morfológica* que é *portadora de um conjunto de valores gramaticais que permite o reconhecimento do processo também como parte da situação que é objeto da informação, ou seja, o processo com relação à enunciação*. Assim, Corôa (2005, p. 66) diz que a variação morfológica que o radical apresenta é portadora de um determinado valor semântico, que por sua vez sofre um fenômeno gramatical que pertence ao domínio do aspecto. Dessa forma, *a variação nos valores dependentes do radical que opõe a um certo verbo a todos os outros ou uma perífrase a todas as outras é um processo léxico –*

*semântico: é o domínio do modo de ser da ação.* Para a lingüista, muitas vezes o aspecto e o modo de ser da ação apresentam conteúdos muito similares e diferenciam *pelo processo lexical para o modo de ser da ação e morfológico para o aspecto.*

Já o modo e modalidade se relacionam. Silva (2002, p. 22) explica que o *modo é uma categoria (morfológica) formal do verbo e exprime a atitude do falante (modalidade) em relação ao que se diz*, ou seja: certeza – indicativo; incerteza – subjuntivo; desejo – optativo. Quando o falante utiliza uma atitude neutra, podemos dizer que a frase não é marcada quanto ao modo, como por exemplo, em: *os cachorros comem* – que, de maneira conveniente, dizemos estar no modo indicativo.

Na verdade, o que podemos perceber é que embora tenhamos o modo que específico, ou melhor, um modo que caracteriza o tempo verbal, a realidade é que esse tempo verbal será usado pelo falante dependendo da ênfase que o mesmo quer empregar. Nesse sentido, podemos perceber, pelas palavras de Silva que (2002, p. 22) *o modo é uma categoria (morfológica) formal do verbo e exprime a atitude do falante (modalidade) em relação ao que se diz*, pois tanto faz usar qualquer modo, uma vez que cabe ao falante escolher a melhor maneira de se expressar.

Como o modo se apresenta de diversas maneiras: a realidade, desejo, contingência, potencialidades, etc. podemos dizer que o mesmo possui um caráter subjetivo, pois cabe ao falante selecionar o tempo que lhe aprouver.

Borba (2003, p. 172) argumenta que o falante pode expressar-se como algo real pelo modo indicativo, bem como alguma coisa que pertence ao mundo objetivo além de se expressar pelo subjuntivo ou pelo interrogativo que são modos da dúvida e da imaginação, como por exemplo:

Caso chova, amanhã não vou à festa.

Amanhã não vou à festa.

Nos exemplos acima, percebemos claramente a opção do falante por um determinado modo que marca a intenção ou a ênfase que o mesmo quer

utilizar. Nesse sentido podemos dizer que, embora tenhamos um modo que gramaticalmente especifica o seu valor, esse modo pode fugir dos padrões estabelecidos pela gramática, no momento em que o falante opta intencionalmente por uma determinada modalidade.

## 4.2. CORPUS

### 4.2.1 ANÚNCIOS – CONVITES – EDITAIS – 1820-1830

Se a propaganda é a arte de conquistar com palavras, nada melhor do que o anúncio bem escrito para executar esta tarefa.

Jorge S. Martins, 1997.

Nos capítulos anteriores fizemos uma abordagem teórica sobre o tempo verbal. O intuito nesse item foi analisar o futuro do presente em textos jornalísticos do estado de São Paulo do período do século XIX e início do século XX, uma vez que esses textos apresentam uma das modalidades escrita que mais se aproxima da fala. No entanto, não devemos esquecer que nos anos de 1800 o jornal era feito pela Corte, tendo a finalidade de atender a seus interesses, como argumenta MARIANI (2000:8)

(...) O Brasil e o brasileiro simplesmente não existiam nas páginas da Gazeta. Estavam apagados enquanto notícia. (...) No entanto, os brasileiros estavam ali, circundando os portugueses. Eram de moradores do Brasil, podemos supor, os anúncios que formavam a pequena seção de classificados. Isto significa que, mesmo sendo escrita pela elite portuguesa, a Gazeta acabava apresentando a fala do brasileiro. (...) É no interior desse discurso jornalístico que a voz do brasileiro irrompe, obrigando os leitores portugueses a repetir uma fala que não era a sua. Não há como fugir das diferenças. Os editores e censores do rei, com suas vozes disciplinadoras e homogêneas, não conseguiram evitar o outro no discurso. Estavam no Brasil

Embora o jornalismo estivesse voltado para os modelos da Corte, Martins (1997, p. 24) argumenta que o jornalismo, no Brasil, a partir de 1808 *procurava fazer aquilo que era feito na Europa em termos de propaganda*

*impressa e que foi logo assimilado e posto em prática pelos periódicos brasileiros da época, com a venda de espaços para informações à comunidade.*

Assim, os antigos anúncios tinham a intenção de divulgar algum produto ou serviço, surgindo, dessa forma, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal fundado no Brasil.

Nessa época já apareciam anúncios de venda de casas, captura e comércio de escravos, divulgação de hotéis, fotografias, chapelarias, medicamentos, etc. Esses anúncios, de acordo Martins (1997, p. 24), *utilizavam uma linguagem simples, sem artifícios de convencimento, que buscava utilizar uma informação objetiva e era bem adjetivada, a exemplo das que já empregava em Portugal na propaganda.*

A partir da década de 1950 Martins (1997, p. 33) explica que a linguagem publicitária se transformou e passou a ser mais dinâmica e mais sintética, fugindo do código formal da língua sem o abandonar totalmente. O registro coloquial corrente é assimilado nos grandes centros, com o objetivo de uma identificação maior com o grande público.

Assim, o anúncio, de acordo com Martins (1997, p. 41), procura exercer uma ação psicológica sobre o preceptor com a finalidade de conseguir uma mudança comportamental em relação ao objeto oferecido, ou seja, uma idéia ou um serviço.

Nesse sentido, a argumentação é um forte recurso usado pela publicidade para influenciar alguém. Desse modo a linguagem publicitária deverá ser, de acordo com Martins (1997, p. 1325):

- Uma linguagem direta, sem rodeios, objetiva, mas apurada;
- Uma linguagem acessível;
- Uma linguagem original o mais possível;
- As formas diretas nas frases que as tornem mais claras;
- As formas de tratamento coloquial, como você e tu, conforme a região e o uso;
- O imperativo para convencer, persuadir ou divulgar;

- A linguagem figurada, pois as conotações dão polissemia à mensagem;
- Os advérbios ou locuções adverbiais, de acordo com a necessidade. Pouco usar os de modo
- Os aspectos para esclarecer mais o significado de certas mensagens;
- Moderadamente, os adjetivos, superlativos e diminutivos;
- Expressões claras referindo-se ao produto;
- Formas que exaltem as qualidades intrínsecas ou extrínsecas do produto;
- Apostos iniciantes ou intercalados na frase.

Além disso, ao produzir um texto para um anúncio comercial, o redator deverá escolher qual a tipologia textual que melhor se enquadra dentro das finalidades para as quais se destina. Assim, Martins (1997, p. 145) explica que os textos podem ser classificados em diversos tipos:

- Informativo: apresenta objetividade no relato de fatos, notícias, dados, sem sugerir algo. Expõe as coisas como elas são, sem ênfase. É texto referencial puro que leva o leitor a tirar conclusões, a fazer escolha a partir dos dados apresentados, ou de notícias.
- Narrativo: conta histórias ou fatos, mostrando a vantagem do uso e do consumo do produto. A narrativa leva a mensagem de venda, provocando a empatia narrador e leitor. O narrador em primeira pessoa expõe fatos humanos ou experiências que envolvem o leitor que nelas se identifica. Os fatos relatados contêm as partes da narração, com início, conflito e solução final; apresenta-se quase sempre como monólogo.
- Texto testemunho, ou testemunhal, que apresenta depoimentos favoráveis ao uso de produtos ou à indicação de serviços.
- Texto humorístico: aquele em que o artista apela para o sentido crítico do observador.

- Texto em verso: há dificuldade em produzi-los de maneira formal e, por isso é contestada sua validade como anúncio comercial.

Por outro lado, a mensagem publicitária destina influenciar a conduta da sociedade com a finalidade das pessoas adotarem uma opinião e uma conduta determinada. Assim, sua estrutura codificada tem a intenção de fazer chegar aos destinatários informações sobre um determinado produto ou serviço, visando influenciar favoravelmente sua opinião e conduta a respeito dele.

Como nenhum texto é vazio de significado, os anúncios, embora escritos pela elite portuguesa, apresentavam características da sociedade que aqui vivia. Assim, são esses anúncios que nos possibilitarão estudar a língua desse período, pois são eles que nos fornecem informações de todos os tipos, ou seja, quem são os destinatários, seus emissores, quais os tipos de anúncios, além de apresentar os aspectos da história social que caracteriza esse período. É como diz Orlandi (2003, p. 140):

Quando diz que o texto é o todo que organiza recortes. E esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Essa situação instaura um espaço entre os enunciados efetivamente realizados que não é vazio, mas social, interacional. Disso se infere que os enunciados exigem contextos que sirvam como pano de fundo para a explicitação ou identificação dos sujeitos existentes no texto.

Dentro desse contexto, percebemos que os textos jornalísticos proporcionam um amplo material de análise, pois apresentam uma visão da sociedade da época, como ela se constituiu, sua realidade econômica, uma vez que os textos não são vazios de sentido, mas apresentam um discurso com um vasto significado.

Mattos e Silva (1989, p. 402) explica que o modo verbal pode definir a atitude do falante em relação ao status factual do que está dizendo, ou seja, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida. Além disso, o tempo verbal

expressa uma relação que se estabelece entre o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referido na frase e o momento do enunciado.

Por outro lado, o modo e o tempo, como o número e a pessoa, são categorias obrigatórias do verbo em português e podem ser vistos pelo mecanismo flexional.

No exemplo abaixo o futuro do presente: *publicarão*, *serão* e *supprirá* apresentam uma ordem atenuada. Garcia (2002: 94) explica que esse futuro apresenta-se de forma sugestiva, ou seja, ele procura induzir alguém a agir depois de apresentarem razões para tal.

(1) Algumas gazetas Europeas tem publicado, que viajam agora pelo Brasil várias pessoas scientificas, protegidos pelo governo daquele paíz, e á custa dos Governos Austríaco, Bávaro, e Tuscano. Pela Áustria são o professor Mikan, para a História natural em geral, e Botânica em particular: o Dr. Pohl, como mineralogista: Mr. Nattere, para zoologia: Mr. Schott como jardineiro: Mr. Socher, como caçador: Mr Echder, como pintor de paisagens: Mr. Frick, como pintor de História natural. Pela Bavária, o Dr. Sprise, como zoologista, e o Professor Martinus, como Botânico. Pelo Gram Duque de Toscana, o Dr. Rasli, como Naturalista. Não podemos deixar de louvar as vistas de política liberal do Governo do Brasil em permitir e patrocinar éstas viagens scientificas no seu paíz; porque estes sábios **publicarão** depois seus jornaes, estes **serão** traduzidos nas linguagens do paíz, e assim a industria estrangeira **supprirá** a falta da nacionnal, porque he certo, que, sem o conhecimento cabal dos recursos naturaes do paíz, mal **poderão** os homens, que se acharem á testa do governo, fazer uso dos meios phisicos, que a natureza de seu terreno lhes offerecer; e já que as circumstancias não permitem que se aproveitem os talentos dos naturaes, pelo menos utilize-se a industria estrangeira. (Farol Paulistano, 8 de dezembro de 1820)

Já o termo *poderão* apresenta uma idéia de probabilidade, incerteza. Mira Mateus et. al. (1983, p. 18) explica que as proposições contidas em



enunciados declarativos descrevendo estados de coisas no futuro são indeterminadas quanto ao seu valor de verdade no momento da enunciação.

(2) Legonssat Sabatier, morador na rua do Rosário, número 24, convida a todas as pessoas que lhe comprarem bilhetes de rifa, a satisfazerem sua importância até o Domingo próximo 20 do corrente, na certeza de que aqueles Bilhetes que até não forem pagos ficarão por conta do mesmo Sabatier. (O Farol Paulistano, 16 de janeiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 353).

Além da ideia de probabilidade o futuro do presente pode ser empregado para apresentar uma ideia de valor imperativo como podemos ver nos exemplos abaixo:

(3) Do Convento do Carmo da Villa De Sanctos fugio em 28 de Dezembro próximo passado um escravo pardo, de nome Alexandre, estatura baixa, rosto comprido, cheio de corpo, idade 18 a 20 annos, officio de carpinteiro – Quem o prender deverá entregá-lo n' esta Cidade a Joaquim José Pedro Maria, rua de São Bento, e d' elle receberá bem boas alvízaras. (O Farol Paulistano, 12 de janeiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 353)

(4) M. Izidoro tem a honra de participar ao Respeitável publico que tendo-se determinado a deixar a Carreira de mestre de Francez que exerce: 11 annos no Rio de Janeiro por seguir os estudos do Curso Jurídico n' esta Cidade, e querendo occupar o tempo, que tem até matricular-se, abrindo dois Cursos de Francez, um de meio dia até uma e meia para a tradução somente, e outro das 5 até 6 e meia para fallar e escrever a dicta lingua. As pessoas que se quiserem matricular nestes estudos poderão se dirigir á Rua do Rozario número 65, em casa do Senhor Miguel. \_ Os Cursos principiarão a 12 do corrente havendo concurrencia sufficiente. (O Farol Paulistano, 06 de agosto de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 357-358)

(5) Na Cadêa da Villa de Sanctos se acha ainda| um escravo, que diz camar-se João, e ser de na|ção rebollo. Este escravo, que escapando á expe|dição dirigida contra o Quilombo existente na Serra| do Cubatão, se veio entregar obrigado pela fome,| e medo, tem ultimamente declarado pertencer á um| Senhor de nome Luiz Antonio morador de Mogi- Gaussú.| Quem for realmente seu dono, o venha logo buscar, | aliás se executará o que manda a Lei a este respeito. (O Farol Paulistano, 09 de agosto de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 359)

(6) Joaquim da Silva Abreu Vianna morador desta| Cidade faz saber ao Respeitável publico, que todas as| pessoas que comprarem quaesquer bens, moveis, ou de| raiz pertencentes ao seu Casal a Antonia Maria de Jezus| sua mulher, fica na responsabilidade de restituillos quando pelo suplicante for requerido em Juízo, com os| danos que dahi se seguir: assim como todos que| já comprarão qualquer dos referidos bens à dicta sua| mulher haverão de respondeer á nullidade, e quallquer outra liquidação que necessário seja, e ao Suplicante| convier, em beneficio de seus Credores, e filhos| menores, pelo que protesta. (O Farol Paulistano, 09 de agosto de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 358)

Alguns chamam esses verbos de valor imperativo como o futuro jussivo, sendo o seu uso comum nos enunciados de leis, contratos e ordens judiciais.

Assim, observamos que nos anúncios apontados usa-se muito o futuro jussivo, pois tecnicamente se diz que a autoridade competente em vez de simples faculdade, tem o dever, a obrigação de praticar ou de se abster do ato, conforme o caso:

(7) Ao Capitão Francisco Antonio Pinto| Bastos, morador n' esta Cidade, Rua de São| Gonçalo, casa número 4 fugio um escravo da| Costa, de nome Francisco, com os signaes| seguintes = estatura ordinária, magro, de| idade mais ou menos de 20 annos. Cara| redonda, nariz chato,

canelas finas. Há toda a certeza de estar n' esta Cidade, e quem o trazer em sua casa, **receberá** as alviças. (O Farol Paulistano, 16 de fevereiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 354)

(8) Ao Tenente Luiz Francisco da Costa, | morador no Rio de Janeiro, na rua de São |Francisco de Paula número 90, desapareceu| sem motivo algum no 1º. de Julho do cor|rente anno, um seo escravo ladino de no|me Francisco, de nação Benguella, de eda|de de 19 a 20 annos, comprincípio de bulço de barba, desdentado da parte superior; | porém só com um dente a diante da mes|ma parte, nariz chato, beiços grossos, at|tacado de corpo, bem feito de pés, e de perna, | todo magro, e as maçães altas, no canto| da testa um calombinho da especie de| um carocinho de feijão movido: roga-se a| qualquer pessoa, que delle der noticia, ou| o levar á casa de seo Senhor, ou na Cidade| de São Paulo a Manoel Gonçalves Pereira| na Villa de Sanctos a João da Monte Bastos, | na de Ytú ao Padre Felis do Amaral Gru|gel, e na Sorocaba a Bento José Ribeiro| não só leh **pagará** as despezas, como **gratificará** o seo trabalho. (O Farol Paulistano, 16 de fevereiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 355)

(9) Perdeo-se no Hospital, onde tem morado os Collonos Alemães, uma caixa de prata com letras| iniciaes do nome de seu dono: roga se portantono a| qualquer pessôa, que a tenha comprado, haja de| a entregar no mesmo Hospital, onde seu dono lhe| **satisfará** a quantia por que tiver comprado a re|ferida caixa. (O Farol Paulistano, 21 de junho de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 357)

(10) Em Novembro de 1825 fugio desta Cidade ao| Sargento Mor Joaquim Floriano de Godoi uma es|crava parda de nome Maria que foi de João Ma|Noel de Castro do Termo de Villa de Parnahiba; | **terá** idade 22 annos, estatura ordinaria, clara |m cabellos apertados, testa pequena, sobrançelhas negras e carregadas sobre os olhos negros, nariz meio| afilado, boca pequena, bons dentes, e claros: uma| pequena grossura no lado do pescoço, meia pensa| para esse lado, peitos pequenos, barriga elevada| pernas finas, e piza alguma coisa para

dentro: é ren|deira, custureira, engomadeira, doceira, e conzinha| soffrivel; levou saia, e baeta azul, camizas e vestidos| brancos, baeta preta, sapatos e meias de seda, e ou|tras miudezas. Quem d' ella lhe der noticia ceder[e]a em| poder de quem existe será recompensado, e entregan|do-lhe nesta Cidade receberá trinta mil reis de alviçaras. (O Farol Paulistano, 22 de outubro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 360)

(11) Pelo Juízo de Paz da Villa de| Ytapetininga se faz publico, que na Cadêa da di|cta Villa se achão recolhidos á ordem do mesmo| Juízo quatro escravos novos, ainda muito boçaes, | três d' elles bem pretos, e um fula. Suppoem-se se|rem de nação Cabinda ou Rebolo, e tem a testa e| corpo marcado com riscas. Quem suspeitar ser dono| dos mesmo escravos, procure justifical-o com bre|vidade, porque alias serão entregues ao juízo dos| ausentes. (O Farol Paulistano, 03 de outubro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 370)

Ao utilizar os verbos apontados acima como: *receberá*, *pagará*, *gratificará*, *satisfará*, *será*; dos exemplos 8, 9, 10 e 11, vemos que a carga semântica contida nos anúncios apresenta um futuro jussivo ou imperativo jussivo, porque gera duas obrigações: a de fazer e a de dar, ou seja, o anunciante terá a obrigação de dar o salário anunciado. Daí decorre a força imperativa dos verbos apresentados. O anúncio os força a cumprir com o que foi publicado.

Além disso, o uso do futuro pode ser utilizado conjuntamente com adjuntos que localizam eventos, ou seja, pode também ser utilizado o futuro perifrástico que corresponde ao verbo “há + verbo”:

(12) A Mesa da Sancta Casa de Misericordia d' esta| Impria| Cidade faz constar ao respeitável Publico, | que por todo o mez de Julho próximo futuro hade| indefectivelmente extrair se a Loteria da mesma, | cujos Bilhetes se achão á venda nos logares já| por esta Folha indicados. (O Farol Paulistano, 07 de junho de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 356)

(13) **Segunda feira 22 do Corrente** as trez horas| da tarde faz Leilão Joaquim Lezaeta, na Rua do| Rozario Caza Número 26 de varias fazendas, farinha| de trigo, Vinhos engarrafados, e outros gêneros pa|ra Armazém de molhados. (O Farol Paulistano, 20 de dezembro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 362)

(14) **Amanhã se hade proceder** a segunda arremata|ção dos bens do fallecido Coronel Antonio José| Vaz: há trastes de prata, livros, e mobília: Quem| n'elles quizer lançar dirija-se a casa do fallecido Co|ronel na Rua de São Bento. (O Farol Paulistano, 18 de março de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 365)

(15) Um Extrangeiro de Nação Portugueza che|gado há puco a esta Cidade, faz publico que **abri/rá** sua loje de Alfaiáte, na rua do Carmo casa número 3| e com precise de Officiaes, annuncia a todos os conhecedores do dito Officio, que quizerem hir para| a sua loje, que **poder-se-hão** dirigir á mesma casa| **no dia segunda feira 18 do corrente e seguintes:** fi|cando certos que o Annunciante lhes **satisfara'** a pa| do seu trabalho o melhor possivel, excedendo sem|pré quaesquer interesses que lhes possão fazer em| outras Tendas. (O Farol Paulistano, 13 de maio de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 367)

Ilari (1997, p. 21) explica que os adjuntos são utilizados como um tipo de ancoragem capaz de localizar eventos. Assim, a relação cronológica estabelecida com o momento de fala, pode apresentar uma idéia de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade, ou seja, o adjunto marca o evento no presente, no passado ou no futuro, como nos exemplos apontados a cima.

Já Cunha e Cintra (1985, p. 446) explicam que o futuro do presente simples pode ser empregado também para indicar fatos certos ou prováveis, posteriores ao momento em que se fala, com podemos ver nos exemplos abaixo:

(16) Jose Floriano da Cunha tem determinado| vender sua fazenda de Criar Egoas, e gado vacum| com muito bons campos com distancia mais ou me|nos d' uma legoa de cumprido, quazi toda feixada de| Vallos, e com suas terras lavradas dentro do mesmo | cercado, sita na borda do Rio Juquiri estrada, que| vai para Jundiay; quem intentar dirija se a o mesmo| dono, que promete hir mostrar lhe tudo, e ahi se| **lembrarão** o preço, que **será** cômodo. (O Farol Paulistano, 09 de abril de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 355)

(17) No dia 9 do próximo passado fugio desta Cidade um es|cravo de nome Dionizio Nação Mussanbuque official| de crapina idade de 20 annos mais ou menos ponta de bar|ba, rosto cumprido delgao de corpo estatura oridnaria| quem delle souber **poderá** mandar pegar e intregar nesta| mesma Cidade a Antonio Justiniano de Souza, mo|rador na Rua da quitanda de quem **receberá** al|viçaras e toda qualquer dispezas no transporte, e bem| assim uma negra de nome Maria Nação Angolla ida|de 20 annos, mais ou menos com umpequeno lubi|nho em cima de um olho e secatriz nas costas | marca que trouxe da terra, saia de baeta nova, e baeta| to mais usada e mais clara. (Farol Paulistano, 04 de outubro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 359)

(18) Vende se um Quintal na Rua da Cadêa e faz| frente para a Rua do Remédio. Tem madeiras, e telhas próprias para cubrir uma casa; tem de fondo| quinze braças, e de frente seis. Quem o pertender| dirija-se á Rua do comercio casa número 32 e lá| **achará** com quem tractar. (O Farol Paulistano, 10 de dezembro de 1828, in GUEDES e BERLINCK 2000, p 362)

(19) He chegado nesta Cidade vindo de Paris Bont|te Dillon, Fabricante de relógios de todas qualidades, | e também faz todos os concertos aos ditos relógios, e|traz também bastantes feitos, porisso faz publico a todos| os que **fará** muito cômodo, e mora na| Rua do ouvidor numero 49, onde também tem fazendas e modas Francezas. (O Farol

Paulistano, 11 de janeiro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 363)

(20) Quem quizer comprar um armazem de molhados, dirija-se na Rua do Rozario Casa numero 33,| onde achará com quem tractar o negocio. (O Farol Paulistano, 01 de abril de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 366)

(21) Quem achar uma medalha de pedras da |Ordem de São Bento de Aviz, poderá entregar na loja| de Joaquim Timotheo de Araújo, que é nos quatro| cantos que dará 8\$000 réis de achado. (O Farol Paulistano, 06 de maio de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 367)

(22) A quem faltar um Caixão com marca AF, | cujo foi extraviado na Villa de Sanctos, dirija-se| n' esta Cidade á Casa de José Bento Gomes, que| dando os signaes certos se lhe | dirá aonde existe. (O Farol Paulistano, 23 de setembro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 369)

(23) Quem tiver um Escravo official de carpinteiro, que quizer vender par o Rio Grande do Sul, | dirija-se a Rua do Carmo número 24 que achará com| quem tractar. (O Farol Paulistano, 30 de setembro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 370)

(24) José Antonio Martins faz público, | que Serafim d' Andrade deixou de ser seu Caixeiro: e previne por isso a todas as pessoas que são| devedoras ao annunciante, que elle não levará em | conta qualquer recibo passado pelo dicto Serafim,| que se não ache abonado no competente livro. (O Farol Paulistano, 19 de novembro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 372)

Percebemos que, os verbos utilizados nos anúncios acima apresentam um aspecto sintático que varia somente em relação a pessoa do discurso, ou seja, utiliza-se a 3<sup>a</sup>. pessoa do singular, como: *será, achará, poderá*, etc.; e a 3<sup>a</sup>. pessoa do plural: *serão, lembrarão*.

Quanto ao aspecto mórfico, apresenta a estrutura do futuro do presente, ou seja, a flexão *rá* e *rão*, que corresponde ao futuro do presente *–rei–* de *amarei*, *amarás*, *amará*, etc.

Além disso, esses verbos destacados acima nos apresentam uma idéia de probabilidade, podendo ser ou não cumprida a ação que está proposta nos anúncios.

Por outro lado, para vermos a incidência dos verbos no futuro do presente sentimos a necessidade de fazer um levantamento de verbos empregados em outros tempos, como por exemplo:

(25) No destricto da Villa de São Sebastião, | na estrada, que segue para serra acima, | longe da praia meia légua acha-se um si|tio, que consta de uma legua de terras em| quadra; tem algumas capoeiras, e o mais| tudo é matto virgem, abundante de madei|ras de toda a qualidade; tem aguas abun|dantes, e altas, e aptas por isso para todo| o genero de Engenhos; as terras são geral|mente boas; tem Engenho de água-arden|te, e alambique bom, alguns quartéis de ca|na, e doze mil pés de café pouco mais, ou|menos plantados em diferentes tempos, cujo producto montou este anno á seis centas| arrobas, e vai á ,mais por serem os cafesais| todos novos. Vende-se esta propriedade com|seis escravos bons, e quem **a quizer com|prar póde procurar** n'aquella Villa pelo Capi|tão-mór Bento Francisco Vaz de Carvalhaes, | na de Jacarehy pelo Capitão-mó José Ma|nuel | Pereira, e na Fregeuzia do Paraibunal pelo Padre Valério de Alvarenga Fer|reira. (O Farol Paulistano, 12 de janeiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 353)

Nesse exemplo acima vemos que o uso do verbo está no presente, mas pode também apresentar uma idéia de futuro. No caso o editor do anúncio preferiu utilizar o tempo presente para dar mais ênfase ao seu produto.

(26) Na rua do Rosário casa número 22 fa|se tincta de lustre para calçado, muito| boa e com a particularidade de conservar| o couro sempre maio; **vende-se** uma bo|telha por 400, e sendo em dúzia a 3:840| \_ também se recebem botelhas vazias| a 20 réis. \_ Na mesma



casa há para vender| uma porção de semente de cebollas gros|sas. Muito nova, a 2:000 réis a quarta, e a 6:000 a libra. (O Farol Paulistano, 09 de fevereiro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 354)

(27) No Laergo do Xafariz, e principio da| Rua do Commercio Número 39, há para se| vender vinho de Lisbôa superiôr a 11\$500| com o competente barril de 10 em pipa. (O Farol Paulistano, 01 de março de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 354)

(28) Quem quiser lançar animais empo|treiros seguros com optimas pastagens, e alguadas, e mesmo conserval-os por mêzes, | ou por annos se dirija a chacra cita ade|reita da estrada que segue para Santo Amaro| defronte ao Capitão Gabriel Henriques Pes|sôa, a saber, os Cavalaes a 20 réis por noite, | e os vaccuns a 40 réis. (O Farol Paulistano, 01 de março de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 355)

(29) Rua do Rozario Logea de fazenda seccal casa número 13m acha-se a venda uma porção| de Livros, intitula-se Medicina Curativam| em 4ª. 1 vollume preço 2\$ réis muito útil para| uma Casa de família. Seu Autor é José Ma|ria Bom- Tempo de Sua Majestade Imperial estes| llvros são chegados aproximadamente da|Côrte. (O Farol Paulistano, 15 de março de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 354)

(30) Achão se recolhidos na Cadeia da Villa de Sanc|tos, as escravas seguintes, capturadas no Quilombo| ultimamente batido, cujos nomes, e Senhores vão decla|rados conforme a confissão das mesmas.= Maria de| nação benguella escrava de Bernardo Guedes: Eva| crioula, escrava do Alferes Antonio Galvão, Anna| crioula, escrava de Francisco Pereira Mendes: Do|mingas, angola, escrava do Capitão Joaquim, (vulgo Inhoquim). (O Farol Paulistano, 07 de junho de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 356)

(31) Na casa de Manoel de Aguirra Camargo em Ytú| bairro Capivarí de cima se acha um negro boçal, | Nação Monjolo, de nome Benedicto, que

**anda** fugido, e **apareceu** na casa do mesmo á dois ou trez| meses. (O Farol Paulistano, 07 de junho de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 356)

(32) João Rost, Cirurgião Dentista, aprovado por| varias faculdades de Medicina tem a honra de avizar| a este respeitavel publico, que elle **tira**, **alimpa**, | chumba dentes, e os **faz** claros por sujios que elles| **seião**, e tambem **transplanta** os dente da frente como| naturaes, ou ainda mais fortes, sendo a pessoa livre| de molestias chónicas. Também em sua casa **se vende** elixir antiscorbútico para tirar a dor dos dentes, | a sua moradia é na Rua de Santa Thereza número 10, e| tambem **está** prompto a ir a qualquer casa aonde o| mandem chamar. (O Farol Paulistano, 06 de agosto de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 358)

(33) Pertende-se entregar uma carta vinda da Pro|vincia das Alagoas para a Senhora Dona Francisca Joséfa| d' Araújo; e como se ignora quem seja esta Senhora, ro|ga-se-lhe, a **queira mandar procurar** n'esta Typogra|phia. (O Farol Paulistano, 06 de agosto de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 358)

(34) Bernardo Guedes Cardozo e Vasconcellos, faz| saber ao respeitável Público, que todo o negocio fei|to com sua mulher Antonia Joaquina Leite Pentea|do, **fica nullo** para o futuro. (O Farol Paulistano, 18 de outubro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 358)

(35) Avisa-se a quem perdeu uma Provisão de| Juiz Ventenario passada a Miguel de Almeida Gran|geiro, que a pode procurar nesta Typographia onde| **a entregou** a pessoa, que **achou-a**. (O Farol Paulistano, 22 de novembro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p.358)

(36) Há em Sanctos dois Fortes Pianos, pro|ximadamente chegados de Inglaterra; seu preço é com|modo; quem pertender comprar alguns delles **diri-ljá-sse** ali a Antonio José Ribeiro. (O Farol Paulistano, 22 de novembro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 358)

(37) João Francisco Espingardiero de Paris, aviza ao Respeitável Publico d' esta Cidade, que elle tem| um sortimento de espingardas de um novo systema| chamado Pistão cuja superioridade é incontestável a| respeito das de pedra. \_ Tambem poem as de pedra| ao systema novo e faz com o maior cuidado todos os| concertos de sua profissão, sua residência é na Rua| do Rozario numero 24. (O Farol Paulistano, 10 de dezembro de 1828, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 358)

(38) Na Rua do Comercio caza numero 31 acha-se à venda uma dissertações da existência de Deos im|mortalidade e espiritualidade da alma, que as quizer| comprar dirija-se a mesma Casa; preço quatro cen|tos reis. (O Farol Paulistano, 11 de janeiro de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p.363)

(39) No logar denominado – Ypiranga – a Cima, lha um sitio para se vender com muitas terras e mat|tos virgens, com boas madeiras, e cercado para pas|to. \_ No logar denominado – Tatuapé – há tambem| um terreno para se vender: o 1º. dista d'esta Cida|de legoa, e meia, e o 2º. trez quartos, \_ Quem per|tender dirija-se, a tractar na Rua Direita com Ma|theus Ferraz Cantinho. ( O Farol Paulistano, 17 de janeiro de 1829, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 364)

(40) Para o pasto da Chácara do Tenente Coro|nel Crispim a 3 mezes pouco mais ou menos forão| mandados por Amaro José Vieira 4 cavallos; e quand|do os mandou tirar veio um trocado, o que faz público para que o seu dono o receba dando a prova competente. (O Farol Paulistano, 28 de fevereiro de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 364)

(41) No dia 20 do corrente perdeu-se uma Vales| de 20\$000 réis, passado por Francisco M. iz. Teixeira: Previne-se a qualquer pessoa a quem for appre|sentado, haja de o não pagar. (O Farol Paulistano, 28 de março de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 366)

(42) **Desencaminhou-se** na Rua da Cruz Preta uma| besta **pertencente** ao Almojarife do Hospital de| Sanctos, Alexandre José d' Oliveira Couto, russa| queimada do meia crioula, sem marca com um si|gnal de pello preto ao pé da calda de uma estocada que levou. (O Farol Paulistano, 11 de abril de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 366)

(43) José Maria Rodrigo de Carvalho, estabelecido| na Província de São Pedro do Sul, vindo a esta Cida|de, teve a satisfação de receber aqui distinctos ob|sequios de varios Senhores, e como fosse para a| Villa de Sanctos com tenção de se demorar ali| alguns dias, e voltar ainda a esta, antes de seguir| para aquella Província, acconteu enfermar n' aquella| Villa, donde lhe é forçoso embarcar já para o seu| destino, sem que possa primeiro vir a esta Cidade: | em taes circunstancias **agradece** por esta maneira, a| única que lhe é possível os obséquios que recebeu, e o| interesse que por sua pessoa **tomarão** os Senhores de São|Paulo, e **offerece** a sua boa vontade para servir aos| seus amigos que lhe fizeram a honra de o occupar| n' aquella Província. (O Farol Paulistano, 24 de junho de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 368)

(44) No dia 11 de janeiro de 1829 fugiu Ma|noel do Nascimento Castro e Silva um escravo de| nome Benedicto, mulato mui claro de idade de 17| a 18 annos, baixo, cabeça grande e chata, e ca|bello crespo, testa larga, orelhas grandes, nariz| afilado, queixo fino, na face direita tem uma mar|ca de uma fistôla que teve em um dos dentes quei|xaes e o dedo visinho ao polegar da mão direita um | tanto aleijado na ponta de uma dentada de cão, é| Official de alfaiate, meio pronostico, e carrega no - r|fugio em companhia de um caixiero que tambem fu|gio ao patrão em cuja companhia elle **deve estar**, se|não tiver sentado praça como mostrava desejar: Pa|ga-se toda a despeza que se fizer com a sua captura. (O Farol Paulistano, 24 de outubro de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 371)

(45) Achão-se na Cadêa da Villa de| Atibaia pegados como fugidos, dois escra|vos da Costa: um diz se chama Aleixo, | e que **é** de nação Moçambique, que seu| dono mora em a Capella da Piedade per|to de

Quelús, **e fala** na serra da mante|queira. Outro de nome, que diz ser Luiz, | congo e que seu dono é de São Paulo. (O Faro Paulistano, 22 de dezembro de 1829, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 372)

Considerando os dados apontados pelo levantamento acima realizado no livro *E Os Preços Eram Commodos...*, verificamos que há um uso efetivo do futuro do presente, durante os anos de 1828 e 1829, com 21 ocorrências, com desinência modo-temporal terminada em *-rá* e *-rão*; três exemplos com adjuntos adverbiais em contraponto com outros tempos verbais que foram de 20 ocorrências.

Vemos assim, que nesse período tanto o futuro do presente como os outros tempos verbais eram usados de forma efetiva na língua, pois a diferença de ocorrências é pequena, levando em consideração que pode haver uma margem de erros tanto para mais, como para menos nos dados coletados.

Futuro terminado em rá	Futuro terminado em rão	Adjuntos adverbiais	Referência aos dias semanais	Outros tempos verbais
16 ocorrências	5	2	2	21

Observando a tabela acima vemos que nesse período há uma tendência a usar o futuro do presente, no entanto, outros tempos verbais acabam predominando nos anúncios desse período, mais precisamente no presente do indicativo e no imperativo. Isso ocorre porque a linguagem publicitária procura proporcionar um sentimento de presença, ou seja, o emissor procura aproximar e agir sobre o destinatário que lhe é contemporâneo. Assim, o destinatário ao ler os anúncios tem a sensação de que a mensagem estará sempre presentificada para ele, como se o discurso estivesse nascendo a seus olhos, exclusivamente, naquele momento.

#### 4.2.2. ANÚNCIOS – CONVITES – EDITAIS – 1854

A maioria absoluta dos melhores anúncios contém o maravilhoso fenômeno da perda da autoria: de tão lógicos e pertinentes que são, parecem ter sido criados pelo próprio produtor do anunciado.

João Anzanello Carrascoza, 2004.

Os anúncios publicitários desse período eram conhecidos como classificados, cujos textos, puramente informativo, assemelhava-se a um aviso quando não a uma notícia.

De acordo com Júnior (2004, p. 41) os textos nos jornais apresentavam:

Um conteúdo opinativo, engajado, às vezes satírico e corrosivo, envolvendo questões ideológicas, políticas, morais e, com frequência, pessoais. O noticiário mostrava-se diminuto e quase sempre restrito às questões locais.

Embora nessa época a linguagem nos jornais ainda continuava informativa, o crescimento das cidades e do comércio contribuiu para aumentar o número de pessoas atuantes nos jornais, bem como os classificados e os anúncios. Assim, o jornalismo informativo de acordo com Melo (2003, p. 24) *afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo a feição industrial e convertendo a informação de atualidade em mercadoria.*

Dessa forma, percebemos que aos poucos a linguagem nos jornais vai se transformando, tornando se mais criativa. Os tempos verbais empregados nos anúncios dessa época variam quanto a sua forma, ou seja, ora o tempo apresenta-se como um futuro do presente, na terceira pessoa do singular, como podemos ver:

(46) 500\$000 Réis|A quem prender e levar a seu senhor Francisco Fernandes de Oli|veira Sobral, na rua de Resende número 44, um pardo de nome Felix|(talvez tenha trocado o nome) natural de Pernambuco, que fugio da|cidade do Bananal, província de S.Paulo, em novembro de 1854, **terá**|45 a 50 annos de idade pouco mais ou menos, desconfia-se ter-se metido pelo centro das províncias de Minas e São Paulo, mas é provavel|que aonde elle esteje tenha loja de alfaiate aberta e officiaes trabalhan|do por sua conta e elle dirigindo como mestre, pois já teve loja nao|só na cidade do Bananal como no Rio de Janeiro, é alto, corpo regular, tem o fallar risonho, rosto cumprido, pouca barba, boca grande; |dentes separados e grandes, e já se queixa da vista quando cose de noi|te, anda calçado e traja bem, tem nas costa signal antigo de caustico, |que levou por soffrer de tossem e também das ourinas, tem olhar um|pouco espantado e a cabeça um pouco comprida, e é Cortez no tratar|Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1853|Note Bem em São Paulo **poderá** dar informações ao Excelentíssimo Senhor briga|deiro Gavião rua Alegre número 20, ou ao Ilustríssimo Senhor Manoel Rodrigues|da Fonseca Rosa rua do ouvidor número 7. (O Constitucional, 24 de março de 1954, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 400)

(47) Fugio ao commendador Francisco Lopes Chaves, de Jaca|rehy, um escravo de nação, de nome José, de altura regular|magro, um pouco fulla, olhos avermelhados, mal encarado e falla|como crioulo. Levou calça e camosa de algodão, e fugio da fa|zenda denominada Jaguary. Já pertenceu ao alferes José An|tonio de Campos, morador no Rio Grande, estrada de Santos. |Quem o apprenhender, e leval-o ao dito commendador em Jacare|hy, ao Senhor Domingos de Paiva e Azevedo nesta cidade e ao|Senhor Joaquim Xavier Pinheiro em Santos, **receberá** boa gratificação. (O Constitucional, 01 de abril de 1854, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 400)

(48) A câmara municipal desta imperial cidade, pelo presente faz saber, que hoje prestou juramento e tomou posse do cargo de presidente desta provincia o Illm. e Exm. Sr. Dr. José Antonio Saraiva, nomeado

por carta imperial do 1º. do corrente mez. E para que chegue á noticia de todos será este afficado nos logares do costume, e publicado pela imprensa. Paço da Câmara Municipal em S. Paulo 26 de junho de 1854. – Dr. Anacleto José Ribeiro Coutinho, presidente. – A. José Barbosa da Veiga, secretario. (Correio Paulistano, 27 de junho de 1854)

(49) A officialidade da guarda nacional resolveu offerecer um baile ao Sr. Dr. Josino do Nascimento Silva, ex-presidente desta província. Terá lugar no dia 1º. de julho na casa do Sr. Capitão Antonio Bernardo Quartin. ( Correio Paulistano, 27 de junho de 1854)

(50) Fugio na noite de 15 do corrente uma preta crioula por nome Benedicta, com os signaes seguintes; côr fula, estatura regular, ólhos bem avermelhados, não é magra, nem gorda, idade 35 a 40 annos, levou vestido de chita, e um chalé de algodão riscado, no pescoço; bem como uma trouxa com roupa, e um pequeno espêlho de caixa. Esta escrava pertenceo antes ao convento de S. Bento desta cidade, e é crioula da fazenda de S. Caetano. Consta que costuma refugiar-se para o lado da freguezia de S. Berardo: quem a apprehender e levar a rua do Rozario caza n. 44 será gratificado. (Correio Paulistano, 17 de julho de 1854)

(51) Precisa-se de trabalhadores livres, ou escravos, para o serviço da estrada d'esta capital á Santos, e para a abertura de um valloque communique o rio do Cubatão com o de Sant'Anna, em cujos serviços se pagará o jornal de 800 reis diários, além do sustento. A quem convier empregar-se nos ditos serviços pode dirigir-se ao administrador da dita estrada no Cubatão. ( Correio Paulistano, 17 de julho de 1854)

(52) A Joaquim Bonifácio do Amaral fugio da sua fazenda das-sete-quadras,- município de Campinas um seu escravo mulato, de nome Roberto, de idade de 17 annos mais ou menos, delgado e bem feito de corpo, de estatura abaixo ainda da ordinária, cabellos grenhos, tem uma cicatriz profunda no nó da garganta, cuja ferida o deichou um tanto rouco, monta bem á cavallo e é bem pagem. Será gratificado quem o



prender, ou d'elle der noticia certa. ( Correio Paulistano, 17 de julho de 1854)

(53) A. Marcelino Gerard, fugio de sua chacara da - Agua Branca, - um seu escravo mulato de nome Luiz, de idade de 30 annos, bem feito de corpo, barbado; levou calça e jaqueta de pano azul e chapéo de pello. **Será** gratificado quem o aprehender ou delle deer noticia certa. Este escravo foi do fallecido cirurgião-mór Constacio José Xavier Soares. (Correio Paulistano, 2 de agosto de 1854)

(54) Ao capitão Francisco Leme da Cunza Nogueira, morador na freguezia de Santa Branca, fugio no dia 6 do corrente mez um escravo com os signaes, seguinte: de nome Antonio, de nação Moçambique, idade 30 annos, mais ou menos, cor bem preto, bem barbado, olhos vermelhos, pernas finas; sahio com um gancho no pescoço, e levou ponche de pano azull, forrado de baeta azull, roupa de algodão grosso e fina. Quem o prender e entregar á seu Sr. Em Santa Branca, ou na cidade de Jacarahy a João de Araújo Ferraz, **será** bem gratificado e se pagará todas as dispezas. (Correio Paulistano, 2 de agosto de 1854)

(55) A câmara municipal desta Imperial cidade, faz publico, que tem de contratar a illuminação, tanto interna como externa da cadêa; convida a todas as pessoas se quiserem encarregar deste ramo de serviço municipal a apresentarem suas propostas na mesma câmara no praso de dez dias contados da presente data. E para que chegue á noticia de todos **será** este affixado nos logares do costume e publica pela imprensa Paço da Câmara Municipal de S. Paulo 10 de agosto de 1854 – Euiz Antonio servindo de presidente – Joaquim Roberto de Azevedo Marques secretario interino. (Correio Paulistano, 12 de outubro de 1854)

Ora podemos ver o futuro do presente flexionado na terceira pessoa do plural, além de apresentar uma idéia de ordem atenuada. Garcia (2000, p. 94) explica que esse caso faz referência ao futuro sugestivo, *que se emprega quando se procura induzir alguém a agir depois de se lhe apresentarem razões para tal*, como nos exemplos abaixo:

(56) VICENTINA|Novo Romance pelo Senhor|doutor Macedo|autor da Moreninha, MÔO Louro, Dous amo|res, da comedia Phantasma Branco, da|tragédia o Cego, e de outras composições de|gosto e merecimento|Principiou no Folhetim|da MARMOTA Número 450 de terça-feira 7 de março|Abrio-se uma assignatura desta folha, por 3\$000 réis, de março aljunho, tendo os Senhores assignantes, além de – Vicentina – em folhetim, toda a vantagem dos desenhos, músicas, figurinos coloridos e re|tratos; sendo os primeiros destes os do Senhores Conselheiros|paulino José Soares de Souza e José Clemente Pereira que **serão** distribuídos no corrente mez, assim como a nova quadriha|Saudades da Parahiba – linda inspiração do Senhor J. J. Goyanno: |Tudo isto por 5\$000 Réis Para a Corte e 4\$000 Réis Para fora|na loja do editor Paula Brito, praça da Constituição número 64, e na Loja|do Canto da rua de São Jorge.|Os que quizerem, em vez de assignatura, tomar uma acção de|100\$ réis, **terão** sempre de graça a Marmota, com todos os seus avul|sos, e mais ainda seis por % em dinheiro, pagos de 6 em 6 mezes no|escriptorio da empresa, praça da Constituição número 64. (O Constitucional, 04 de maio de 1854, in GUEDES E BERLINCK 2000, p. 401)

(57) De ordem do Illm. Sr. Contador servindo de Inspetor da thesouraria de fazenda desta província se faz publico que se acha em praça o arrendamento de uma morada de cazas térreas de propriedade nacional, contíguas ao seminário das Educandas, na freguesia de Sta. Iphigenia desta cidade. As pessoas que a pretenderem são pelo presente convidadas a comparecerem nas praças que **terão** lugar nesta thesouraria nos dias 16, 17 e 18 de agosto próximo futuro, verificando-se no ultimo a arrematação. Secretaria da thesouraria de fazenda da província de S. Paulo 31 de julho de 1854. (Correio Paulistano, 2 de agosto de 1854)

(58) Na casa n.7 da rua da Freira tirão-se retratos pelo Daguerreotypo desde o tamanho d'um botão de camisa até o maior que se tem tirado, tanto em fumo, como coloridos, todos os dias, das 9 horas da manhã

“as 4 da tarde; bem como se fazem reproduções de qualquer estampas com perfeição. Os retratos serão entregues á contento das pessoas. Na mesma casa se achará um completo sortimento de quadros, caixinhas, e caixilhos, assim como ricos medalhões. (Correio Paulistano, 16 de agosto de 1854)

(59) Compra-se toda a quantidade de trastes, ainda mesmo que sejam muito antigos, preferindo-se os de jacarandá; na rua Direita no.3. Na mesma casa tem para vender consolos, cadeiras, mesas redondas, ditas quadradas, meias commodas, camas francesas capa cupolas, de mogno, e também espera por estes 2 mezes receber mobílias vindas da Europa em direitura, as quaes serão vendidas por preços commodos. (Correio Paulistano, 16 de agosto de 1854)

Já nos exemplos abaixo o futuro contém uma força imperativa, obrigacional, que corresponde ao futuro jussivo, como podemos ver:

(60) O cidadão Antonio Rodrigues da Cunha, cavalheiro da Ordem da Rosa, 2º. delegado do chefe de policia da côrte, e juiz-inspector do theatro Lyrico Fluminense, por S. M. L., a quem Deos guarde, etc, faço saber que fica expressamente prohibido o marcarem-se lugar com lenços, óculos ou outros quaesquer distinctivos nos bancos da platéa e cadeiras, sendo unicamente privilegiadas as cadeiras a platéas dos accionistas e assignantes, as quaes se achão marcadas com uma chapa que o designa. Os infractores serão punidos com a pena de desobediência. E para constar mandei passar o presente edital, que vai por mim assignado. Segunda delegacia da policia, em 9 de julho de 1854. E eu Francisco José Pinto de Macedo, escrivão que o escrevi. – Antonio Rodrigues da Cunha. (Correio Paulistano, 17 de julho de 1854)

(61) De ordem do Sr. Inspector interino da thesouraria provincial, e em virtude da portaria do Exm. governo de 10 do corrente mez sob n.111, se faz publico, que se acha em praça para ser arrematada pelo tempo de um anno a barreira de Caraguatatuba, devendo o arrematante

continuar a escripturação do numero dos animaes carregados, descarregados, e outros transportes, e da qualidade e quantidade dos gêneros que por ella passar, para ser remetida a thesouraria semestralmente; podendo mesmo o governo ter agente para faserem essa escripturação, quando o arrematante não queria prestar-se á esse trabalho. As pessoas á quem convier, a arrematação da mencionada barreira, **deverão** comparecer, depois de competentemente habilitadas, na thesouraria provincial nos dias 18,19 e 20 do mez de setembro próximo futuro, em que hade ter lugar a arrematação. Secretaria da thesouraria provincial de S.Paulo 12 de agosto de 1854. No impedimento d'official maior João Evangelista d'Araujo Macedo. (Correio Paulistano 16 de agosto de 1854)

(62) Os Srs. socios não **poderão** entrar para o baile sem o respectivo cartão, qualquer que seja o pretexto que se apresentar; nem levar pessoa alguma que não esteja mencionada no mesmo cartão, em conformidade do que determinam os artigos policiaes vigentes. S.Paulo 31 de agosto de 1854. O Secretario J.J., Ramalho. (Correio Paulistano, 2 de setembro de 1854)

Um outro modo de empregar o tempo no futuro é utilizando os adjuntos adverbiais que localizam eventos. Nesses exemplos percebemos que é o adjunto adverbial que marca o tempo, fazendo com que o leitor busque no jornal a data de determinado acontecimento, pois só assim ele saberá que dia ocorrerá o fato. É interessante observar que os verbos utilizados estão no presente do modo indicativo, no entanto, o adjunto adverbial consegue fazer uma “ancoragem”, como explica Ilari (1997, p. 20), para que os leitores consigam identificar as pessoas e os objetos de que necessitam.

(63) Parte **amanhã** o correio para as villas do Sul. Fecha-se a mala as 10 horas da manhã com porte simples. (Correio Paulistano, 01 de julho de 1854)

(64) **Amanhã** na igreja do S. Francisco há festa do Espírito Santo, de que é Imperador o Sr. Capitão Segismundo Honório de Lima. (Correio Paulistano, 01 de julho de 1854)

(65) **Amanhã** a empresa do teatro oferece um espectáculo digno de concorrência. Representão-se duas comédias do repertório do Penna que mais aceitação obtiverão no Rio de Janeiro: O Noviço e meu Paizinho. (Correio Paulistano, 02 de agosto de 1854)

(66) Leilão. **Amanhã** as 4 horas da tarde, na rua do Commercio, casa n. 13 **haverá** leilão para liquidação de contas, constando de fazendas e vários objectos. (Correio Paulistano, 02 de agosto de 1854)

(67) Theatro de S. Paulo. **Amanhã 3 de agosto. Subirá** á scena o muito applaudido drama em 3 actos intitulado - Os Filhos de Eduardo - **Dará** fim ao espectáculo, a bellissima comédia – O NOVIÇO. (Correio Paulistano, 02 de agosto de 1854)

(68) O directorio da Sociedade Concórdia Paulistana, - convida aos Ilms. Srs. socios da mesma, para **amanhã, domingo 3 do corrente** ás 11 horas da manhã, se sirvam comparecer na casa da referida sociedade, para deliberarem sobre negócios della. O 4º. secretario, J. de Sousa Carvalho Junior. (Correio Paulistano, 02 de setembro de 1854)

Ilari (1997, p. 20) explica que os adjuntos adverbiais que interagem com valores não durativos e não iterativos dos morfemas verbais de tempo servem, em geral, para localizar um evento no tempo. Assim essa localização pode ser ou não precisa, pois os adjuntos podem remeter indeterminadamente ao passado ou ao futuro, sem especificar o momento em que o evento realizou ou, deve-se realizar. Outros adjuntos podem fornecer indicações mais exatas, como foram os exemplos citados acima.

Uma outra forma de apresentar o futuro é em forma de datas, como podemos ver:

(69) A officialidade da guarda nacional resolveu offerecer um baile ao Sr. Josino do Nascimento Silva, ex- presidente desta província. **Terá** lugar no dia **1º. de julho** na casa do Sr. Capital Antonio Bernardo Quartin. (Correio Paulistano, 31 de julho de 1854)

(70) De ordem do Illm. Sr. Contado servindo de Inspector da thesouraria de fazenda desta província se faz publico que se acha em praça o arrendamento de uma morada de cazas térreas de propriedade nacional, contíguas ao seminario das Educandas, na freguezia de Santa Ephigenia desta cidade. As pessoas que a pretenderem são pelo presente convidado a comparecerem nas praças que terão lugar nesta thesouraria nos dias **16,17 e 18 de agosto próximo futuro**, verificando se no ultimo a arrematação Secretaria da thesouraria de fazenda da província de S. Paulo 31 de julho de 1854. O official maior interino João de Souza Carvalho Junior. (Correio Paulistano, 02 de agosto de 1854)

(71) O corpo de guarnição fixa desta província, tem de vender em hasta publica no **dia 16 do corrente** no respectivo quartel ao meio dia, um cavallo e uma besta. O que faço contar por ordem do Illm. Sr. Major commandante. Quartel em S. Paulo 14 de agosto de 1854. – Manoel Joaquim de Toledo, Alferes agente. (Correio Paulistano, 16 de agosto de 1854)

(72) Da casa da rua do Matafome pelo juízo da provedoria, annunciada para o **dia 5 do corrente, ficou para 12.** (Correio Paulistano, 16 de agosto de 1854)

(73) O abaixo assignado, procurador da camara|municipal desta imperial cidade faz publico|que a cobrança do imposto municipal sobre as|casa de negocio de todo o município **terá lugar no dia 9 do corrente** na casa de sua resi|dência, rua do Carmo número 18, das 9 horas da|manhã até as 2 da tarde.|São Paulo 5 de Janeiro de 1854 Pedro Ceario dos Santos. (O Constitucional, 06 de janeiro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 200, p. 398)

(74) A Mesa administrativa de Veneravel|Ordem 3.a de Nossa Senhora do Monte|do Carmo faz constar a todos os seus|caríssimos Irmãos, que tendo-se confec|onado os estatutos que devem reger a|mesma Ordem, esses que se apresenm|no consistório da sobredita Ordem **no dia|19 do corrente** pelas 4 horas da tarde, |afim de tomar-se em consideração, e se|rem aprovados os mencionados estatutos|em mesa redonda. Consistório de Vene|Ravel Ordem 3.a do Carmo em São Paulo|17 de fevereiro de 1854 – O Secretario, |Lourenço Domingues Martins. (O Constitucional, 17 de fevereiro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 400)

(75) Por ordem do Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de orphãos José Antonio Vaz| de Carvalhaes se faz publico que achando-se em praça um esca|vo crioulo de nome Tobias pertencente ao espolio da finada Dona Ca|tharina Texeira de Almeida, e bem assim um resto de livros perten|centes ao espolio do finado Dom Victoriano Gigena, se hao de os mes|mos arrematarem-se **no dia 1º. do futuro mez de maio** ao meio dia|ás portas da policia, cujos objetos para serem visto na casa do|curador das ditas heranças José Theodoro Xavier na rua do Quartel|numero 44. (O Constitucional, 01 de abril de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 401)

(76) Manoel José de Oliveira campos tendo re|sovido abrir, no **10 de julho próximo futuro**, uma casa|permanente de leilões, começou por experiência á fazer um leil|ão por liquidação, como foi annuciado no Ypiranga número 455|de 26 de abril passado e tendo o annuciante reconhecido|que há destinada póde utilizar muito, declara que cessa o|leilão principiado ficando sem effeito o annuncio mencionado|acresentando que no 10 de julho abrirá a casa para n'ella ven|der objectos das pessoas que á ella quizerem leval-los, mediante comissão rasoavel, que será annuciada oppor|tunamente. (O Constitucional, 12 de maio de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 402)

(77) Correio geral|Por ordem do Senhor Administrador se faz publico que no **dia 8 do próximo futuro**|mez de Novembro terá lugar a abertura|e queima das cartas atrasadas existentes|nesta administração até Setembro do|anno passado. Correio Geral de São Paulo 24 de Outubro de 1854. – O official,|Pedro Carlos de Oliva. (O Constitucional, 28 de outubro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p.405)

Vemos também, que o uso do futuro do presente pode ser empregado por meio de uma mesóclise. O uso da mesóclise (recurso estilístico pouco utilizado em anúncios) impõe ao verbo uma estrutura diferente das observadas nos demais.

Câmara Júnior (2000, p. 70) argumenta que o futuro do presente do modo indicativo se constituiu por uma aglutinação do infinitivo a uma modalidade do indicativo presente e pretérito do verbo haver, tendo a função de verbo auxiliar. Assim, a explicação diacrônica nos dá, pois, *cantar (h)ei*, *cantar (h)ia* (*por havia*). Câmara Júnior (2000, p. 70) explica que:

Tratava-se de uma locução com acento secundário no infinitivo. Essa estrutura permanece, como um vestígio, na chamada mesóclise do pronome adverbial oblíquo (*cantar-lhe-ei uma ária*), onde o infinitivo continua um vocábulo fonológico, com o pronome adverbial enclítico, como aparece meridianamente na grafia de uma construção como *cantá-lo-ei* com acento gráfico em *cantá-* por *cantar*. Fora de tal construção residual, porém, que no Brasil está circunscrita à língua altamente literária, a aglutinação é inconcussa, tendo-se criado um único vocábulo fonológico, onde a origem histórica se faz opaca, mediante uma nova distribuição de constituintes. Firmou-se um sufixo modo-temporal *-rá* – no futuro do presente, e, no futuro do pretérito, *-ria*.

Já para Cunha e Cintra (1985, p. 448) o uso da mesóclise ocorre pelo fato de o futuro do presente simples ser substituído pelo presente do indicativo



do verbo *haver* + *preposição de* + *infinitivo* do verbo principal, para exprimir a intenção de realizar um ato futuro como:

Ai roupas que *hei-de vestir*,  
 Ai gestos que *hei-de fazer*,  
 Ai frases que *hei-de tecer*,  
 Ai palavras que *hei-de ouvir...*<sup>67</sup>

Como no Brasil muitos escritores procuraram preservar a língua escrita, ou seja, como muitos escritores de jornais eram literatos e predominava um português lusitano, a escolha pela mesóclise passava pelo gosto refinado da literatura, assim, procuravam utilizar a mesóclise para marcar seu estilo. No entanto, vemos que nos anúncios de jornais o uso da mesóclise, nesse período, ocorre muito pouco, principalmente porque esse uso estava destinado mais a obras literárias do que aos anúncios de jornais. Para Cegallla (1967, p. 310) *a intercalação das variações pronominais átonas, ocorre somente no futuro do presente e no futuro do pretérito, desde que antes do verbo não haja palavra que exija a próclise.*

Desse modo, podemos ver que a mesóclise não era usada aleatoriamente, mas a escolha da mesóclise pela próclise ou ênclise, passava principalmente pela intenção que o jornal queria transmitir.

Um dado interessante a se colocar é que o uso da mesóclise ocorrer, de acordo com Ravanelli e Melo (1968, p. 339), *quando o verbo, no futuro do presente ou do pretérito do indicativo, estiver no início da oração.* Como podemos ver nos exemplos abaixo.

(78) **No dia 29 do corrente, representar-se-ha,** em benefício do porteiro da companhia o drama- Luz de Camões – e a farça – Maricota, ou os efeitos da educação. (O Correio Paulistano, 31 de julho de 1854)

---

<sup>67</sup> CUNHA, Celso e CINTRA Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 2ª.ed., Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1985, p. 448.

(79) **Abrir-se-há amanhã, 1º. de julho**, na travessa da Quitanda, nos baixos da caza da Sra. D. Anna Francisca Gonsaga FLORETE E ESPADA por preços muito moderados. (O Correio Paulistano, 31 de julho de 1854)

(80) THEATRO DE S. PAULO – COMPANHIA DRAMÁTICA - Domingo 2 de julho de 1854 - 17ª. RECITA D'ASSIGNATURA. **Representar-se-ha** pela 1ª. vez neste theatro a muito jocoza e acreditada comedia em 3 actos, do Dramaturgo Brasileiro Martins Penna. - O NOVIÇO - Na qual fará o muito interessante papel de noviço o Sr. Joaquim Augusto. E a muito jocoza comedia em 1 acto. - MEU PAISINHO. - Fazendo a Snra. Mariana, 3 diferentes papeis. - ORDEM DO ESPECTACULO - 1º. – Meu paisinho, - 2º. O Noviço. Os bilhetes achão-se a venda no escriptorio de theatro. (Correio Paulistano, 01 de julho de 1854)

(81) As acções entre amigos que|devião correr com a primeira|loteria que se extrahisse na côrte|do mez de fevereiro do corren|te anno, cujos bilhetes se achão|firmados por Francisco Pedro|de Oliveria **verificar-se-hão** im|preterivelmente com a primeira|que se extrahir em dita côrte|no mez de junho do corrente|anno. (O Constitucional, 27 de janeiro de 1854, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 399)

(82) Da ordem do Senhor Administrador se faz pu|blico que acha-se creada na freguezia de San|ta Branca uma agencia do correio, e que|a correspondência para aquelle ponto **receber-se-há** nesta administração as horas que se achão|marcadas para a do correio do norte. Cor|reio Geral de São Paulo 23 de Setembro de|1854. O official encarregado do expediente, |Pedro Carlos d'Oliva. (O Constitucional, 27 de setembro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 404)

Por outro lado, Macambira (1973, p. 101) explica que os verbos como o futuro do presente e o futuro do pretérito (*louvarei e louvaria*) são criações vernáculas e originariamente perifrásticas, formadas pelos verbos louvar + hei ou louvar + ia, ou seja, um verbo no infinitivo + o passado do verbo haver, (forma contrata de havia), que *suplantaram definitivamente o futuro sintético do latim*.

Assim, o gramático argumenta que houve um tempo que essa forma era grafada da seguinte maneira: *louvar+ hei* e *louvar+ hia*, que se alternava com *hei louvar* e *havia louvar*.

Nesse sentido é que Macambira (1973, p. 101) explica a mesóclise de *louvar-te-ei* ou *louvá-lo-ia*, que era tão pitoresca no português. Para o gramático, o português, esse *dialeto latino mais afim ao espanhol, ocupa posição intermédia neste caso*. Assim, o português fala *ver-me-ás* em contraste com o espanhol *me verás*. *Já que os idiomas românicos antepõem os pronomes objetivos à forma verbal flexionada nos enunciados afirmativos, o fato de que o espanhol antepõe me a verás indica; para o falante espanhol, que verás é uma entidade indivisa, isto é, uma palavra. O hábito português de inserir me antes de -às mostra de certo modo e com muita razão que -às guardou vivo algo da sua força como verbo: hás ou tens*.

Quanto à utilização da mesóclise, o seu uso nos mostra um compromisso, ou seja, uma obrigação de cumprir com o que estava anunciado nos anúncios.

Como a nossa intenção, nesse trabalho, é verificar o uso do futuro do presente em contraponto com os outros tempos verbais, sentimos a necessidade de expormos outros anúncios coletados que utilizam mais precisamente o presente do indicativo para indicar o tempo futuro, pois só assim poderemos verificar o emprego propriamente dito do futuro e suas ocorrências em relação ao presente. Cunha e Cintra (1985, p. 448) explicam que o futuro do presente simples pode ser substituído pelo presente do indicativo do verbo *haver* + preposição *de* + *infinitivo* do verbo principal, passando-nos uma intenção de realizar um ato futuro. Além disso, o futuro do presente do indicativo pode ser substituído pelo presente do indicativo do verbo *ter* + preposição *de* + *infinitivo* do verbo principal, para indicar uma ação futura de caráter obrigatório, independente, pois, da vontade do sujeito. E, finalmente, o futuro do presente do indicativo do verbo *ir* + *infinitivo* do verbo principal, para indicar uma ação futura imediata. Assim, temos os seguintes anúncios:

(83) O abaixo assignado testamenteiro do| inado José Justiniano Vieira Falcão pe|lo presente convida a todas as pessoas que|são devedoras a casa do mesmo finado|para que no praso **de 60 dias hajão de|satisfazer** seus débitos ao Senhor major Ma|Noel Antonio Bitancourt, que se acha pa|ra esse fim autorizado. |São Paulo 2 de janeiro de 1852|Thomaz Luiz Álvares. (O Constitucional, 03 de janeiro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 398)

(84) Deseja-se saber onde mora|Francisco José de Freitas, que|em 1822 mais ou menos residio|no municipio de Arêas da pro|víncia de São Paulo, no lugar de|nominado- Varzinha - sendo| para negocio de seu total inte|resse. **Póde dirigir-se** a Luciano|Ramos da Silva, no Bananal, |no registro do Rio do Baço. (O Constitucional, 07 de fevereiro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 399)

(85) Um moço allemão, que sabe ensinar língua latina, Ma|thematica (Planimetria & companhia e Álgebra), Historia antiga, como|moderna, Geographia estatística, e política, Grammatica e con|versação da lingoa Allem,ã, Desenho, Ginnastica e a jogar a espa|da, apresenta-se para ensinar meninos, aos pais de família e prefere abhar um tal emprego n' uma fazenda. Os senhores que de|sejão mais esclarecimentos **podem procural-os** na loja do Senhor|Gustavo, rua direita número 13. (O Constitucional, 09 de maio de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 402)

(85) O Doutor Ricardo Gumbleton Daunt obrigado por circuns|tancias imprevistas á partir da capital ante do dia que havia|designado, **não pode cumprir** o seu dever despedindo-se pes|soalmente das pessoas que dignarão honral-o por suas relações| durante a sua estada em São Paulo, e por tanto o faz por este an|nuncio, e á todos offerece o seu muito limitado préstimo na cida|de de Itu, pedindo-lhes desculpa desta falta inteiramente invo|luntaria. |São Paulo 14 de maio de 18554. (O Constitucional, 17 de maio de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 402)

(86) Theofilo Ribeiro de Rezende vende-se em precisão de seguir imediatamente para o Rio de Janeiro, e não lhe sendo possível despedir-se particularmente das pessoas de sua amizade e conhecimento, pede-lhes desculpa, assegurando-lhes sua consideração, e que ali, ou em outra qualquer parte **está** sempre muito prompto para servir-lhes. São Paulo 20 de junho de 1854. (O Constitucional, 20 de junho de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 403)

(87) Existe na Villa de Parahibuna, d'esta província um escravo que diz ser de um Senhor Doutor Penteado, morador em Casa Branca ou Mogy mirim, se este Senhor Doutor tem com effeito algum escravo fugido **póde dirigir** n'aquella villa ao commendaador Marcelino José de Carvalho. (O Constitucional, 23 de junho de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 403)

(88) **Representa-se hoje** no theatro desta capital, em applauso á posse do Exm. Sr. presidente o drama – Os filhos de Eduardo, e o duelo – Mestre de Musica. (Correio Paulistano, 27 de julho de 1854)

(89) Folhinhas eccleias ticas deste Bispado para o futuro anno de 1855, e os Folhetos de reza de Santo Affonso Maria de Liguorio para o Clero geralmente **continuação a vender-se** na mesma casa do Senhor Lourenço Domingues Martins, número 9 da rua do Rosário, aquellas a 1\$ réis cada uma, e os Folhetos a 160 réis cada um. (O Constitucional, 25 de outubro de 1854, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 404)

(90) Previne-se ao publico que não faça transação alguma com João Jacques Osvald, sobre trez letras firmadas pelo abaixo assignado, e abonadas pelo Reverendo Padre Mamede José Gommes da Silva, sendo cada uma do valor de RS. 500\$000, porquanto o abaixo assignado **vai usar** do direito que lhe assiste para multificar-as. (Correio Paulistano, São Paulo, 26 de dezembro de 1854)

(91) Gustavo Helms, professor de piano, faz publico que, concerta e afina pianos com perfeição. **Pode ser** procurado na rua da Santa caza n 40. (Correio Paulistano, São Paulo, 26 de dezembro de 1854)

Ao analisarmos esses anúncios, nesse período, verificamos que o uso do presente com a terceira pessoa do singular, ou seja, com a Desinência Modo Temporal – rá – aparece 11 vezes, com a Desinência Modo Temporal – rão – 07 vezes, somando um total de 18 ocorrências. Somente com o uso do advérbio de tempo temos 4 empregos. Já com advérbio de tempo + o emprego do verbo no futuro 2 vezes. Com relação a datas, aparecem 09 ocorrências. Quanto ao uso da mesóclise, que não deixa de representar o futuro do presente da mesma forma, aparece 3 vezes. Já a mesóclise com adjunto adverbial de tempo aparecem 2 vezes. Assim temos o seguinte quadro:

DMT <sup>68</sup> - rá	DMT – rão	Advérbio de tempo	Advérbio de tempo + verbo no futuro	Datas	Mesóclise	Mesóclise + adjunto adverbial	Presente do Indicativo
11	07	04	02	09	03	02	10

Vemos, assim, que ainda há a presença do futuro do presente, em contraponto com outros tempos verbais que aparecem em 38 anúncios do nosso material coletado. Em relação ao presente do indicativo aparece 10 vezes substituindo o futuro. Além disso, percebemos nesse período que há um acréscimo de adjuntos adverbiais e o uso da mesóclise para marcar o futuro.

Um outro dado interessante que vem marcar o futuro está relacionado ao presente do indicativo que pode substituir perfeitamente o futuro, aparecendo 10 vezes no material coletado.

---

<sup>68</sup> Desinência Modo Temporal

### 2.3. ANÚNCIOS – CONVITES E EDITAIS DE 1879 – 1880.

A linguagem do anúncio publicitário fundamenta-se na dinâmica de binômio “informação-consumo”, uma vez que o consumo depende de maior e/ou menor informação sobre o produto.

Jorge Martins, 1997.

Em relação à década de 1880 vemos que o futuro ainda é empregado com um adjunto adverbial que localiza eventos para marcar um determinado tempo:

(92) Arrematação da czinha sita á rua |Episcopal, pertencente á herança do finado Joaquim Moreira de|Almeida. |De ordem do senhor doutor juiz de orphãos faço|publico, que no **Sábado (1º de Fevereiro|próximo futuro)** as dez horas, em seguimento á audiência que **terá** lugar na sala do edificio| em que funciona o superior Tribunal da Re|lação, se **fará** praça par arrematação desta|czinha, cuja avaliação, de 2:800\$000, acaba| de ser reformada em 3:600\$000 por haver|sido dado maior quintal á propriedade, como|**poderão** ver os interessados, no cartório do|abaixo assignado. |São Paulo 27 de Janeiro de 1879. |O Escrivão|Januário Moreira. (Correio Paulistano, 28 de janeiro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 412)

(93) Estrada de Ferro S. Paulo - **De 1º. de Janeiro proximo futuro** em diante, os preços das passagens desta estrada de ferro **serão** augmentadas, além dos 10% de imposto provincial, com mais o imposto do governo geral a que se refere o decreto n. 7565 do dia 13 de Dezembro corrente. (Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(94) Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia. – De ordem do rvam. comissario convido aos irmãos a se reunirem em mesa no **próximo domingo 4 do corrente** ás 8 horas da manhã, afim de

assistirem á prestação de contas do anno compromissal de 1878 a 1879 e resolverem sobre a sahida da procissão de Cinzas. Consistório da veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, 1º. de janeirto de 1880. O Secretario, João Antonio de Sá. (Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(95) CLUB DE CORRIDAS - “Convido aos srs. sócios para uma reunião em assembléia geral, **no dia 4 do corrente mez,** ao meio dia, no salão do theatro S. José, para a eleição da diretoria que tem de servir durante o anno de 1880. O secretario Nicolão Queiroz. (Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(96) O major Luiz Pacheco de Toledo, presidente ínterino da camara municipal desta imperial cidade de S. Paulo etc. etc. Pelo presente faz saber, que não se tendo podido proceder hoje a apuração geral das authenticas recebidas dos repectivos collegios para a eleição de deputados á assembléa legislativa provincial, por falta de comparecimento de allguns dos srs. vereadores e impedimento de outros, fica designado para ter lugar a mesma apuração **amanhã ás 10 horas** da manhã no paço da mesma câmara, para o que acaba de convocar suppenetes. Paço da camara municipal em S. Paulo 9 de Janeiro de 1880. (Correio Paulistano, 8 de janeiro de 1880)

(97) Theatro São José – Companhia Dramática – Empreza R. Guimarães E. F. Guerreiro Director de Scena e Ensaizador F. Guerreiro. Acha-se em ensaios para á scena na **próxima semana** e pela primeira vez nesta capital, o grande e importantíssimo drama em um prólogo, 5 actos e 7 quadros, traduzindo do francez pela distinta actriz: Anna Chaves Guimarães as Catacumbas de MontBarrois – Os emprezarios **enviarão** todos os esforços ao seu alcance afim de apresentarem ao publico desta capital os melhores dramas, e um bom elenco de artistas. As encomendas de camarotes no pateo da cadêa. (Correio Paulistano, 8 de janeiro de 1880)



(98) Sociedade Portuguesa de Beneficencia – Assembléa Geral – De ordem do sr. presidente convido os srs. sócios a comparecerem **domingo 4 do corrente** ás 4 horas da tarde no salão do hospital, a fim de **proceder-se-há** á eleição de presidente, vice presidente, 1º. secretario e procurador, visto os srs. sócios que **forão** eleitos para estes cargos terem recusado por motivos plausíveis. (Correio Paulistano, 1º. de abril de 1880)

(99) COMPANHIA CANTAREIRA e ESGOTOS| 2º. DIVIDENDO|Do **dia 15 do corrente em diante pagar-se há** no escriptorio da Companhia das 11 horas da manhã ás 3 da tarde segundo dividendo a razão de 7% sobre as chamadas realizadas, conforme as disposições dos artigos 12 e 13 dos Estatutos. |Escriptorio da Companhia Cantareira e Esgotos aos 2 de Setembro de 1879. |Antero Bloem|Contador. (Correio Paulistano, 03 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 427)

(100) CLUB|Gymnastico Portuguez|A directoria do Club Gymnasti|co Portuguez, faz sciente aos senhores|sócios que, confiando em sua bene|volencia, cedeu o salão do Club ao|celebre violinista White para|dar um concerto no **sabbado29do|corrente**, tendo portanto entrada|nesta noite no club, somente as|pessoas munidas de bilhetes para o|concerto. |Secretaria do Club Gymnastico|Portuguez em São Paulo, 27 de Novembro de 1879. ||O Secretario. |Gomes Cardim. (A Constituinte, 28 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 459)

Além do uso dos adjuntos adverbiais que localizam eventos, os anúncios apresentam também o uso da mesóclise que só pode ocorrer, de acordo com Cunha (1986, p. 180), *quando o verbo estiver no futuro do presente ou no futuro do pretérito.*

(101) LOTERIA DA PROVÍNCIA|A extracção da 3 a. quarta parte da 12 a|loteria, **far-se há**, no dia 27 do corrente, im|preterivelmente, no consistório da igreja do Rosário. |São Paulo 24 de Janeiro de 1879. |O

thesoureiro José Alves Pereira. (Correio Paulistano, 24 de janeiro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 412)

(102) THEATRO S. JOSÉ – ATENÇÃO – ATENÇÃO – ATENÇÃO  
 GRANDES BAILES Á PHANTASIA - nos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro de 1880 Rapaziada! Eu sou momo 1º. deus da galhofa! Pensaveis que eu tinha esticado a canella e feito abaltivo de viagem? Nada! Não, senhores. O mais que fiz foi descansar durante um anno, mais longo do que um seculo e mais cacete do que o imposto do vintém, na côrte (felizmente, cada caceteação não chegou cá pela paulicéia), para depois apresentar-me. Se eu fallasse noi vintém... Deus meu! Fallemos antes em outra cousa: como ia dizendo... descansei durante um anno, e aqui estou prompto e lesto, para vos offerecer os bailes do carnaval, como nunca houve na capital. S. José (o theatro) **achar-se-há** revestido com todas as galas do estylo; para receber a rapaziada de bom gosto, principiando pelos VIRON DINOS que não morreu nem a poder de “petrópolis” (sem alusão á política do vintém) FILHOS DO MAR? Nesses não fallemos, porque este anno elles vêm nos dar conta da excursão que fizeram ao pólo do Norte. Das outras sociedades que existem incógnitas, não vos fallarei agora, mas sim na espera dos grandes dias. Eia, pois, preparaee as gambias para os KANKAS endiabrados – WALSAS MYTHOLOGICAS – POLKAS SATANICAS – QUADRILHAS SUCCULENTAS – MAZURKAS PHANTASTICAS. Para finalizar O GALOPE DO VINTEM. Que noites! Que maravilhas! Que bailes os de anno de 1880! ATENÇÃO!! Recebe-se encomendas de camarotes na charutaria do Commercio Rua da Imperatriz n.10.”  
 (Correio Paulistano, 08 de fevereiro de 1880)

(103) Bazar de prendas|Hoje – No Rink - Hoje|**Realizar-se-há** a exposição para a venda de varios objetos preparados | pelas senhoras da | Sociedade Auxiliadora | da | EGREJA PRESBYTERIANA|n’esta cidade, e de outros objectos contribuídos por senhoras dos Esta|dos- Unidos. |Do rendimento que resultar da venda dos objectos, 10% **serão**| destinados a auxiliar a commissão que tem por fim promover a edifi|cação de um hospital para os lázaros n’esta cidade; o restante **será**

con|sagrado a um fundo para a edificação de uma casa de oração. |Compõem-se a exposição de objectos de phantasia, quadros, bordados, roupas de criança e ou|tros muitos trabalhos de agulha. **|Haverá** também uma meza com refrescos, fructas e doces, offerecidos por diversas familias|para o mesmo fim.**|Abrir-se-ha** a exposição hoje ás 5 horas da tarde, continuando | aberta até ás 10 horas da noite. |Amanhã **estará** aberta das 5 horas da|tarde em diante. |A sociedade das senhoras tem a honra de convidar para esta ex|posição as famílias que sympathisam com os fins humanitários d'ella. (A Constituinte, 12 de fevereiro de 1880, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 463)

(104) Escravo Fugido|400\$000 de gratificação|Ao abaixo assignado fugiu o seu escravo de nome Vicente, cor parda, idade 32 annos, cabellos crespos mas não carapinhados: boa figura, peito e hombros largos, mas estes um pouco levantados; no andar tem o corpo direito, mas com mao pisarpor Ter os pés um pouco achatados e virados como quem sofreu cravos boubaticos; monta bem á cavallo, pode inculcar-se como campeiro por que sabe laçar; pode também apresentar-se como boleiro; levou roupa boa para andar bem trajado, falla regularmente e com sotaque provinciano, lê e escreve um pouco e usa “dentadura postica:” por faltarem lhe os dentes do queixo superior. Pode apresentar-se por livre e ser facilmente acreditado. |A quem o apprehender e entregar na fazenda do abaixo assignado **dar-se-há** 400\$000. |A quem mesmo der notícias cretas **gratificar-se-há** com a quantia de 100\$000; e protesta quem o tiver acoutado. |Pinhamonhagaba, 22 de Março de 1879. |J. M. deSouza Gonzaga. (Correio Paulistano, 22 de julho de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 425)

(105) CURSO PARTICULAR|DE|Escripturação mercantil|e Calligraphia|1 Rua da Princeza 1| Lecciona-se estas materias por um|methodo o mais aperfeiçoado até hoje conhecido. |Tabella dos preços: |Escripturação mercantil pago por|uma só vez, 40\$, em duas prestações|de 25\$ a 50\$.|Calligraphia pago de uma só vez| 30\$, em duas 40\$; pagamento ade|antado. **Restituir-se-há** qualquer|quantia que

tenha recebido, se no fim de dous mezes os seus alumnos não estiverem habilitados para exercer o lugar de ajudante ou guarda-livros, conforme suas habilitações. Para informações, por especial favor, loja da China, rua do Commercio número 24, e Livraria Paulista, rua de São Bento. Também lecciona-se em turma de 6-8, das 8 ás 10 horas da noite. Preço 12\$ mensaes; pagamento adeantado. Violão, guitarra e cabaquinho por musica e sem musica. Leciona-se estes instrumentos por um methodo fácil e rápido. preço 12\$ mensaes. Pagamento adeantado; 3 lições por semana. RUA DA PRINCEZA 1. (A Constituinte, 14 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 458)

Além do uso da mesóclise o uso do futuro do presente também aparece nos anúncios desse período, como podemos ver:

(106) PIRASSUNUNGA João Gible, communica aos seus fregueses e amigos que mudou a sua loja de fazendas, da rua da Constituição para a de Santa Rita, casa proxima ao hotel do senhor Firmino, onde **continuará** a receber das principais casa do Rio de Janeiro variado sortimento de fazendas, calçado e armarinho etc, cujos artigos vende como sempre, por commodo preço, como sabe a sua numerosa freguezia. (A Constituinte, 12 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 452)

(107) REABRIO-SE A charutaria Do ponto dos Bonds Rua Municipal número 67 COM Um variado sortido de todos artigos para fumantes, como sejam: charutos de todas as marcas, cigarros, fumos, palhas para cigarros, ponteiras para charutos e cigarros, phosphoreiras; e muitos outros artigos que achando-se em viagem da corte para esta, poderemos, brevemente offerecer a nossos amigos e freguezes: muitas especialidades deste gênero, os quaes sendo do bom e melhor, venderemos por preços sem competência. Em poucos dias **encontrarão** os afamados cigarros de Santa Branca CHARUTARIA DO Ponto dos Bonds RUA MUNICIPAL NUMERO 67 Em frente ao Café Americano SÃO PAULO Mariano &

Companhia. (A Constituinte, 17 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 452)

(108) EMPRESA PAULISTA DE Transporte de cargas, bagagens e encomendas. Os abaixo assignados participão ao commercio e ao público em geral d'esta capital, que **no dia 22 do corrente farão** a inauguração do serviço desta Empresa, bem com carroças de molas, para o transporte de cargas, bagagens e encomendas, da cidade e seus subúrbios, para as estações das Estradas de Ferro, do Norte, Inglesa e Sorocabana, bem como encarregão-se da condução de móveis, pianos, louça, vidros etc. A Empresa encarrega-se de despachar não só as mercadorias como bagagens e encomendas, que lhe forem confiadas, evitando assim os senhores negociantes mandarem seus empregados ás estações, e os senhores passageiros acompanharem suas bagagens, bem como encarregão-se de receber e conferir as cartas e bagagens dos conhecimentos que entregarem á Empresa garantindo-se muita presteza e pontualidade em todo o serviço. Empresa dispondo de um pessoal escolhido e muito pratico neste ramo de serviço espera merecer a coadjuvação do commercio e do publico em geral. No escriptorio da Empresa, á rua de São Bento número 37, que **estará** aberto das 6 horas da manhã ás 6 da tarde todos os dias úteis, se **receberá** os chamados de quem se quiser utilizar dos seus serviços. (São Paulo, 20 de setembro de 1879. Sampaio & Companhia. (A Constituinte, 21 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 453)

(109) Escravo fugido Do abaixo assinado fugiu um escravo, mulato claro, cheio de corpo, baixo e com um papo bem visível; conserva sempre os cabellos grandes, sendo estes acabocladados; falla baixo e tem aspecto de idiota. Quem o aprehender e entregar a seu senhor, **será** bem gratificado. (Prata, 19 de setembro de 1879. Estebio Ribeiro da Silva. (A Constituinte, 28 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 453)

(110) Attenção. |Aos senhores viajantes do Norte e Sul, e dos senhores|empregados do correio. |O HOTEL DAS FAMÍLIAS|, o unico|com este titulo na capital de São|Paulo, já muito conhecido por milhares de familias honestas, como|o mais acomodado em preços, |offerecendo sempre todas as com|modidades desejáveis e necessa/rias para as Exelentíssimas familias que|viajam, é situado desde sua pri|mitiva abertura, á Rua Municipal número 6 – em frente á praça do|mercado. Não existe por conse|quencia outro hotel com este estij|lo, e como alguns passageiros por|engano não sabemos de que uatu|resa, tenham tomado direcção pa|ra um outro hotel|que existe em|frente á Estação do Norte, na sup|osição de que este realmente ti|vesse sido ou seja o Hotel das Fa|mílias, por isso fazemos science |aos senhores passageiros a bem do|credito verdadeiro HOTEL DAS |FAMILIAS, que este tem existido e|existirá á Rua Municipal número 6, | em frente á praça do Mercado, | próximo aos trilhos de bonds. |Como se tenha dado este quei|voco até com os senhores empregados|do correio de São Paulo; acontecen|do por muitas vezes entregarem as|cartas que vêem com destino ao|Hotel das Familias, o único, como|já dissemos, situado em frente á|praça do Mercado, e essas cartas hido parar no hotel da Esta|ção no Braz, acontecendo ás ve|zes ficarem as cartas detidas por|longo tempo, e por consequencia|os passageiros também ser prejudi|cados por causa de tal engano|nós rogamos aos senhores empregados|do correio tomarem considera|ção devida a presente declaração, |afim de que não mais se dêem es|tes enganos, e mesmo para evitar |que lancemos mão dos meios que|a lei ainda no faculta. |HOTEL DAS FAMILIAS|6-Rua Municipal-6|Em frente ao Mercado. |< Note Bem – Esta publicação [é feita por diversos passageiros.> (A Constituinte, 02 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 455)

(111) TAUTABÉ|ES CRAVO FUGIDO|Fugio no dia 4 do corrente o es|cravo VICTOR, com os seguintes|signaes: -alto, 21 annos de ida|de, testa larga, cabelo de carrapi|to, nariz grosso, olhos grandes, |bocca regular, não tem barba, |cor preta, pernas vergadas para|fora,levou calça de algodão azul, |camisa de riscado e chapéo de|panno branco.

|Quem o prender e levar em Tau|bate á Antonio Joaquim da Silva|ou á João Evangelista da Costa|Marcondes, será generosamente|gratificado. |Taubaté, 6 de Outubro de 1879. |Antonio Joaquim da Silva. (A Constituinte, 08 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 455)

(112) COMPANHIA| UNIÃO PAULISTA| Paga-se último rateio de|8, 65% ou 1:730 reis por acção em|todos os dias úteis, das 11 horas|da manhã até as 2 horas da tarde, |no escriptorio do ex-guarda livros|da companhia o senhor Casimiro Alves|Ferreira, na rua de São Bento número 51. |Os senhores Accionistas devem apre|sentar os seus títulos nos quaes|passarão o competente recibo. |São Paulo 12 de outubro de 1879. |O liquidante|Antonio Proost Rodvalho. (A Constituinte, 14 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 455)

(113) FAZENDA EM ITU|Vende-SE uma fazenda, de|perto de 800 alqueires de terras por|5:500:000. As terras vão da bar|ra do Itahim até fronteiro ao porto|da Conceição, e contem terras|beira Tieté, pretas, barrentas, ex|celentes para mantimento e canna. |Terá menos de légua até a estação |do Salto, e por água tem com a|navegação, condicção fácil e ba|rata para o Salto ePorto Feliza. |Tem cazas, pastos e campos de|crear, sendo appropriada a uma|grande colônia-A tratar como|doutor de P. Souza, rua do Ria|chuelo número 11. (A Constituinte, 14 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 456)

(114) São José dos Campos|TOUROS. |O abaixo assinado, tem a hon|ra de anunciar ao respeitável pu|blico que, durante as festas de Nossa|Senhora Sant'Anna que terão lugar nes|ta cidade nos dias 22, 23 e 24 do|corrente, haverá touros em dias|consecutivos, para cujo fim man|dou vir os mais afamados bois des|ta província, e de Minas que serão tou|reados por um hábil toureador hespanhol. O abaixo as|signado, contando certo com a|concurrência publica para este di|vertimento, desde já antecipa o seu|eterno reconhecimento. | Á UNHA RAPAZIADA! | Aquelle que de palanque|Quizer ver touro, |Traga um mil reis em papel, |Prata ou ouro! |São José dos Campos, 17 de No|vembro

de 1879. |Francisco Diniz Galvão. (A Constituinte, 21 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 458)

(115) Casa Branca.|Vende-se por módico preço, |n'esta cidade, uma casa de telha, si|ta à rua Sete de Setembro, com|boas acomodações para família, |tendo um quintal com diversos ar|voredos, hortaliças e cisterna com bomba. |O motivo da venda não **desagradará** ao comprador. |Quem precisar dirija-se nesta|cidade, ao senhor Antonio Julio de|Barros, e na fazenda do capitão|José Caetano de Lima, ao senhor João|Alexandre, proprietário da referi|da casa. |Casa Branca, 19 de Novembro. |de 1879. (A Constituinte, 27 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 458)

(116) CLUB DE CORRIDAS|As propostas para a inscrição de cavallos para as corridas que se devem effectuar no Hipódromo Paulistana no dia 15 de Agosto, **serão** abertas no dia 10 do dito mez, ao meio dia, em casa do secretario, rua do Ouvidor número 27|São Paulo, 31 de julho de 1879|Nicoláo Queiroz|Secretario. (Correio Paulistano, 06 de agosto de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 425)

(117) VENDE-SE|Um negocio de seccos e molhados, com pouco sortimento, na rua de São Bento número 3 pegado o Serêa Paulista; na casa tem muito commodo; com papel de contracto por 5 annos; o motivo da venda não **desagradará** o comprador, é o seu dono ter de retirar-se para a Europa. (Correio Paulistano, 20 de agosto de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 426)

(118) ATENÇÃO|Na antiga agencia do leiloeiro Nóbrega de Almeida, continua-se a receber; e a comprar trastes novos e usados, pagando-se de prompto conforme o convencionado, entre comprador e vendedor nesta conformidade as vendas **serão** feitas muito convenientemente aos senhores Pretendentes por isso que, nada elles tem a pagar de comissao de compra. (Correio Paulistano, 03 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCH, 2000, p. 426)



(119) GRANDE FABRICA DE GUARDA-CHUVAS DE MATITEUS DE OLIVEIRA – 24 Rua de S. Bento 24 – “O proprietário deste bem conhecido estabelecimento participa a seus numerosos amigos e fregueses que mudou-se da rua da Quitanda para a rua de S. Bento n. 24, onde continua a sua disposição. O anunciante acaba de receber um rico e importante sortimento de guarda-chuvas tanto para homens como para senhoras e crianças, sedas da melhor qualidade, alpacas e tudo que é concernente ao seu ramo de negocio, bem como guardas-sóes para luto, tanto de homem como de senhoras. O mesmo roga ás pessoas que mandaram fazer concertos em guarda-chuvas, hajam de os procurar, do contrario serão vendidos para cobrar-se de seu trabalho. Os preços são sem competência. (O Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(120) O Dr. Mathias Lex – médico, operador, acculista e parterio, assas conhecido nesta capital, onde novamente se estabelece, tem seu consultório aberto na rua de Santa Thereza – n. 5, onde póde ser procurado para os mysteres de sua pronssão á qualquer hora do dia ou da noite. Dá consultas aos pobres grátis, ás 8: horas da manhã e ás da tarde. Os chamados serão feitos por escrito”. (Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(121) “ CORBISIER JUNIOR – 42 – Rua da Imperatriz – 42 – Mme. Maria Tardy tem a honra de participar ao respeitável publico desta CAPITAL e INTERIOR da província, que tomou a direção da muito conhecida OFFICINA DE COSTURA da casa de Mme. CORBISIER. Espera portanto que as exmas famílias, se dignarão continuar a prestar sua confiança a esta ACREDITADA casa. Recomenda-se as exmas, senhoras garantido-se a BARATEZA E ELEGÂNCIA de seus trabalhos. BARATEZA – PROMPTIDÃO”. (Correio Paulistano, 31 de dezembro de 1879)

(122) “BOTICA DO VEADO – O abaixo assignado faz publico, que recebeu como seu sócio seu filho Dr. Henrique Schaumannm, e que a firma da dita casa de hoje em diante será G. Schaumann & Filho,

pedindo-se ao respeitável publico de conservar á nova firma a confiança de que a casa gozava. São Paulo, 1º. de Janeiro de 1880 – Gustavo Schaumann. (Correio Paulistano, 01 de janeiro de 1880)

(123) “Venda de uma massa fallida|O abaixo assignado, deposita|rio da massa falida de José Maria|de Figueiredo, auctorizado pelo|illustríssimo senhor doutor juiz do commercio, |vende a dita massa dividida: o|que for fazendas e armarios, do|que for armazém de molhados e|ferragens, ou tudo junto. A ven|da **será** por propostas em carta|fechada dirigida ao abaixo as|signado no praso de oito|dias, |que **correrá** depois da publicação|deste, e **serão** abertas, findo os oitos dias, em juízo. As condições das vendas pódem ser vistas em cartório do escrivão Gaia, ou em|casa do depositário. |São José dos Campos, 13 de| Janeiro de 1880. |Francisco d’Escobar.” (A Constituinte, 02 de fevereiro de 1880, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 461)

(124) “Escravo fugido|Fugiu ha 3 mezes da fazenda|do abaixo assignado o seu escravo de|nome Theophilo, |pardo, |de 24 a 25 annos de idade, estatura regular, |pouca barba, com falta de dentes na|frente, falla pausada, natural da Bahia; quem o aprehender e entregar|a seu senhor, ou aos senhores Lengruber|Mettran & Companhia, á rua de São Pedro número|1, no rio de Janeiro **será** gratificado com 200\$000, e em qualquer | cadeia ou dando signaes certos, | com 100\$000. protesta-se com todo o|rigor da lei á quem o tiver accouta|do. | Caçapava, 20 de janeiro de 1879 | José de Souza Guimarães. (A Constituinte, 05 de fevereiro de 1880, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 461)

Em relação a outro tempos verbais, mais precisamente o presente do indicativo, que pode ser substituído pelo futuro temos:

a) Verbo no presente ‘ *poder* ’ + *infinitivo do verbo ser* + *infinitivo*:

(125) J. M. Villaronga|Faz ciente ás pessoas que tiverem|negócios a tratar comsigo, que é|encontrado na sala de pontuda|do teatro São José, onde está deco|rando os pannos dos theatros do|Norte

da província. **Póde ser procurado** das 7 da manhã ás 6 da tarde. (Correio Paulistano, 05 de janeiro de 1879, in GUEDES e BERLINCK 2000, p. 407)

(126) Professor de Musica e Piano|O abaixo assignado tendo algumas horas|vagas póde ainda contractar mais algumas |lições, continuando a dar lição de musica e|piano á 1\$ por lição; a pratica que tem|deste magistério para mais de 20 annos ga|rante muito adiantamento nas suas desc|pulas, em pouco tempo. |O mesmo **pode ser procurado** na rua de São |Bento número 29, Bazar Parisiense. |Franco Junior. (Correio Paulistano, 28 de janeiro de 1879, in GUEDES E BERLINCK, 2000, p. 412)

(127) FERRADOR|João José Mendes Guimarães declara aos|seus muitos amigos e freguezes que mudou o|seu estabelecimento da rua Das Flores para a|travessa da Sé número 5, e ahi **póde ser sempre en|contrado** para os misteres de sua profissão. |São Paulo, 1 de Dezembro de 1879. (Correio Paulistano, 05 de fevereiro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 413)

(128) OCULISTA|O DOUTOR. J. EBOLI|Tem o seu escriptorio na rua do| Comercio, numero 8 onde **póde|ser procurado** das 11 ás 2 horas da|tarde. |Em sua residência, dahi em dian|te, rua de Santa Ephigenia, numero 42|Recebe-se chamados por escripto. (A Constituinte, 07 de setembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 451).

(129) O doutor Mathias Lex, medico,|operador, occulista e parteiro, |assas conhecido nesta capital, |onde novamente se estabelece, |tem seu consultório aberto na|rua do Senador Feijó, número 18 (ca|sa do senhor Conselheiro Leoncio|de Carvalho) onde **póde ser pro|curado** para os misteres de sua|profissão á qualquer hora do dia|ou da noite. Dá consultas aos pobres gra|tis, ás 8 horas da manhã e ás 3 da tarde. |Os chamados serão feitos por|escripto. (A Constituinte, 11 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 457)

(130) SEMENTES NOVAS|De|HORTALIÇAS|Sementes novas de hortaliças ultimamente chegadas da Europa, acha-se á venda em casa de Henrique Fox, rua da Imperatriz número 6, preço 200 réis Cada pacote; **podem ser remetidas** pelo correio quaesquer pacotes sendo o pedido acompanhado da importância dos mesmos. |Número 6 – RUA DA IMPERATRIZ – Número 6. (Correio Paulistano, 29 de novembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 430).

(131) VENDE-SE|5 escravos bons e praticos do ser|viço da lavoura, na rua do Com|ercio numero 4, onde **pódem|ser vistos** e tratar-se a compra. (A Constituinte, 12 de dezembro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 457)

(132) MÉDICO PARTEIRO|O doutor Arsênio de |Souza marques, de|volta de sua viagem á|Europa onde estudou|com mais especialida|de-partos e molestias de mulheres, **póde ser procurado** para|o exercício da sua|profissão á rua Direita número 23|CONSULTAS|das 7 ás 9 da ma|nhá e das 3 ás 4 da|tarde. (A Constituinte, 2 de fevereiro de 1880, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 460)

(133) Médico, Operador e Parteiro. |O DOUTOR CANTINHO, medico, ope|rador e parteiro, dá consultas das|12 ás 2 horas da tarde, em sua re|sidencia ao Largo do Palácio número 6|A, onde **póde ser chamado** á qual|quer hora do dia e da noite. Espe|cialidade: ouvido e garganta. Aos|pobres gratis|São Paulo. (A Constituinte, 3 de fevereiro de 1880, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 460)

b) presente do indicativo do verbo haver + preposição + infinitivo do verbo principal:

(134) ESCRAVA| Vende-se uma bonita mucama, sem defeito|algum, de idade de 16 annos, o motivo da|venda **há de agradar** ao comprador. | Rua do Seminário dos educandos número 4. (Correio Paulistano, 24 de junho de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 419)

c) presente do indicativo + infinitivo do verbo principal + pronome se:

(135) THEATRO SÃO JOSÉ|Companhia Lyrica Italiana|EMPRESA ÂNGELO FERRARI|O empresário Ângelo Ferrari desejando corresponder ao gracioso convite de muitas pessoas d'essa culta cidade de São Paulo, resolveu dar uma série de 12 récitas apresentando n'este numero as operas mais applaudidas de seu repertorio, incluindo O GUARANY do distincto CARLOS GOMES. |As apreciações da imprensa d'esta côrte, cuja critica tem-se referido á exhibição de cada opera dispensa elogio aos artistas que compõe o elenco da companhia, e cujos nomes são sobejamente conhecidos tanto na Europa como na América. |Aos illustríssimos senhores A. L. Garraux & Companhia **podem dirigir-se** os|senhores que assignaram para as 12 récitas que devem começar nos pri|meiros dias de Novembro e aquelles senhores acham-se auctorizados para|receberem a respectiva entrada. |O elenco é composto dos artistas da companhia já conhecidos|pelas publicações nas folhas d'esta côrte, inclusive a primeira orchestra|contando hábeis professores, e regida pelo distincto maestro|CAVALHEIRO N. BASSI|Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1879|A. Ferrari. (A Constituinte, 01 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 454)

d) presente do indicativo + verbo principal:

(136) AVISO| Acham-se retidas nesta Admi|nistração duas encommendas com |endereço a Dona Emilia Sophia Vie|gás Martiny, na cidade de Braga, | em Portugal, as quaes não **podem |seguir** o seu destino visto que o |peso e dimensões de ambas exce|dem ao que pela convenção cele|brada em Pariz a 1º. de Junho de | 1878, foi nesse sentido estipullada. | Sala de expedição e recepção | de malas, 20 de Outubro de 1879. | O chefe | J. B. dos Santos Cruz. (A Constituinte, 01 de outubro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000, p. 456)

Do material coletado podemos perceber as seguintes ocorrências:

DMT – rá	DMT - rão	Advérbios + data	Mesóclise	Presente com idéia de futuro
14	15	10	06	11

Ao analisarmos os dados coletados dos anúncios desse período verificamos que o emprego do futuro do presente é significativo, com 19 ocorrências, mas se levarmos em consideração os anúncios publicados nesse período, vemos que ocorre uma tendência para a aplicação do verbo no presente do indicativo com a idéia de futuro. Para Said Ali (1965, p. 319) o futuro do presente pode ser usado pelo presente do indicativo ou por uma combinação verbal em que entre a forma do presente como podemos ver: “O Sr. *me perdoará*” por “*Perdoe-me o Sr.*”

Do material coletado nesse período percebemos que há uma tendência maior para a aplicação do presente do indicativo com o verbo poder + verbo ser + infinitivo do verbo. Portanto, vemos que formas do presente podem substituir o lugar do futuro sugestivo como, *seguirá, tomará, dobrará*, etc.



## CONCLUSÃO

Esse trabalho foi elaborado dentro de uma perspectiva da historicidade lingüística, procurando analisar o emprego do futuro do presente do indicativo em uma perspectiva diacrônica e sincrônica com a finalidade de verificar como esse tempo era empregado no século XIX.

Nossa análise focalizou-se nos anúncios dos jornais do século XIX, pois foi uma época que a vida intelectual brasileira acentuou-se e desenvolveu-se bastante, tendo sido os jornais, os clubes políticos, as lojas maçônicas, os conventos e assembléias o lugar de ação dos cidadãos a serviço da emancipação nacional.

Nesse sentido, vimos a necessidade de fazermos uma reflexão sobre língua e história, uma vez que língua e história se inter-relacionam, podendo nos responder a língua desse período.

Por outro lado, ao usarmos os anúncios de jornais em nosso *corpus*, sentimos a importância de situarmos os fatos importantes que marcaram a época escolhida, uma vez que a imprensa brasileira surge somente com a vinda da família real ao Brasil. Assim, fizemos um levantamento histórico da época, pois que vemos que língua e sociedade estão imbricadas mutuamente e é na língua que poderemos ver refletida a imagem de um português brasileiro, como nos afirma Mattos e Silva (2004, p.11)

Embora no século XIX, a língua escrita esteja ainda voltada aos modelos lusitanos, vemos nos anúncios a possibilidade de uma aproximação com a língua em uso. Nessa época é interessante notar, como podemos ver nos anúncios, que tínhamos somente um jornalismo de informação, atendendo a corte portuguesa e mais tarde os grandes proprietários de terra. Assim, centramos nossos estudos no futuro do presente, fazendo um levantamento do *corpus* com a finalidade de verificar o uso propriamente dito desse tempo verbal e como ele se comportava no decorrer desse século.



Para dar conta da pesquisa, buscamos nos basear nos estudos gramaticais e lingüísticos, examinamos o emprego do futuro do presente, além de outras categorias que expressam esse tempo verbal.

Assim, partimos da gramática latina de Ernesto Faria, para verificar a formação do futuro do presente, passamos pela Gramática de Port Royal, que foi uma gramática de suma importância para os avanços pedagógicos, didáticos e nos estudos lingüísticos ao ensino de língua materna como considera Arnauld e Lancelot (1992, p. XXIV), *o método dispunha que se partisse sempre da língua materna; com isso, pelo menos não se parte do incompreensível*. Na verdade, a Gramática Geral e Razoada, escrita por Arnauld e Lancelot (1992, p 06), defendia a gramática *como a arte de falar, e o falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim*.

Passamos pela gramática de João de Barros, escrita em 1539-1540, que apresenta um imenso valor intrínseco, uma vez que define uma gramática renascentista e cria uma tradição gramatical portuguesa que se manterá até o século XIX. Barros (1971, XXI) opta por uma gramática normativa que visava os seus objetivos imediatos, considerando os pedagogos verdadeiros artesãos, ou seja, *moldadores dos espíritos sobre que vão exercer o seu ensino*. Além disso, Barros (1971, p. XXIV) *considera a sua obra a primeira arte normativa, pedagógica, destinada a mininos e moços da Língua Portuguesa*.

Logo em seguida procuramos analisar a gramática de Júlio Ribeiro, escrita em 1881, que propunha estudar os usos da língua. Em seu Prefácio escrito da segunda edição em 1884 diz que *“as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua”*, no entanto, ao analisarmos a concepção e a formação dos verbos em português, no Brasil, vemos que o gramático elabora seus conceitos voltados para uma gramática tradicional nos modelos lusitanos, embasado na gramática latina. Apresenta assim, em sua gramática, o conceito do futuro do presente, de acordo com a abordagem latina que segue as quatro conjugações regulares dos tempos simples.

Depois, analisamos algumas gramáticas escritas no Brasil, partindo de Maciel (1916, p. 01) com sua *Grammatica Descriptiva* que explica ser uma *systematização logica dos factos e norma de uma lingua qualquer*. Em seguida, revimos conceitos gramaticais abordados por outros gramáticos e lingüistas.

No decorrer do estudo, vimos que o futuro, além de apresentar um valor temporal, apresenta também um valor modal.

Para Câmara Jr (1957, p. 223) as formas do futuro apresentam-se como temporais e modais, definidas sincronicamente em três funções semânticas distintas: modal, temporal com colocação modal e temporal simplesmente, sendo que cada uma corresponde a um nível diferente da gramática. No futuro como modo, o tempo é bipartido em pretérito e presente (não passado). Nesta divisão o futuro tem mobilidade acrescentado-se ou sobrepondo-se a ela, tornando-se futuro em relação a um pretérito ou a um presente. Já o tempo com colocação modal motiva o seu emprego em vez de uma forma presente abrangendo o futuro. Isso ocorre porque o tempo está no mesmo plano que o presente ou o passado.

Já Corôa (2005, p. 55) explica que o futuro se aproxima do passado em oposição ao presente, uma vez que o presente é o tempo implícito de toda a proposição e, que há um operador correspondente ao passado e outro ao futuro. Assim, o futuro acaba escapando à certeza, pois está ligado ao possível e é mais freqüentemente associado a asserções modalizantes. Dessa forma, o futuro pode expressar um pensamento que parte do possível para a certeza. Nesse sentido, o *movimento do futuro vai de um conjunto de mundo possíveis para um mundo que é realizado*, uma vez que as interpretações modais se orientam para certeza e, que esta certeza, cresce à medida que o emprego temporal se aproxima.

Ao analisarmos os anúncios do início do século XIX, mais precisamente no período de 1820 a 1830 vemos que o futuro é empregado de diversas formas: ora aparece com Radical + Vogal Temática + Desinência Modo Temporal, ora o futuro vem empregado com adjuntos adverbiais que marcam eventos, podendo vir, de acordo com Ilari (1997), com uma ancoragem que denota tempo. Assim, durante esse período o futuro do presente é empregado

como uma categoria temporal, - *rá* - como: *achará, poderá, etc.*; e na terceira pessoa do plural, com o morfema temporal terminado em *rão*: *lembrarão, poderão, haverão, gratificação*; além do emprego modal e temporal com colocação modal, que vem expressos pelos adjuntos adverbiais, como no exemplo citado:

Leilão. Amanhã as 4 horas da tarde, na rua do Commercio, casa n. 13 haverá leilão para liquidação de contas, constando de fazendas e vários objectos. (Correio Paulistano, 02 de agosto de 1854)

Já em 1854 o uso continua a ocorrer com a terceira pessoa tanto do singular como do plural, além dos adjuntos adverbiais que marcam um tempo futuro e um novo dado se apresenta: o uso da mesóclise, que é um recurso utilizado por autores para empregar o futuro do presente ou o futuro do pretérito. Na *segunda metade do século XIX*, explica Junior (2004, p. 42), *a imprensa é influenciada pela literatura. Os jornais e periódicos literários passaram a ser a porta de entrada daqueles que faziam ou viriam a fazer a literatura e a crítica literária no país.*

BEARZOTI FILHO (1990, p. 50) explica que a mesóclise originou-se de construções com o verbo no infinitivo seguindo das formas reduzidas do presente e perfeito do verbo haver, como: vencer + hei (equivale a hei de vencer) = vencerei; vender + hia (redução de havia) = venderia. Como no exemplo abaixo:

THEATRO DE S. PAULO – COMPANHIA DRAMÁTICA - Domingo 2 de julho de 1854 - 17<sup>a</sup>. RECITA D'ASSIGNATURA. Representar-se-ha pela 1<sup>a</sup>. vez neste theatro a muito jocoza e acreditada comedia em 3 actos, do Dramaturgo Brasileiro Martins Penna. - O NOVIÇO - Na qual fará o muito interessante papel de noviço o Sr. Joaquim Augusto. E a muito jocoza comedia em 1 acto. - MEU PAISINHO. - Fazendo a Snra. Mariana, 3 diferentes papeis. - ORDEM DO ESPECTACULO - 1<sup>o</sup>. – Meu paisinho, - 2<sup>o</sup>. O Noviço. Os bilhetes achão-se a venda no escriptorio de theatro. (Correio Paulistano, 01 de julho de 1854)

Como a língua estava voltada para a tradição portuguesa, muitos sentiam a necessidade da preservação, continuando a usar os modelos tradicionais na escrita.

No decorrer de 1880 o futuro ainda é utilizado nos anúncios dos jornais e as perífrases verbais vão aos poucos adentrando em nossa língua, além dos advérbios de tempo que vão ganhando cada vez mais espaço.

Assim, ao analisarmos os anúncios de jornais, percebemos um uso significativo do futuro do presente, porém outros traços que marcam o futuro, principalmente o presente, ganham espaço para representá-lo, pois em se tratando da categoria tempo não dá para definir rigidamente conforme ela se expressa no verbo. Câmara Jr (1989[1904], p. 141) explica que qualquer esquema definitivo que possamos tentar fazer, poderemos estar sujeitos a uma neutralização, isso ocorre pelo fato de o tempo ou a época marcar a ocorrência do processo verbal em relação ao momento em que se fala. Assim, Câmara Jr. (1989, p. 141) ressalta que a categoria de tempo repousa essencialmente na dicotomia entre passado e presente, pois os fatos vindouros sem traços modais podem ser expressos pelo presente.

Embora tenhamos um paradigma explícito para marcar o futuro, o presente do indicativo do português também expressa esse tempo, ou seja, quando dizemos: Pode deixar, *eu faço isso amanhã*, ou:

Escola Americana Normal| ‘ Abrem-se’ as aulas no dia 7 de Janeiro, | Internato. Anuindo ao pedido de alguns pais de família, a directoria tem resolvido admitir|um número limitado de internos (de 8 até 12 anos de idade) os quaes **podem ser** matriculados|até o dia 7 de Janeiro de 1879. (Diário Popular, 09 de janeiro de 1879, in GUEDES e BERLINCK, 2000: 406)

Nesse sentido, o presente marca um fato futuro que está próximo de acontecer, como explica Carrascoza (2004, p. 60) mesmo que a ação deva ocorrer no futuro, a *mensagem é sempre para um público alvo que vive o aqui e o agora*. Nesse sentido, o presente é considerado o tempo sempre atual,

jamais inválido. Como nos casos acima. No primeiro exemplo o verbo vem acompanhado de um adjunto adverbial, que acaba contribuindo para que não haja uma ambigüidade; já no segundo exemplo, o verbo vem acompanhado da data, possibilitando o leitor situar-se no tempo.

Ao propormos analisar o futuro do presente pretendíamos verificar a incidência desse tempo no decorrer do século XIX e como ele era empregado, pois pensávamos que pelos anúncios estarem próximos de uma língua em uso o emprego não seria tão efetivo na língua, no entanto vemos que durante todo o século a presença do futuro do presente se faz marcante. Isso pode ter ocorrido, como já foi dito no decorrer da pesquisa, porque a imprensa estava ligada a Côrte Portuguesa e, os que praticavam o jornalismo no início do século eram padres ou religiosos, portugueses ou estrangeiros, comerciantes, alguns brasileiros que haviam tido acesso às primeiras letras.

Portanto, podemos dizer que o futuro é um tempo verbal que expressa uma força e uma produtividade nas diversas formas que a língua portuguesa apresenta e que ainda sua forma escrita continua preservada, nesse século, embora apareça outras formas de representar esse tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5<sup>a</sup>. ed., Edições Melhoramentos. São Paulo: s/d.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 4<sup>a</sup>. ed. Saraiva São Paulo: 1950.
- \_\_\_\_\_. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44<sup>a</sup>.ed. Saraiva. São Paulo: 2001.
- \_\_\_\_\_. *Gramática Latina*. 29<sup>a</sup>. ed. Saraiva. São Paulo: 2000.
- ANDRADE, Maria Margarida de. e MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação em Língua Portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras*. 2<sup>a</sup>. ed. Atlas. São Paulo: 2000.
- ARISTÓTELES. *Os Pensadores. Tópicos dos Argumentos Sofísticos*. Victor Civita. São Paulo: 1978.
- ARNAULD, Antoine e LANCELOT. *Gramática Geral e Razoada*. Tradução de BARBADINHO NETO, Raimundo. *Sobre a Norma Literária do Modernismo*. Ao Livro Técnico S<sup>a</sup> Rio de Janeiro: 1977.
- BARBOSA, Lima Sobrinho. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: 1958.
- BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*. Publicação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa , 1971.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. 4<sup>a</sup>. ed., Pontes. Campinas: 1995.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Lingüística Geral II*. Pontes. São Paulo: 1989.
- BESSELER, José Van Den. *Introdução aos Estudos Históricos*. 4<sup>a</sup>. ed. EDUSP. São Paulo: 1974.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Dicionário de Lingüística*. Cultrix. São Paulo: s/d.
- BORBA, Francisco S. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. UNESP. São Paulo: 2004.

- \_\_\_\_\_. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. 13<sup>a</sup>. ed., Pontes. Campinas: 2003.
- BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.) *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. UNESP. São Paulo: 1993.
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade. A linguagem da sedução*. 3<sup>a</sup>.ed. Ática. São Paulo: 2002.
- CARRASCOZA, João Anzanello. *Razão Sensibilidade no Texto Publicitário*. Futura. São Paulo: 2004.
- CARR, Edwar Hallet. *Que é História?* 7<sup>a</sup>. ed., Paz e Terra. São Paulo: 1996.
- CAMARA JR. J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 11<sup>a</sup>. ed. Vozes. Petrópolis: 1984.
- \_\_\_\_\_. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* FGV. Rio de Janeiro: 1975.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Lingüística Geral*. 7<sup>a</sup>. ed. Padrão. Rio de Janeiro: 1989.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 33<sup>a</sup>. ed. Vozes. Petrópolis: 2001.
- \_\_\_\_\_. *Uma Forma Verbal Portuguesa*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro: 1957.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Lingüística Descritiva*. 18<sup>a</sup>.ed. Vozes. Rio de Janeiro: 2000.
- \_\_\_\_\_. *História da Lingüística*. 5<sup>a</sup>.ed. Vozes. Petrópolis: 1990.
- CASTILHO, Ataliba T. de. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Humanitas FFLCH/ USP. São Paulo: 1998.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 6<sup>a</sup>. ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1967.
- COROA, Luiza Monteiro Sales. *O Tempo nos Verbos do Português*. Parábola. São Paulo: 2005.
- CORVALAN, SILVA C. *Sociolingüística Teoría y análisis*. Alambra, S. A. España: 1989.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro: 1976.

- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, Diacronia e História*. EDUSP. São Paulo: 1979.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: 1956
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 6<sup>a</sup>. ed., Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: 1976.
- \_\_\_\_\_. *Uma Política do Idioma*. 2<sup>a</sup>.ed. São José. Rio de Janeiro: 1968.
- \_\_\_\_\_. *Língua, nação e alienação*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1981.
- \_\_\_\_\_. *Gramática de Base*. 4<sup>a</sup>.ed. FAE. Rio de Janeiro: 1986.
- CUNHA, Celso e CINTRA Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2<sup>a</sup>. ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1985.
- ELIA, Sílvio. *Ensaio de Filologia*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro: 1963.
- \_\_\_\_\_. *Sociolinguística*. Padrão Livraria Editora Ltda. Rio de Janeiro: 1987.
- \_\_\_\_\_. *A Língua Portuguesa no Mundo*. 2<sup>a</sup>. ed. Ática. São Paulo: 1998.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*. Lucerna. Rio de Janeiro: 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Parábola. São Paulo: 2005.
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro: 1958.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 49<sup>a</sup>. ed., Global. São Paulo: 2004.
- FILHO, Luiz Viana. *A Língua do Brasil*. Livraria Progresso Editora. Bahia: 1954.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21<sup>a</sup>. ed., FGV. Rio de Janeiro: 2002.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 4<sup>a</sup>. ed., Martins Fontes: São Paulo: 2001.
- GUEDES Marymarcia e BERLINCK, Rosane de Andrade (org.) *E os preços eram commodos...: Anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX*. Humanitas/ FFLCH/ USP. São Paulo: 2000
- .GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e Cidadania O português no Brasil*. Pontes: Campinas: 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4<sup>a</sup>. ed., Unicamp. Campinas: 1996.



HOUAISS, Antônio. *A Crise de Nossa Língua de Cultura*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: 1983.

\_\_\_\_\_. *O Português no Brasil*. 3ª. ed. Revan. Rio de Janeiro: 1992.

ILARI, Rodolfo. *A Expressão do Tempo em Português*. Contexto. São Paulo: 1977.

JUNIOR, Juvenal Zanchetta. *Imprensa escrita e telejornal*. UNESP. São Paulo: 2004.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona . Edições 70. Lisboa: 1969.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e Discurso: A Configuração do Purismo Brasileiro*. Humanitas. FFLCH/USP. São Paulo: 1999.

LELIS, Raul Moreira. *Português no Colégio*. 4ª. ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1965.

ROCHA, Lima. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 21ª. ed., Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1980.

LYONS, John. *Linguagem e Lingüística uma introdução*. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro: 1987.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. Parábola Editorial. São Paulo: 2004.

\_\_\_\_\_. *Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil*. Revista Internacional de Língua Portuguesa 12.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português Instrumental*. 4ª.ed., Pioneira. São Paulo: 1998.

\_\_\_\_\_. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*. São Paulo: 2001.

MACIEL, Dr. Maximino. *Gramática Descritiva Baseada nas Doutrinas Modernas*. 6ª.ed. Francisco Alves e Cia. Rio de Janeiro: 1916.

MARIANI, B. S. C. *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*. In ORLANDI, E. (org.) *Discurso fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Pontes. São Paulo: 1993.

MARTINS, Jorge S. *Redação Publicitária: teoria e prática*. Atlas. São Paulo: 1997

MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês Silva e FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua Portuguesa*. Almedina. Coimbra: 1983.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no Ensino de Português*. Contexto. São Paulo: 1995.

\_\_\_\_\_. *Estruturas Trecentistas Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Casa da Moeda. Lisboa: 1989.

\_\_\_\_\_. *Para a história do português brasileiro*. Vol. II. Humanitas. São Paulo: 2001 p. 401-420.

\_\_\_\_\_. *Ensaio para Uma Sócio-História do Português Brasileiro*. Parábola. São Paulo: 2004

\_\_\_\_\_. “O português são dois...” *Novas fronteiras, velhos problemas*. Parábola. São Paulo: 2004.

MEGALE, Heitor. *Filologia Bandeirante*. Humanitas FFLCH/ USP. São Paulo: 2000.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. 3ª.ed., Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1975.

MELO, José Marques. *Jornalismo Opinativo*. Mantiqueira. 3ª. ed. Campos do Jordão: 2003.

MINCHILLO, Carlos Alberto Cortez e CABRAL, Isabel Cristina Martelli. *O Verbo Teoria e Prática*. Atual. São Paulo: 1988.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Vozes. Petrópolis: 2000.

\_\_\_\_\_. *Morfologia Portuguesa*. UFC – PROED. Fortaleza: 1986.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *A Historiografia lingüística: rumos possíveis*. Edições Pulsar: Terras do Sonhar. São Paulo: 2005.

NUNES, Dr. José Joaquim. *Crestomatia Arcaica*. 7ª.ed. Livraria Clássica Editora. Lisboa: s/d.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In SILVA, Lopes da & MOURA, H. M. de M.(orgs.) *A Questão do Preconceito Lingüístico*. Insular. Florianópolis, 2000, p. 83-92.

\_\_\_\_\_. Matrizes da Língua portuguesa no Brasil meridional. In

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e o seu Funcionamento: as formas do discurso*. 4ª. ed. Pontes. São Paulo: 2003

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4ª. ed. Brasiliense. São Paulo: 1994.

- PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: s/d.
- PAULO FILHO, Bearzoti. *Sintaxe de Colocação*. Atual. São Paulo: 1990.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4<sup>a</sup>. ed. Ática. São Paulo: 2001.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, I – 1829/1920*.
- PLATÃO, Diálogos – Crátilo. Trad. Carlos Alberto Nunes. UFPA. Belém: 1973.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. 7 ed. Edusp. São Paulo: 1994.
- Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro: 1978.
- PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Vozes. Petrópolis: 1972.
- RAVANELLI, Antônio e MELLO, Hermínio de Campos. *Iniciação ao Estudo da Língua Portuguesa*. Editora do Brasil S.A. São Paulo: 1968.
- RIBEIRO Carneiro. *Serões Grammaticaes*. 2<sup>a</sup>. ed., Estabelecimento dos Dois Mundos. Bahia: 1915.
- \_\_\_\_\_. *Ligeiras Observações*. In: Estudos Gramaticais e Filológicos. Salvador: Aguiar & Souza, 1957.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. 6<sup>a</sup>. ed., Miguel Melillo – Livraria – Editora. São Paulo: 1900.
- ROBERTS, Ian. e KATO, Mary A. *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*. 2<sup>a</sup>.ed. UNICAMP. Campinas, São Paulo: 1996.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. Contexto. São Paulo: 2002
- SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência Ensaio*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro: 1969.
- \_\_\_\_\_. *A Linguagem. Introdução ao estudo da fala*. 2<sup>a</sup>. ed., Acadêmica. Rio de Janeiro: 1971.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 11<sup>a</sup>. ed., Cultix. São Paulo: s/d.
- SILVA, Ademar da. *A expressão da futuridade no português falado*. Cultura Acadêmica. Araraquara: 2002.
- SILVA NETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: 1952.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Presença. Rio de Janeiro: 1977.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: s/d.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*. Coimbra, No. 3, Fev. 1993

\_\_\_\_\_. *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. Parábola Editorial. São Paulo: 2004.

SILVA, M. Cecíli P. de Souza e KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 11<sup>a</sup>. ed. Cortez. São Paulo: 2000.

SILVEIRA BUENO, F da. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. Parábola Editorial. São Paulo: 2005.

SWIGGERS, P. *History of Linguistics*. Overview. New York, Oxford University Press: 1992.

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos Itinerário histórico da língua portuguesa*. Ática: São Paulo, 1994.

TEYSSIEER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Martins Fontes. São Paulo: 1997.

TERSARIOL, Alpheu. *O Estudo dos Verbos*. Vol. III. Editora Lisa S. A. São Paulo: 1987.

TURAZZA, Jeni Silva. *Um estudo SI-SE do verbo português: subsídios para uma gramática portuguesa de texto*. (Dissertação de Mestrado) PUC. São Paulo: 1983.

\_\_\_\_\_. *O Verbo uma abordagem léxico - semântica*. Annablume: Fapesp. São Paulo: 2002.

VASCONCELLOS, D. ºr. J. Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: 1959.

VIANA, L. F. *A Língua do Brasil*. Livraria Progresso. Salvador: 1954.

VITRAL, Lorenzo. Para a História do Português Brasileiro. In MATTOS E SILVA (org.) Humanitas/ FFLCH/ USP: FAPESP. São Paulo, 2001, p. 303-315.

WEINREICH, Uriel, WILLIAM, Labov, HERZOG I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de Marcos Bagno. Parábola Editorial. São Paulo: 2006.